

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

**Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos
transportes coletivos de Aracaju**

**SÃO CRISTOVÃO
2016**

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

São Cristóvão
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Maria da Conceição
S237c *Corpos em trânsito : um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju / Marida da Conceição Santos ; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. – São Cristóvão, 2016. 147 f.*

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Sociologia. 2. Assédio sexual. 3. Transporte urbano – Aracaju (SE). 4. Violência contra as mulheres. I. Neves, Paulo Sérgio da Costa, orient. II. Título.

CDU 316.6:364.633(813.7)

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Laura Moutinho
(USP/PPGAS)

Prof^ª. Dra. Fernanda Rios Petrarca
(UFS/PPGS)

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves
(UFS/PPGS)

Aprovada em ____/____/____

Dedicatória

*Para as trabalhadoras e estudantes que diariamente se
aventuram no transporte coletivo de Aracaju.*

AGRADECIMENTOS

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” sentencia Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa. Assim também é a feitura de uma dissertação: uma longa travessia e nela não estamos sós; há aqueles que se solidarizam e nos acompanham apenas por algumas veredas, outros vão até o fim enquanto caminhamos nesse sertão adentro que é a vida acadêmica. À todos que contribuíram nessa jornada partilhando das alegrias e inquietações, me ajudando a tecer esse trabalho deixo o meu agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu professor e orientador Dr. Paulo Sérgio da C. Neves que me apoiou desde o momento que decidi dar o primeiro passo nessa estrada. Obrigada pela inestimável contribuição sem a qual esse trabalho não seria possível e por estar ao meu lado durante todo esse tempo, defendendo-me sempre que necessário, mostrando-me que precisava escrever de uma forma mais leve e envolvente; por dar-me total autonomia para decidir qual caminho seguir e sempre indicando-me quais seriam os riscos e dificuldades. Suas orientações, paciência, indicações, revisões, puxões de orelha, possibilitaram que eu atravessasse a linha de chegada.

À Laura Moutinho que gentilmente ensinou-me que “carece de ter coragem, carece de ter muita coragem”; através do seu apoio incondicional e do seu estímulo, resolvi não desistir do meu tema de pesquisa, que embora me movimentasse, parecia-me irrealizável. Sua presença cativante, confiança e orientação com textos e ideias fizeram-me ver que seria possível. Serei eternamente grata à você por ter sido uma luz constante no meu caminho.

Não posso deixar de agradecer ao meu querido Thiago Fraga. Você foi uma “sombra que refresca,” seja vendo séries ou indo extravasar naquelas saudosas festas, afinal carecemos de repouso e de alegria para refazer nossas forças. Obrigada também pela valiosa ajuda com os textos em inglês e com o PC que volta e meia me deixava na mão, você prontamente consertava.

À André Leite, Diadorim da minha vida, que encheu de benquerer os meus sertões, me fez achar graça no desassossego que é o amor, obrigada por ter enfeitado meus dias, ouvido com atenção minhas ideias. Das nossas discussões e experiências cotidianas, inclusive no transporte público, surgiram alguns *insights*. Sou grata ainda por ampliar meu acervo teórico, cedendo-me parte dos seus arquivos, o que contribuiu enormemente no meu referencial. Enfim, obrigada pela partilha da vida. Eis que o amor é também travessia.

Registro minha gratidão à Victor Hugo pela disponibilidade e boa vontade ao revisar cuidadosamente o meu texto, corrigindo as vírgulas, ênclises e próclises, etc., muito grata à você meu querido. À amiga de infância, Jamile Rabelo, por respeitar meus silêncios, ouvir

minhas ideias, me dar sugestões, acalmar minha pressa, estar comigo dia a dia, dando-me força nos meus momentos de despoer. À Claudinha Kathyuscia por me acompanhar em todo o percurso acadêmico, sou profundamente agradecida pela parceria que construímos juntas, pela sua generosidade e grandiosidade como amiga e como acadêmica; pelo seu empoderamento e altivez como militante feminista que me inspiraram. Aos amigos Diego Oliveira, Tarcízio Reis, William Santana, Valeria Silva, Marília Nascimento, obrigada por dividir sonhos, oferecer ombros nos momentos de desesperança, me ajudar a desanuviar a cabeça, com uma conversa de bar, um café no meio da tarde ou uma ligação durante a madrugada, tornando a vida cheia de sentido.

Quero registrar meus agradecimentos aos irmãos e amigos Ana Maria e José Carlos, pela parceria nos momentos difíceis e por mostrar-me que nunca nesse mundo se está sozinho. Obrigada por não me deixar ficar sem computador quando precisei. E à minha valiosa mãe, minha grande referência, sua força me inspira. Sem saber, a senhora me ensinou bem antes que Beauvoir, sobre feminismo e a condição das mulheres na sociedade. Agradeço à senhora e a Dona Neusa por rezarem incansavelmente por mim.

Sou imensamente grata às professoras Laura Moutinho e Tania Elias Magno, que compuseram com Paulo Neves a banca examinadora da qualificação; pela leitura atenciosa, sugestões e críticas certeiras que possibilitaram que eu ampliasse minhas reflexões, fortalecesse meus caminhos enquanto pesquisadora e desse novo tom ao meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFS), seus professores e professoras, que contribuíram para a minha formação, em especial ao professor Dr. Rogério Proença, por provocar em mim através de suas aulas, um novo encantamento pela Sociologia; à coordenação do PPGS através do professor Dr. Wilson Oliveira e aos/às funcionários/as da Secretaria Jonatas Aguiar e Dayanne Santos pelo apoio e paciência ao me atenderem as inúmeras vezes que precisei, tirando dúvidas e fornecendo ajuda.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, que possibilitou minha permanência na universidade, a mesma não seria viável sem esse financiamento.

Por fim, deixo meus agradecimentos às mulheres usuárias do transporte público de Aracaju que cederam-me seu tempo e dividiram um pouco das suas histórias, possibilitando que esse trabalho fosse tecido com pequenos recortes de suas trajetórias de lutas, sofrimentos e alegrias. Muito obrigada pela partilha e aprendizado.

RESUMO:

Cotidianamente as mulheres são assediadas ao acessarem o espaço público. No entanto essa conduta é naturalizada e entendida como “cantada” ou elogio. Diante disso é possível indicar como as diferenças de gênero são articuladas para produzir desigualdades no compartilhamento do espaço público. Assim, esta dissertação objetiva compreender como a naturalização do assédio sexual pode afetar a vida das mulheres e, como a sociedade reage diante de tais situações de violência sexual. Colocando-se como questão central: o que possibilita as mulheres serem assediadas? Para tanto, vali-me de relatos de mulheres que passaram por experiências de assédio sexual no transporte público de Aracaju. Além disso, através das observações em campo e das entrevistas com os passageiros, pretende-se identificar se essa conduta é reconhecida como inadequada.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Sexual; Transporte Coletivo; Espaço Público; Reconhecimento.

ABSTRACT

Everyday women are harassed while accessing public spaces. However, this harassment is mistakenly regarded as a compliment or “getting hit on”. Within this background, it is possible to show how the genre differences are orchestrated in order to produce inequalities while sharing public spaces. This essay aims to understand how the naturalization of sexual harassment may affect women’s lives, and how society reacts in sexual harassment situations. The main question asked: what enables harassment on women? In order to answer that, I collected several testimonies of women who were suffered harassment episodes while using Aracaju’s public transportation system. Also, through field report and passenger interviews, I aim to identify if such conduct is recognized as inappropriate.

KEYWORDS:

Sexual Harassment; Public Transportation System; Public Space; Recognition.

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
Introdução.....	14
<i>Diálogos teóricos.....</i>	<i>17</i>
<i>Percursos metodológicos.....</i>	<i>25</i>
 CAPÍTULO I – “Sobre trilhos e catracas: O transporte coletivo em Aracaju”	30
 <i>Experiências ordinárias: à título de uma introdução.....</i>	<i>30</i>
<i>Aracaju: recorte histórico sobre o sistema de transporte público urbano.....</i>	<i>31</i>
<i>Vida cotidiana no transporte coletivo de Aracaju.....</i>	<i>37</i>
<i>Primeira Parada: Personagens – “Ganhadores de almas” e “resgatadores de vidas”</i>	<i>37</i>
<i>Segunda parada: sobre rituais, racismos e a vulnerabilidade da vida.....</i>	<i>41</i>
<i>Terceira parada: Outras possibilidades de sociabilidades no transporte coletivo.....</i>	<i>45</i>
<i>Quarta parada: Em assédio sexual, ainda não se mete a colher.....</i>	<i>46</i>
 CAPÍTULO II: Violência contra as mulheres no espaço público: Os casos de assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju.....	49
 <i>“Solidão em meio à multidão” ou sobre a falta de solidariedade coletiva.....</i>	<i>53</i>
<i>Tornar-se mulher é tornar-se alvo.....</i>	<i>57</i>
<i>Como as mulheres costumam reagir em situações de assédio, quais as estratégias usadas para se defender.....</i>	<i>60</i>
<i>Sobre a rotinização das condutas de desrespeito e seus desdobramentos na vida ordinária.....</i>	<i>65</i>
<i>À guisa de uma conclusão.....</i>	<i>74</i>
 Capítulo III: Da condição das mulheres no espaço público à emergência da discussão sobre o assédio sexual.....	76
 <i>O desafio da convivência e da participação no espaço público.....</i>	<i>77</i>
<i>Breves considerações sobre a condição feminina.....</i>	<i>80</i>

<i>As mulheres brasileiras no espaço público.....</i>	<i>87</i>
<i>A questão da violência contra as mulheres na pauta feminista brasileira.....</i>	<i>91</i>
<i>Assédio sexual: Trajetória política e percurso histórico.....</i>	<i>95</i>
<i>Propostas e iniciativas para combater o assédio sexual.....</i>	<i>102</i>
<i>Críticas e ponderações no debate sobre o assédio sexual.....</i>	<i>108</i>

Capítulo IV: “Desejos irrefreáveis” e “mulheres provocantes” ou o assédio sexual explicado através dos homens.....111

<i>O difícil exercício da alteridade.....</i>	<i>114</i>
<i>“As mulheres são assediadas porque gostam de ser elogiadas”.....</i>	<i>116</i>
<i>Os casos de assédio sexual no transporte coletivo vistos pela perspectiva dos homens.....</i>	<i>123</i>
<i>“As mulheres são assediadas porque usam roupas curtas”.....</i>	<i>127</i>
<i>Assédio sexual e masculinidades: quando eles são o alvo.....</i>	<i>130</i>

Considerações Finais.....	136
Referência bibliográfica.....	139
Anexos.....	146

Lista de Fotografias

Foto 1: Bondes elétricos em Aracaju.....	21
Foto 2: Ato do Movimento Não Pago contra o aumento da tarifa de ônibus.....	25
Foto 3: Terminal D.I.A em horário de pico. Foto da autora. 2016.....	27
Foto 4: Pregação no terminal Zona Oeste.....	28
Foto 5: Vendedor de organização ligada à recuperação de drogados.....	29
Foto 6: Cantador.....	30
Foto 7: Sem título.....	71

“Quem pode saber quais os verdadeiros sentimentos daqueles que não têm voz?”

Chimamanda Ngozi Adichie – Meio sol amarelo

“A diferença entre a Guerra e a Paz é a seguinte: na Guerra, os pobres são os primeiros a serem mortos; na paz, os pobres são os primeiros a morrer. Para nós, mulheres, há ainda uma outra diferença: na Guerra passamos a ser violadas por quem não conhecemos.”

Mia Couto – Mulheres de cinzas: As areias do Imperador.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como tema o assédio sexual contra as mulheres que ocorre no transporte público em Aracaju. Diz respeito a abordagens invasivas, constrangedoras e ameaçadoras de cunho sexual, sem o consentimento da outra parte¹. Podendo manifestar-se na forma de toques indesejados em partes íntimas das passageiras e dos chamados “*encoxamentos*” – termo popular para descrever o ato de o passageiro encostar-se maliciosamente contra o corpo das mulheres. O assédio sexual apresenta-se também na forma verbal e através de atos obscenos, quando o passageiro exhibe e/ou toca os órgãos genitais em público, geralmente encarando para uma mulher.

Tais condutas costumam ser naturalizadas à medida que, em determinadas situações considera-se como uma “cantada” ou um elogio e em outras, são justificadas tomando-se por base a conduta das mulheres: a roupa que estavam usando, o local que estavam passando, etc. Deste modo, diz-se que: “essa aí estava pedindo.” Soma-se ainda, a crença de que os homens assediam porque possuem um desejo irrefreável, ou seja, o assédio sexual é entendido como um comportamento inofensivo ou natural, como se verá ao longo dessa dissertação.

Deste modo, através do presente trabalho, pretende-se lançar novos olhares sobre este tema que é atual e ao mesmo tempo, pouco discutido no âmbito acadêmico. E a partir disso, indicar que há uma busca em reconhecer o assédio sexual como um tipo de violência, que pode em muitas situações manifestar-se sutilmente, produzindo, no entanto, muitas consequências negativas à vida de diversas mulheres que passam por essas experiências cotidianamente.

Para tanto, vali-me de relatos de mulheres que passaram por experiências de assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju. Dessa forma, busquei entender como foram afetadas, observando-se as mudanças de rotina; os sentimentos – de medo, nojo, raiva – produzidos. Somando-se aos relatos, foram lançadas algumas questões que pudessem trazer a visão das mulheres sobre o assédio sexual, o que pensam sobre a denúncia formal, etc.

Uma parte deste trabalho é composta das observações realizadas nos terminais de ônibus e em trajetos realizados ao longo da pesquisa. Através das observações em campo pude perceber algumas regras que regem as relações sociais que se dão em pequenos

¹ Para saber mais sobre o que é tipificado como assédio sexual ver folder produzido pela Campanha Chega de Fiu Fiu em parceria com a Defensoria Pública de São Paulo disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=52821&idPagina=3086>
Acesso: 19 /01 /2015.

instantes, na efemeridade da copresença entre desconhecidos. Além disso, foi possível estabelecer conversas informais com os passageiros, os motoristas e os cobradores. Por fim, realizei entrevistas com alguns homens que são usuários do transporte público (estudantes, pedreiros, cobrador, etc.).

A composição da presente dissertação dá-se com a introdução, na qual explicarei como aproximei-me e decidi escrever sobre o presente tema; apresento alguns dos meus referenciais teóricos e métodos utilizados na coleta e análise de dados. No primeiro capítulo “Sobre trilhos e catracas: O transporte coletivo em Aracaju”, detenho-me sobre o campo, trazendo um recorte histórico sobre o transporte coletivo em Aracaju. Em seguida, exponho algumas situações vivenciadas nos trajetos realizados durante a pesquisa

No segundo capítulo “Violência contra as mulheres no espaço público: os casos de assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju”, debruço-me sobre os relatos das experiências de mulheres que presenciaram ou vivenciaram na própria pele o assédio sexual. O objetivo deste capítulo é compreender a partir de suas histórias como acontecem os assédios, as motivações e como a vida dessas mulheres são afetadas.

O terceiro capítulo “Da condição das mulheres no espaço público à emergência da discussão sobre o assédio sexual”, propus-me a fazer uma digressão que possibilite perceber como se deu a inserção das mulheres no espaço público e como essas questões mais gerais conectam-se com o tema do assédio sexual. No segundo momento, investigo como surgiu e desenvolveu-se a discussão sobre o assédio sexual, desde o meio acadêmico, passando pelo movimento feminista, até a discussão no âmbito jurídico.

No quarto capítulo “‘Desejos irrefreáveis’ e ‘mulheres provocantes’, ou o assédio sexual explicado através dos homens”, minha intenção é compreender o assédio a partir de alguns posicionamentos e perspectivas dos homens. Percebe-se que muitas explicações recaem sobre estereótipos e até patologizações, a exemplo da convicção de que homem é detentor de uma “natureza sexual difícil de ser controlada” e da mulher como alguém que tem uma necessidade natural de ser elogiada pelos homens. Por fim, na conclusão geral, trago alguns apontamentos, sistematizo uma síntese dos achados desta pesquisa e delinheio algumas perspectivas.

INTRODUÇÃO

Expressões como “linda”, “gostosa”, “te chuparia todinha”, “ô lá em casa”, “vadia”, “essa aí tá pedindo”, são uma pequena amostra do que costuma ser dito às mulheres cotidianamente ao acessarem o espaço público. Soma-se a isto, toques indesejados, gestos obscenos, olhares intimidadores. À negativa diante de tais importunações, é comum ouvir-se como resposta comentários tais quais: “malcomida”, “sapatão”, “feia”, “recalcada” “mulher que não se dá ao respeito”, etc. Estas expressões indicam o pano de fundo deste trabalho, que está centrado na maneira como se dá o acesso das mulheres no espaço público, surge daí a questão central: o que possibilita que mulheres sejam assediadas?

O objetivo deste trabalho é refletir como o gênero é articulado para produzir desigualdades no compartilhamento do espaço público e como o assédio acaba se tornando uma das expressões da discriminação de gênero e da exclusão social e espacial. Assim, a partir desse questionamento, busco responder as seguintes indagações: Como o assédio sexual afeta a vida das mulheres? Como elas lidam com esse fato em seu cotidiano? De que maneira a sociedade reage diante de situações de assédio? Nesse sentido, busca-se perceber, através das interações entre passageiros, o que é reconhecido como uma conduta inadequada; soma-se a isso, a luta de alguns segmentos da sociedade para que o assédio sexual seja reconhecido como um tipo de violência; e por fim, qual a posição dos homens sobre o assédio sexual. Com isso, propõe-se contribuir sociologicamente na formulação de reflexões para um problema social que tem recebido pouca atenção no âmbito acadêmico.

O corpo da mulher, ou um corpo que é lido socialmente como feminino, ao colocar-se na presença dos outros passa a ser entendido como um lugar disponível ao público, passível de toque e de interpelações vindas de desconhecidos. A expressão popular “a rua não é lugar de mulher”, indica uma concepção compartilhada que tem raízes num passado não muito distante que constituía a separação da rua como lugar masculino e da casa, como local feminino. Tudo isso corroborou para a manutenção de uma visão dicotômica e de uma moral conservadora sobre como a mulher deve comportar-se, classificando entre aquelas que são decentes e dignas de respeito e as que são vadias, portando, indignas.

Nesse sentido, pode-se entender que respeito é um direito disponível apenas para aquelas mulheres que portam-se de acordo com determinadas normas de gênero e sexualidade. Tal leitura incentiva práticas, à exemplo da criação de rumores sobre a conduta das mulheres quando estas são assediadas, seja no trabalho, no transporte público ou na rua.

Deste modo, é comum receber questionamentos acerca do local por onde anda, das roupas usadas, do que estaria fazendo por aquele local. Passando assim a responsabilidade do assédio a quem o recebeu. A partir das informações dadas pelo campo nessa pesquisa, é possível afirmar que o critério para ser passível de assédio é o gênero. Destarte, neste trabalho serão questionadas as seguintes ideias comumente compartilhadas pelo senso comum: 1) a leitura de que a roupa, ou outro detalhe comunica o desejo de ser cantada, ou assediada; 2) de que somente algumas mulheres são assediadas – as que são vistas como indecentes e/ou muito provocantes.

A percepção de que o assédio é um fenômeno natural e inofensivo do jogo da conquista parece autorizar sua prática. No entanto, ele é entendido neste trabalho como um tipo de violência, ancorado numa construção social das relações de gênero que é perversa. Como argumenta Machado (2000), essa construção é baseada em estereótipos que atribuem às mulheres uma passividade na qual o corpo feminino é o apoderado e o masculino é o ativo, predestinado a apoderar e a servir-se do corpo feminino, assim muitas práticas são pautadas nessas fantasias.

A tipificação moderna do assédio sexual surgiu inicialmente nas universidades norte-americanas na década de 1970, Catharine MacKinnon (1979) foi a primeira autora a reportar-se ao assédio sexual numa perspectiva jurídica, referindo-o como uma forma de discriminação sexual nas relações de trabalho (SILVA, 2014). Na década de 1980 nos E.U.A., assim como no Brasil, as feministas contribuíram para que o assédio sexual nas relações de trabalho fosse criminalizado. Nesse período o tema da violência contra as mulheres ganhou visibilidade, em grande medida devido ao fortalecimento dos movimentos feministas, que estava debatendo a violência doméstica, até então tratada como problema de âmbito privado, no entanto nesse período despontou como uma questão pública importante no país, como apontam algumas pesquisadoras (SAFFIOTI 2004; REGINATO, 2014; PINTO 2003; RIBEIRO 2003).

A escolha por este tema ocorreu durante meus deslocamentos no transporte coletivo de Aracaju, quando observei diversos incidentes de assédio de cunho sexual contra mulheres. Casos que não pareciam ser exceção, mas algo cotidiano como pude perceber pela constância de notícias que estavam aparecendo nas redes sociais, nos programas de TV, nos jornais e na divulgação de dados através de organizações feministas. Um dos casos locais que ganhou maior visibilidade aconteceu em maio de 2014, quando uma estudante do curso de psicologia foi agredida física e verbalmente e obrigada a descer do coletivo, após denunciar que um dos passageiros havia colocado a mão entre suas coxas. O fato ganhou repercussão na imprensa

do país e principalmente nas redes sociais². A estudante em questão era uma travesti, ao ser violada e humilhada publicamente, não recebeu nenhum apoio dos que presenciaram a situação. Os risos de deboche, as agressões verbais e físicas que se seguiram ao assédio, testemunham o não reconhecimento do direito à sua dignidade humana e inviolabilidade.

Todos esses casos passaram a me inquietar e foram o pontapé inicial dessa pesquisa. A partir da própria percepção que passei a ter ao assistir e vivenciar esse fenômeno e dando-me conta do fato de que diversas mulheres com quem conversei já haviam sido ou vítimas ou testemunhas de casos semelhantes, percebi que havia aí um problema de pesquisa socialmente importante e intelectualmente instigante.

Além disso, percebi ao fazer uma rápida busca de literatura a esse respeito, que o tema é também muito pouco estudado por pesquisadores das ciências humanas. Para tanto realizei buscas no *Jstor* usando os descritores: *sexual harassment*, *bus*, metrô, foram encontrados dois artigos que são citados nesse trabalho e que tratam ainda que indiretamente sobre assédio sexual. No *Scielo*, Revista Estudos Feministas e na Cadernos Pagu utilizando as palavras assédio sexual, ônibus, metrô, transporte público, não foi encontrado um artigo sequer. Na plataforma CAPES foram encontrados muitos artigos, mas que tratavam do assédio nas relações de trabalho. Indicando assim que esse tema recebeu pouca consideração enquanto objeto de estudo. As buscas foram realizadas entre janeiro e março de 2015.

Essa pesquisa é também animada pela convicção de que as “querelas” de que falava Beauvoir no contexto de 1949 ainda são atuais, ela começa o primeiro volume de *O Segundo Sexo* com a seguinte provocação:

...hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo deu muito o que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... no entanto, ainda se fala dela. E não parece que os volumes de tolices que se disseram neste último século tenham realmente esclarecido a questão (BEAUVOIR, 1980, p. 7).

A escritora e feminista nigeriana Chimamanda (2014) também expõe as dificuldades em se tratar dessas questões, afinal “Não é fácil conversar sobre a questão de gênero. As pessoas se sentem desconfortáveis, às vezes até irritadas. Tanto os homens quanto as mulheres

² Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/travesti-sofre-abuso-tenta-se-defender-e-agredida-em-onibus-de-aracaju-12510730.html> Acesso: 09/11/2014.

não gostam de falar sobre o assunto, contornam rapidamente o problema.”³ Seja no contexto do pós segunda guerra mundial na França, ou da Nigéria do início do século XXI, ou até mesmo em Aracaju nos dias atuais, feminismos e opressões não são temas muito bem vindos. Tudo isso instiga-me a tomar a questão do assédio sexual como objeto de estudo. Ainda que esse tema cause algum desconforto, considero como uma discussão necessária e que requer maior luminosidade.

Diálogos teóricos

O esquema teórico desenvolvido por Goffman⁴ no qual analisa-se as regulações e envoltórios que orientam as interações sociais e os comportamentos em lugares públicos é mobilizado neste trabalho ao tratar das interações sociais nos ambientes do transporte coletivo, no contexto urbano de Aracaju, enfocando os casos que envolvem importunações de cunho sexual. Sua teoria é de grande valia, pois ocupa-se com o componente das regras de conduta que regulam o tráfego físico entre as pessoas no espaço urbano (GOFFMAN, 2010). Para tanto, utiliza-se de termos como ajuntamento, interação desfocada e interação focada, desatenção civil, porte, deferência, aprofundando sua análise sobre as regras necessárias ao jogo da interação.

Sua preocupação se dá com o tipo de regulamentação que governa como uma pessoa lida com si mesma e com os outros durante (e por causa de) sua presença física imediata entre eles, o que ele chama de interação face a face. Essas regras de interação até então não haviam sido sistematicamente estudadas, “os sociólogos que se especializam no comportamento coletivo se focam em pânico, protestos e multidões, com poucas ideias sobre a estrutura do tráfego humano pacífico em lugares públicos” (GOFFMAN, 2011, p. 139). Neste trabalho, interessa-me em especial a área que trata das interações desfocadas⁵, ou seja, “as regras que governam os encontros entre aqueles que não se conhecem, as regras, quer dizer, que tratam

³ Retirado do E-book *Sejam todos feministas*, versão modificada de uma palestra que autora proferiu no TEDxEuston. O mesmo não está com páginas enumeradas.

⁴ Especialmente a partir da obra *Comportamentos em Lugares Públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*, realizada a partir de dados recolhidos pelo autor durante o estudo em um hospital psiquiátrico, nas Ilhas Shetland, da análise de manuais de etiqueta e de um arquivo pessoal. A maior parte dos seus dados e dos seus comentários se refere à classe média norte americana.

⁵ Para explicar o comportamento comunicativo entre pessoas presentes, Goffman considera a interação desfocada e a interação focada. A interação focada é o tipo que ocorre num estado de fala; a interação desfocada é o tipo que ocorre, digamos, quando duas pessoas se entreolham enquanto aguardam um ônibus, mas não concederam à outra o estatuto de coparticipante num estado de fala aberto” (GOFFMAN, 2011, p. 139).

da abordagem e aproximação de estranhos, e, além disso, as regras que tratam do estado de estar ‘com’ alguém” (GOFFMAN, 2011, p. 139).

As frases indecorosas, com teor sexual, e o ato de encostar-se, dar beliscões, fazer apalpamentos e manter olhares fixos no espaço do transporte público pode ser entendido com o que Goffman (2010) classificou de *comportamentos inoportunos*, ou seja, aquelas manifestações que podem dar-se através de “mensagens linguísticas e mensagens expressivas”. Existe uma regulamentação social que indica um padrão de comportamento adequado que deve ocorrer em lugares públicos entre desconhecidos. Interessa-me observar a partir da etnografia sobre as interações nos ônibus como as pessoas lidam com comportamentos que divergem da norma. E quais comportamentos são considerados inadequados, que quebram as regras de conduta?

Goffman chama atenção à importância do olhar como regulador da interação social entre pessoas em nossa sociedade, como forma de abertura para um engajamento; encarar fixamente pode ser considerado uma conduta pública imprópria. E ser encarado de volta pode constituir um aviso que o indivíduo recebe de que está sendo impertinente. Nesse sentido, a *desatenção civil* é um tipo de oferecimento mútuo “que é concedida às pessoas presentes, através da qual tratamos o outro como se ele tivesse sido visto, mas não como um objeto de curiosidade indevida” (GOFFMAN, 2011, p. 139); refere-se a um tratamento de cortesia, em que se evita encarar fixamente para alguém, invadindo assim sua privacidade. Já que ser encarado costuma representar algo desagradável, “é compreensível que o próprio ato de encarar seja usado amplamente como um meio de sanção negativa, controlando socialmente todos os tipos de conduta pública imprópria” (GOFFMAN, 2010, p. 100).

Nas interações que se dão entre passageiros, os olhares fixos significam um tipo de importunação e invasão, por outro lado, na maioria dos casos relatados para esta pesquisa, o olhar fixo apareceu como um mecanismo de defesa das mulheres que foram alvo de assédio; através do olhar elas sinalizavam que estavam cientes do que estava acontecendo e reprovava tudo aquilo. Ou, que não estavam com medo. Pode-se dizer que o direito a desatenção civil diz respeito ao direito à privacidade em público e a sentir-se seguro na interação com os demais. A desatenção civil seria um tipo de comportamento que pode ser considerado apropriado, “ao conferir desatenção civil, o indivíduo implica que ele não tem razão para suspeitar das intenções dos outros, ser hostil a eles ou desejar evitá-los” (GOFFMAN, 2010 p. 96).

O esquema conceitual desenvolvido por Goffman para compreender as interações face a face é interessante e válido na atualidade, no entanto é interessante ressaltar a sua contextualização, no que diz respeito às diferenças culturais entre a sociedade brasileira e a estadunidense (décadas de 1950-1970) à qual Goffman direciona sua análise. Por exemplo, a propensão a manter maior proximidade e a tocar fisicamente o interlocutor durante uma conversa, ou a abertura e até a necessidade para principiar diálogos entre desconhecidos – ocorre às vezes, sair de um ponto de ônibus ou de filas, com a impressão de que se sabe a história de vida de alguém que acabou de conhecer –, talvez seja mais comum em algumas regiões do Brasil, que entre estadunidenses. Nas palavras de Goffman:

Parece que em qualquer sociedade, sempre que surge a possibilidade física da interação falada, um sistema de práticas, convenções e regras de procedimentos entra em jogo, funcionando como um meio de orientar e organizar o fluxo de mensagens. Valerá algum entendimento sobre como e quando será permissível iniciar a fala, entre quem e quais tópicos de conversação serão abordados (GOFFMAN, 2011, p.39).

O que poderia ser visto como um comportamento invasivo ou inapropriado nos EUA, aqui poderia ser interpretado como um comportamento trivial, inofensivo.

Estabeleço um diálogo com a obra da antropóloga indiana Veena Das, ao relacionar violência sexual e o cotidiano de mulheres que são usuárias do transporte coletivo. No trabalho desenvolvido pela autora no livro *Life and Words* (2007), a relação entre gênero, violência e subjetividade se dá a partir de suas reflexões antropológicas sobre dois grandes eventos críticos: a partição da Índia em 1947 e o assassinato da primeira ministra Indira Gandhi. A autora analisa esses eventos críticos através de uma discussão sobre o “descenso ao cotidiano”, através de narrativas sobre a vida de pessoas e comunidades particulares que foram profundamente enraizadas nesses eventos violentos, descreve a forma como tais eventos se unem com seus tentáculos na vida cotidiana e se desdobra na vida ordinária (DAS, 2007). As histórias narradas de mulheres como Asha e Manjit, falam sobre legislação e transgressão. Centrando-se nessa relação indivíduo/sociedade, a autora mostra como “as vidas individuais são definidas pelo contexto, mas são também geradoras de novos contextos” (DAS, 2011, p. 18). A partir do sofrimento vindo dessas experiências traumáticas vivenciadas coletivamente e das memórias narradas, mas também silenciadas dessas mulheres, a autora visa compreender como reconstruíram suas vidas, recuperaram e reinventaram sua forma de habitar o mundo.

Através de seu trabalho etnográfico Das (1999) mostra que o rapto e as violações sofridas pelas mulheres no contexto da Partição estavam no campo da experiência indizível nas formas da vida cotidiana. O silêncio e a paciência eram os meios de agência política daquelas mulheres, era o modo de proteger e reconstruir os laços familiares, e de lidar com o “conhecimento venenoso”.

Das utiliza a metáfora de ‘conhecimento venenoso’ para falar como as mulheres atuam sobre o sofrimento a elas infligindo. Das percebeu uma zona de silêncio, principalmente sobre os fatos mais brutais. Surgia ali uma linguagem metafórica que se valia de figuras de linguagem para escapar de narrar diretamente a violação (PEREIRA, 2010, p. 360).

A compreensão sobre o cotidiano aparece em Veena Das com sentido de algo recuperado, que torne a vida viável diante dos danos advindos das violações e das pequenas mortes do dia a dia. Já na sociologia goffmaniana, ele aparece como algo ordinário. A minha intenção é voltar o olhar para a vida cotidiana no transporte público e perceber a dinâmica das condutas de violência sexual. Seu caráter repetitivo e as interferências que isso provoca na vida ordinária das passageiras.

A naturalização da violência cotidiana aparece, por exemplo, quando uma das interlocutoras relata-me o assédio como algo rotineiro: *“a gente passa por um acúmulo de traumas, se vive uma experiência traumática e ela vai sendo acumulada no dia a dia, porque aquela violência vai se repetindo. Fui obrigada a naturalizar como forma de conseguir seguir meu dia a dia.”* Deste modo, encoraja-se a manter uma rotina mesmo sabendo que a cada passo que se dá na rua está vulnerável a abordagens indesejadas. Afinal precisa-se estudar, trabalhar, divertir-se utilizando-se do transporte coletivo, usando às vezes de algumas artimanhas, pois sua mobilidade depende dele. Tudo isso faz parte da agência dessas mulheres no contexto de Aracaju. Como pude perceber ao longo dessa pesquisa, essas violências sutis, essa situação de vulnerabilidade, podem ser melhor entendidas fazendo-se um recorte de gênero.

A reflexão que Das traz sobre a questão do silenciamento de experiências traumáticas, no contexto daqueles eventos críticos, tinha a ver com a brutalidade, que de tão horrenda, era indizível; havia um tipo de violência que era inenarrável, que ficava congelada na memória e o tempo não conseguia realizar seu trabalho de reescrita; o não falar era a forma de lidar com a dor e de mostrar dando testemunho através de suas ações e relações ordinárias. Havia, além disso, a não acolhida coletiva ao testemunho das violações, tudo isso se combinava para o silêncio, que também significava preservação daquelas mulheres testemunhas da violência,

preservação das relações familiares, e de suas próprias vidas, pois o suicídio e o assassinato eram vistos como a forma de reparação de sua honra e da nação (PEREIRA, 2010). Em nosso contexto pensando-se o assédio e outros tipos de violência, o silêncio aparece como elemento importante, motivado pela vergonha, medo, naturalização da violência e pelo ceticismo (nas instituições sociais e na capacidade de empatia do outro). À medida que essa discussão vai ganhando visibilidade e acolhida, observa-se uma tendência à quebra de silêncios.

Diante dos relatos sobre assédio sexual, uma das críticas é de que se trataria de uma criação do movimento feminista; o que hoje é lido como tal, era na verdade, o que até bem pouco tempo era entendido como experiências naturais do convívio ordinário. Ou seja, ao se criar um discurso sobre o assédio, tudo virou assédio. Decerto devido a atual ampliação do debate público, principalmente utilizando-se redes sociais, as mulheres estejam reinscrevendo suas memórias e as experiências traumáticas envolvendo comportamentos como perseguição, constrangimento através de falas, gestos, ameaças e aproximações físicas de cunho sexual, passem a ser lidas como assédio. O tempo possui agência, como foi mostrado através das narrativas das memórias dos familiares sobre a violência da Partição, “o tempo não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas” (DAS, 1999, p. 37).

A tentativa de deslegitimar as vozes que trazem à tona memórias dolorosas é mais uma forma de violação, ou como diria Veena Das “o encontro com a dor não é algo que se possa enfrentar friamente [...] negar a afirmação de alguém de que sente dor não é um fracasso intelectual, é um fracasso espiritual” (Das, 1999, p. 39). Uma das críticas que envolve o debate sobre a violência de gênero é que ele ancora-se em um vitimismo que reivindica um punitivismo. Como indica Grisales (2011) fazendo menção ao pensamento de Das, o reconhecimento da dor não tem necessariamente a ver com inspirar revoltas, vinganças e ressentimentos. Ademais, essas questões serão mais bem exploradas no terceiro capítulo ao tratar da relação entre movimento feminista e assédio sexual.

As relações cotidianas dos atores sociais na condição de estranhos em copresença no transporte coletivo são analisadas a partir do esquema teórico *goffmaniano*, e em Veena Das encontro elementos para pensar a questão da violência e de memórias dolorosas. Somando-se a isto, o conceito de reconhecimento atravessa todo este trabalho, “as teorias do reconhecimento estariam calcadas em uma concepção ética hegeliana da boa vida e do bem” (MARTELLO, 2012, p. 6). Como destaca Neves (2005), o uso do conceito de reconhecimento

tem ganhado considerável importância nas últimas décadas. Fato que está relacionado as repercussões de um contexto político, social e ideológico do mundo contemporâneo no qual destaca-se:

[...] as lutas de grupos minoritários por reconhecimento social e pelo estabelecimento de uma ação estatal que combata a discriminação, favoreça a igualdade e permita a convivência entre populações de origens culturais e étnicas diferentes [...] As repercussões desse contexto social, político e ideológico sobre a teoria social são visíveis na importância que o conceito de reconhecimento vem ganhando nas últimas décadas, seja na filosofia e na ciência política, na sociologia e nos estudos culturais, seja ainda na antropologia e no direito (NEVES, 2005, p. 81).

É sobre o reconhecimento que está se tratando quando reporto-me a reivindicação de alguns segmentos para que o assédio seja visto como um tipo de violência e como um comportamento que pode ser ofensivo. Ou ainda, ao mostrar a luta para que seja juridicamente criminalizado. Ao trazer as experiências individuais através dos relatos, também estou reivindicando o reconhecimento da existência dessas histórias, do sofrimento que elas carregam e do potencial de resistência. Como também faço crítica a ausência de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.

Além disso, a minha posição é de que este tema deve ganhar visibilidade através de um amplo debate público por tratar-se de uma questão socialmente importante. Ao trazer relatos individuais e desprivatiza-los, com base nas elaborações de Honneth (2003), busco explicitar a luta por reconhecimento social dessas experiências de desrespeito, devido a sua capacidade de ameaçar a integridade física, gerar exclusão social e por fim, ferirem os sentimentos de dignidade e pertencimento e a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Na obra *Luta por Reconhecimento* são enumeradas três esferas de reconhecimento mútuo: 1) *do amor*, se tece no plano dos afetos e que possibilita a autoconfiança; 2) *dos direitos*, o reconhecimento jurídico que gera autorrespeito e 3) *da solidariedade*, nas relações intersubjetivas que gera autoestima. Essas três dimensões se interpenetram mas é a esfera dos direitos que tem a capacidade de influenciar as outras esferas. O não reconhecimento dessas dimensões afeta a formação da identidade pessoal (HONNETH, 2003; NEVES, 2005).

Neste trabalho a luta por reconhecimento diz respeito às mulheres enquanto grupo social discriminado e oprimido na sociedade, que vem demandando acesso igual aos direitos e a conquista de respeito e dignidade. O desrespeito e a coação que se dá através do assédio cotidiano às mulheres ao acessarem o espaço público significa na prática um dos sinais do não

reconhecimento da igualdade de gênero, que tem como consequências o acesso desigual à vida social e um empecilho ao exercício de sua cidadania.

Por fim, faz-se necessário ainda discutir a relação entre espaço público e privado, debate que serve como pano de fundo neste trabalho, tendo em vista a necessidade de refletir como tem se processado ao longo da história a presença e a participação das mulheres nessas esferas e as fissuras na dicotomia público e privado, trazidas pelo feminismo da segunda onda ao pautar suas ações sob o *slogan* “o pessoal é político”. O contexto dos anos 1970-1980 é emblemático, pois houve uma politização do pessoal e uma expansão do conceito de justiça: “feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres” (FRASER, 2009, p. 18). No Brasil, simultaneamente à defesa de seus direitos e necessidades e da denúncia das desigualdades de gênero, as mulheres foram às ruas lutar pela democracia no país e para a conquista da cidadania (CRUZ, 2006).

A relação entre as esferas pública e privada aparece de forma distinta nas formulações de vários autores, para alguns o público como lugar de realização da liberdade, para outros como lugar da violência; tem-se ainda a preocupação com a destruição ou enfraquecimento dessas esferas ou da sobreposição de uma sobre a outra. Ao descrever a história íntima da sociedade escravocrata do nordeste, Gilberto Freyre (2006) oferece-nos uma interpretação sobre a formação brasileira, assim temos em Casa Grande e Senzala a família patriarcal como a força que se estende da casa grande à esfera pública e que sustentava a sociedade brasileira, caracterizando uma indefinição ou mesmo uma sobreposição da esfera privada sobre a vida pública, essa mistura caracterizaria um dos traços da cultura brasileira (LEITE, 2007). Um dos aspectos de maior relevo contida nessa obra é o corpo enquanto elemento central no processo de colonização, através da abordagem da vida sexual, da flexibilização nas relações e na moral sexual da família patriarcal, da violação do corpo das mulheres negras e índias feita pelo português interpretado pelo autor como agente de um processo civilizador, é traçado um retrato de como foi se constituindo o Brasil e da situação das mulheres nesse processo.

Na obra *A Condição Humana* (2007), a relação entre as esferas pública e privada é objeto de reflexão da filósofa Hanna Arendt, na qual analisa a sociedade moderna tendo como base a vida na *polis* grega; a referida autora critica a perda da centralidade do espaço público e a supervalorização do moderno individualismo, que transpôs questões de ordem privada para a esfera pública. A esfera privada diz respeito ao reino da intimidade e da necessidade

referentes à manutenção da vida⁶, “a esfera da *polis* (pública), ao contrário, era a esfera da liberdade” (ARENDT, 2007, p. 40), o termo público denota o lugar por excelência da visibilidade, de ser visto e ouvido, significando o mundo comum a todos, assim, é também o lugar da pluralidade, da liberdade e da práxis política. Citando Arendt:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assetam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las (ARENDT, 2007, p. 62).

Segundo Arendt, a sociedade moderna conseguiu comprometer não apenas a esfera pública, mas também a esfera privada, neste ponto, entendida como lar, lugar seguro onde podemos nos proteger, ela identificou estes enfraquecimentos de ambas as esferas, como “fenômeno de massa da solidão”. A práxis política perdeu lugar e as preocupações sobre a sobrevivência e o trabalho, para ela da ordem privada, passaram a ocupar a esfera pública, representando a destruição das fronteiras que as separava.

É interessante a contribuição da crítica feminista sobre essa persistência nas democracias ocidentais à dicotomia de inspiração grega, entre a esfera pública racional, masculina e a esfera privada, como domínio emocional e feminina (VIEIRA, 2001). A crítica tecida em 1949 por Beauvoir, quanto à separação do que é concebido como público e como privado, vem de sua afirmação que o tornar-se mulher é um processo sociocultural, significando um contínuo devir, que não está preso a um corpo e nem a um destino biológico, pois historicamente a designação da esfera privada como lugar específico da mulher, utilizou-se de justificativas com base na biologia para legitimar a falta de acesso das mulheres aos postos de poder.

O feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado. Chama a

⁶ A partir do questionamento central sobre O que estamos fazendo? Vai verificar as manifestações elementares à condição humana, a partir da expressão vida ativa designa três atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. O labor está relacionado à reprodução da vida biológica do corpo humano, das necessidades de sobrevivência. Já o trabalho, significa o meio pelo qual o homem extrai coisas da natureza e cria objetos artificiais, que o colocam em relação com os outros homens através da troca e partilha. A ação só existe na presença dos outros - “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” - possibilita o exercício da liberdade. Enquanto as duas primeiras atividades vinculam-se a esfera privada, a ação realiza-se na polis (esfera pública) (ARENDT 2007).

atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal (COSTA, 2007). Dito isso, interessa-me perceber esse percurso de alijamento das mulheres da esfera pública ao mesmo tempo, as alternativas para subvertê-lo, e como na atualidade o gênero ainda é articulado para afirmar essa distinção dos espaços de atuação.

Percursos metodológicos

Como devemos agir? Como estamos nos tratando e como é possível conviver coletivamente respeitosa e dignamente na condição de estranhos? Essas são questões éticas que remontam à filosofia da Grécia Antiga.⁷ Ao mesmo tempo, são inquietações que me direcionam até o *lôcus* dessa pesquisa, o transporte coletivo em Aracaju, no qual prevalecem as “interações desfocadas”, num trânsito constante entre desconhecidos, que em seus deslocamentos cotidianos estão expostos entre outras coisas, a situações de abordagens violentas, de cunho sexual, assaltos, importunações, etc. Desse modo é possível afirmar que o transporte coletivo é um bom ponto de observação de fenômenos sociais relevantes na sociedade brasileira contemporânea.

Isso faz eco com o que afirmam Simmel (2005) e Gilberto Velho (2000), acerca da situação de anonimato, típica das grandes cidades na sociedade contemporânea, visto que os indivíduos têm maiores possibilidades de estar em vários contextos e situações entre desconhecidos, o que propiciaria uma gama de fenômenos que tinham pouca visibilidade nas sociedades tradicionais. Dito isto, o que proponho é que para além do assédio sexual contra as mulheres, a presente pesquisa contribui para refletir como as interações que ocorrem no ambiente dos ônibus interpelam a estrutura social mais ampla que estão inseridas, no caso brasileiro, marcada por enormes desigualdades de raça, classe e gênero.

O diálogo nesta pesquisa é prioritariamente com as mulheres usuárias do transporte público de Aracaju, que presenciaram ou vivenciaram alguma experiência de assédio sexual. O termo mulheres é pensado não como uma identidade fixa, fechada, mas como um jogo de significação aberta. De acordo com Scott, “‘homem’ e ‘mulher’, são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes. Vazias porque não tem nenhum significado último,

⁷ A questão do conhecimento das ações humanas, presente em filósofos gregos a exemplo de Aristóteles e retomada por Hanna Arendt na obra *A condição Humana* (2007). Sobre os desafios de a convivência coletiva ver também CORTELLA; RIBEIRO (2010)

transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas negadas ou suprimidas” (SCOTT, 1995, p. 93).

A partir das narrativas dessas mulheres, meu objetivo foi de que trouxessem suas percepções acerca do assédio sexual, como elas lidam com esse fenômeno, e quais as consequências trazidas, os efeitos que esse tipo de violência produz, seja na maneira como elas acessam e interagem no espaço público, seja nas possibilidades de resistência e reinvenção de seu cotidiano. Somando-se a isso, foi extremamente importante a comunicação que estabeleci com os homens, pois foi possível refletir a partir de seus posicionamentos, o porquê de as mulheres serem assediadas e o que torna o assédio possível. Nessa empreitada, dialoguei com cobradores, motoristas, estudantes, trabalhadores que acessam esse meio de transporte. Assim objetivei chegar a uma visão relacional e possibilitar compreender (inclusive a partir de seus discursos) por que os homens assediam as mulheres, e em alguns casos, a outros homens como aparece em alguns relatos. Outras inquietações trazidas dizem respeito às maneiras como o “*ajuntamento*”⁸ dentro dos ônibus age quando confrontados com esse tipo de comportamento.

Assim, a partir desse estudo pretende-se ter uma caracterização de como esse fenômeno da violência de cunho sexual tem se dado em Aracaju e como os usuários têm reagido, seja na condição de expectador, seja na condição de alvo. Possibilitando analisar em que medida o assédio sexual no transporte coletivo quebra as regras de interação social, que regula formas apropriadas e inapropriadas de comportamento em público. E como isso está imbricado nas relações de gênero. Discutir o assédio sexual nos transportes coletivos é ao mesmo tempo pensar sobre o lugar da mulher na sociedade contemporânea.

A metodologia utilizada para dar conta de tais questões consistiu primeiramente no levantamento de material bibliográfico que desse uma dimensão acerca da discussão sobre o assédio sexual, que incluiu recortes de jornal local impresso, jornais eletrônicos, blog, *Facebook*, vídeos no *You Tube*, panfletos do movimento feminista local, etc. Além da produção científica na área das ciências humanas abordando essa temática. A intenção nesse caso era mostrar como o assédio era tratado, definido, seja entre militantes, veículos de comunicação ou na academia.

Em um segundo momento foram feitas observações participantes, nos terminais de integração de Aracaju, em pontos e em linhas de ônibus, considerando aqueles de maior

⁸ Quanto ao termo *ajuntamento*, Goffman usa “para se referir a qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento” (GOFFMAN, 2010, p.28).

concentração de passageiros e também aqueles que possuem um itinerário menor e um número menor de passageiros (são trajetos que levam à universidade, à praia, ao comércio, shopping e zona de expansão) etc. Observados em diferentes dias da semana e em diferentes horários, anotados em um caderno de campo. Travei muitas conversações informais com passageiros, motoristas e cobradores durante o ir e vir das viagens e esperas de ônibus. Através desse trabalho de campo pude observar algumas regras que regem as relações sociais que se dão em pequenos instantes, na efemeridade da copresença entre desconhecidos.

A observação participante é utilizada pelos sociólogos quando eles estão interessados em compreender uma organização particular ou um problema substantivo e, através desse método, descobre-se no decorrer da pesquisa problemas relevantes, constroem-se suas hipóteses e testa-as (CICOUREL,1980). Ao interessar-se pelos significados que os atores sociais dão às suas ações cotidianas e aos objetos e situações, bem como pelas suas falas, gestos, na maneira como interagem, as posições e os papéis sociais que ocupam, utiliza como recursos, a observação participante, entrevistas, história oral, estudos de caso, etc.

Contudo, a centralidade é dada aos relatos de casos de assédio sexual. O acesso às interlocutoras, deu-se em parte, através de depoimentos divulgados via *Facebook* de casos de assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju, como também a partir de redes construídas com coletivos feministas. No entanto, comparei esse processo de construção de redes a um novelo de linha, pois ao conversar com uma mulher sobre suas experiências de assédio sexual, ela indicava-me outra, que indicava-me outra, assim fui tecendo uma rede de contatos. A maioria dos relatos é de estudantes universitárias e secundaristas, mas procurei ouvir também domésticas, trabalhadores do comércio e da construção civil que compõe o contingente maior de usuários. A priori pensei em um total de no mínimo dez relatos recolhidos de passageiras e dez entrevistas com homens, mas cheguei a um número um pouco acima.

O fato de eu ser identificada como feminista, facilitou o contato com as estudantes, esse lugar ocupado por mim aproximava-nos. Já com as demais pessoas, foi a posição de estudante que contribuía na negociação de uma entrevista ou de uma conversa (geralmente com motorista, cobrador, passageiros no ir e vir dos terminais, eram conversas). Estas deram-se em contextos variados. As entrevistas foram negociadas, eu fui ao encontro das minhas interlocutoras, seja em suas casas, na universidade ou em um lugar público como a Rua do Turista/centro de Aracaju.

O contato com as domésticas deu-se através da Casa das Domésticas, local onde está o sindicato da categoria e aonde elas vão para conseguir trabalhos. Elas cadastram-se numa espécie de banco, que contém o tipo de serviço que elas fazem e os dias que dispõem para trabalhar, quem está procurando uma profissional liga para lá ou vai pessoalmente, elas (as desempregadas) se reúnem toda segunda-feira pela manhã. Numa destas tive a oportunidade de conversar com algumas domésticas. Após apresentar-me, elas contaram-me algumas histórias de assédio, duas delas, dispuseram-se a sentar-se comigo e contar-me de forma aprofundada suas experiências, estas foram gravadas, assim como as demais entrevistas. Às solicitações houve também recusas, uma explícita: “passei por isso mas prefiro não tocar no assunto”, outras aceitaram e logo após desmarcaram, com justificativas como não dispor de tempo.

Para a última parte desta pesquisa, meu diálogo foi prioritariamente com os homens. Na perspectiva de poder ouvir um número de usuários frequentes do transporte coletivo, levando em consideração sua diversidade – estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores, funcionários do transporte coletivo – estabeleci um número mínimo de dez entrevistados, tendo em mãos um questionário semiestruturado e aberto à inclusão de outras questões de acordo com o desenrolar da entrevista, desloquei-me até o Terminal D.I.A. (por ser muito centralizado) em um horário intermediário, no final da tarde, um pouco antes do horário de pico para que eu pudesse encontrar trabalhadores que estivessem retornando para casa, mas ao mesmo tempo, sem pegar ônibus lotado o que inviabilizaria qualquer diálogo.

Após um tempo de observação, levando em consideração que eu ouvisse pessoas com perfis variados, escolhia alguém, explicava a pesquisa e perguntava se ele gostaria de contribuir, esclarecia que começaria a entrevista-lo enquanto ele aguardasse o ônibus e, quando este chegasse eu embarcaria no mesmo para dar continuidade à entrevista. Estava consciente que esse método envolveu colocar-me em certa vulnerabilidade pois não conhecia os entrevistados, estava falando sobre uma questão delicada, foram estes entrevistados que deram as respostas com teor misógino e que em todas as respostas culpabilizavam as mulheres pelos assédios sofridos, como poderá ser conferido no quarto capítulo. Logo, se algo me acontecesse, seria porque “eu procurei”. Além disso, ouvi estudantes universitários na UFS e um da UNIT e visitei uma escola da rede privada do ensino básico num bairro da periferia de Aracaju, na qual entrevistei com questionário semiaberto, sete estudantes do 2º ano do ensino médio entre 15 e 19 anos. Após negociar a minha ida até a escola através do contato com um dos professores.

No primeiro capítulo “Sobre trilhos e catracas: O transporte coletivo em Aracaju”, detenho-me sobre o campo, trazendo na primeira seção um recorte histórico sobre o transporte coletivo em Aracaju, em seguida, as experiências vivenciadas nos trajetos realizados durante a pesquisa, os diálogos travados nessa trajetória e os casos de assédio presenciados.

No segundo capítulo “Violência contra as mulheres no espaço público: os casos de assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju”, debruço-me sobre os relatos das experiências de mulheres que presenciaram ou vivenciaram na própria pele o assédio sexual. E, a partir de suas histórias busco compreender o que as torna suscetível ao assédio e como suas vidas são afetadas.

No terceiro capítulo “Da condição das mulheres no espaço público à emergência da discussão sobre o assédio sexual”, propus-me a fazer uma digressão que possibilite perceber como se deu a inserção das mulheres no espaço público, num contexto de hierarquias de gênero e como essas questões mais gerais se conectam com o tema do assédio sexual. Num segundo momento, investigo como surgiu e desenvolveu-se a discussão sobre o assédio sexual, desde o meio acadêmico, passando pelo movimento feminista, até a discussão no âmbito jurídico.

O quarto capítulo “‘Desejos irrefreáveis’ e ‘mulheres provocantes’, ou o assédio sexual explicado através dos homens”, minha intenção é acessar a lógica do pensamento masculino e compreender o assédio a partir de alguns posicionamentos e perspectivas dos homens. Vê-se que muitas explicações recaem sobre estereótipos e até patologizações a exemplo da convicção de que homem é detentor de uma “natureza sexual difícil de ser controlada” e da mulher como alguém que tem uma necessidade natural de ser elogiada pelos homens, ainda que trate-se de estranhos. Além disso, a frase comum “tem mulher que gosta” é reveladora de como a aprovação masculina e o culto a um tipo de beleza padronizado são influentes em nossa cultura, justificando comportamentos que podem ser nocivos.

CAPÍTULO I: Sobre trilhos e catracas: Transporte coletivo em Aracaju

Experiências ordinárias: à título de uma introdução

Correr para pegar o ônibus ao vê-lo se aproximar; depender diariamente desse transporte para seus deslocamentos rotineiros como trabalhar, estudar, atividades de lazer; pagar uma das maiores taxas do nordeste. Experimentar sensações de angústia no ponto de ônibus, quando ele demora a passar, de temor de chegar atrasado ao destino e se prejudicar no trabalho, ou na faculdade; de desconforto ao ser apertado e empurrado no movimento de subir e descer do ônibus; constranger-se ou enraivecê-lo ao sentir roçarem em seus corpos durante o longo trajeto em pé; ficar feliz porque o ônibus passou na hora em que acabou de chegar ao ponto e ainda conseguiu um banco para viajar sentado; demorar a passar pela catraca na tentativa de proteger-se de possíveis assaltos e de outros tipos de violência; vivenciar a ausência de gentileza dos que não ajudam a segurar o peso que é carregado nas mãos (bolsas, livros, etc.); sentir o corpo sacolejar com os baques que o ônibus envelhecido dá; ser preso na porta porque o motorista apressado a fechou antes que se entre no veículo de fato. Esses movimentos e sensações se produzem e se repetem cotidianamente no cenário do transporte coletivo em Aracaju.

Tudo isso geralmente afeta e apequena. Mobilizam sentimentos de mau humor, desmotivação para sair de casa, bem como a sensação de violação de dignidade humana. Ao mesmo tempo, o transporte coletivo é também um palco cheio de possibilidades e de encontros. Até mesmo de animação nos contextos de descontração de quem está vindo da praia, ou de alívio, para quem tem ali a possibilidade de um cochilo depois de um dia de trabalho; pode ser um espaço de conversação entre conhecidos, ou da abertura recíproca à comunicação entre desconhecidos. Rosa, uma das minhas interlocutoras, possui uma sensibilidade ímpar e quando fala sobre suas angústias vivenciadas no transporte público, constrói um quadro sobre essa realidade. A seguir um depoimento que é também uma síntese:

Aqui diversas histórias poderiam ser contadas. Estou nesse momento, observando as pessoas que, assim como eu, já começaram seu dia cansadas. Ontem, em pé, ônibus lotado, senti o que é ser alisada sem permissão. Dá um nó na garganta sabe, é opressão atrás de opressão. As mulheres que o digam. São muitas histórias. Aqui, tem gente que chora ouvindo música que os artistas de nossa cidade cantam para a gente. Eu já chorei. Tem gente que se apaixona, troca olhares, se encanta. Aqui, o motorista e o cobrador passam horas conversando sobre qualquer coisa que faça o tempo passar melhor. Me disseram esses dias, que o patrão está reclamando quando dão

carona. Que não é certo. Hoje peguei uma. Sem pular a catraca ou subir por trás. Apenas pedi. E subi. Não é todo dia assim. Isso de ter que escolher entre comer e pagar a passagem para se locomover é foda. Dói na alma. Outras coisas doem. É a senhora sem lugar para sentar, é o motorista que escuta grito lá de trás, é a gente no ponto, sozinha, que espera, espera, espera, e ele passa direto. É ele quebrado no meio da rua e geral passando reto. A próxima parada? Sabe o que eu queria que fosse? A cidade. Toda parada e tomada por nós. Diante do que vejo, eu bem queria, sabe... (Rosa, estudante e militante).

Na conexão que estabeleço com o meu campo de pesquisa, estou inserida nele e sou afetada. Os descontentamentos, destrato e as pequenas alegrias me atravessam. Não passo impunemente às observações, especialmente as que se referem aos atos de violação dos corpos das mulheres dentro dos ônibus e aos casos que a mim são relatados. Não se trata de uma observação desinteressada. Pelo contrário, trata-se de uma forma de produzir conhecimento numa relação de intimidade com o tema de pesquisa, conforme diz Das⁹ em interessante entrevista.

As experiências de assédio no transporte coletivo de Aracaju estão postas da seguinte maneira neste capítulo: Inicialmente, traço o percurso histórico do transporte coletivo em Aracaju, e em seguida vali-me das anotações das observações em campo, traçando uma travessia sobre rodas pela cidade, percebendo o cotidiano das interações entre passageiros. Trago à baila também as reações dos passageiros diante desse acontecimento, captando as noções sobre o assédio sexual, suas nuances que perpassam o entendimento sobre esse tipo de violência, ora como algo inofensivo, logo, uma não violência, ora como um comportamento inadequado e reprimível. Todas essas questões apontam para as relações de gênero e como elas se dão no acesso e partilha do espaço público entre desconhecidos.

Aracaju: recorte histórico sobre o sistema de transporte público urbano

Com o processo de urbanização e industrialização que o país passava no final do século XIX e início do século XX, foram introduzidos os bondes como meio de transporte coletivo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse processo também deu-se na cidade de Aracaju, que ao desenvolver-se, tornou-se um polo aglutinador de trabalhadores que migravam do interior do estado para buscar melhores condições de vida nas indústrias; assim,

⁹ Ver Misse, Werneck, Birman, Pereira, Feltran e Malvasi (2012). "Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das". DILEMAS Vol. 5 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2012 - pp. 335-356.

fora implantado o sistema de bondes para os deslocamentos da mão de obra assalariada até as fábricas. De acordo com Anjos (2005), inicialmente houve o serviço de bondes movidos por tração animal, a partir de 1908 e vindo a ser substituída em 1926 pela linha de bonde elétrico, que durou até 1955, vindo a declinar e a ser substituído pelos transportes rodoviários de ônibus que possuíam a vantagem da maior flexibilidade e acessibilidade nos itinerários.

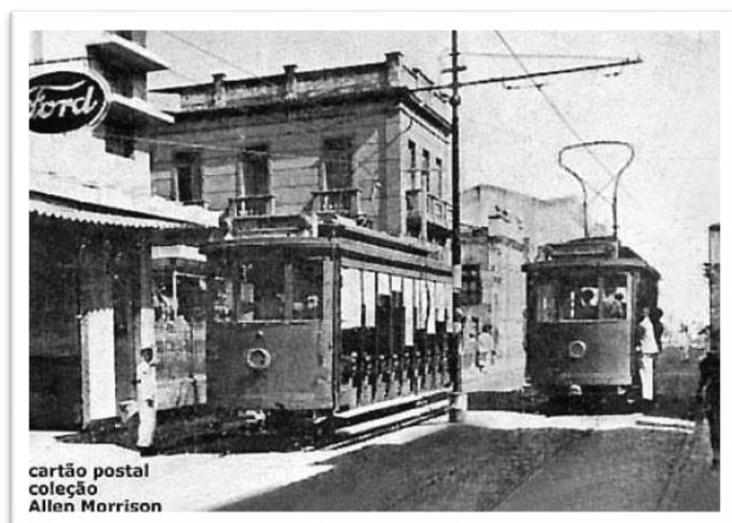


Foto 1: bondes elétricos em Aracaju ¹⁰

Esses mesmos bondes aparecem na literatura do sergipano Amando Fontes nos romances *Os Corumbas* e *Rua de Siriri*. Ao tratar de forma realista a vida das mulheres *do Aracaju*, a exploração de seus corpos nas fábricas têxteis e na prostituição, o autor faz um desenho geográfico de uma cidade que surge e que se movimenta, assim, vemos suas ruas de terra, bondes, festas locais, praças e gentes. O bonde era um dos elementos de sociabilidade naquele período: dos encontros, passeios e paqueras.

Era sábado. Por isso, a Estrada Nova apresentava um desusado movimento. Os bondes passavam cheios. Grupos de moças operárias, vestidas de branco, o pé nu sobre as sandálias, cabelos ao vento, passeavam, acima e abaixo. Algumas traziam junto a si os namorados (FONTES, 1999, p. 34).

Os romances de Amando Fontes retratam como já naquela época, início do século XX, havia poucos transportes para o contingente de passageiros, de modo que alguns problemas como superlotação e longa espera já eram enfrentados pela população aracajuana, que sofria com a

¹⁰ Disponível em: novomilenio.inf.br/santos/bonden31.htm Acesso: 19/08/2015

ausência de uma política de mobilidade urbana que pensasse as mudanças trazidas com o processo de urbanização, como é possível ler nos trechos a seguir:

O bonde que tomaram, as dez e pouco, vinha tão apinhado de gente, que não dispuseram de lugar para sentar-se. Mas, na curva da Boa Viagem, quase todo mundo saltou. Ficou apenas, nos dois bancos da frente, um grupo de moças, e rapazes, que cochichavam e riam alto [...] foram esperar o bonde na Praça do Palácio. Passou um, outro, e mais outro, com destino a S. Antônio. Tão cheios iam, porém, que nem paravam ao sinal que eles faziam (FONTES, 1999, p. 133; 136).

Nesses romances vemos quais eram os usuários dos bondes. Além das operárias das fábricas, mulheres casadas, seus maridos e seus filhos, aquele era o meio de transporte também utilizado pelas prostitutas, que aparecem sob a classificação de mulheres damas, estas viam naquele lugar uma opção de lazer e de conseguir clientes:

Para o arrebatamento de fregueses, tinham as mulheres por costume, nas últimas horas da tarde, percorrer em vários sentidos a cidade. Tomavam um bonde, que as levava da Fundação a Chica Chaves; outro, que ia da Praça Pinheiro Machado a S. Antônio; ou ainda o que fazia a volta da Avenida... as famílias sobretudo as conhecia e as evitavam. Voltavam a face à sua passagem; não se sentavam no mesmo banco onde uma delas estivesse. Indiferente àquela hostilidade, entretanto, vivendo só das alegrias e dissabores que o seu próprio ambiente comportava, andavam elas de bonde, atravessando as ruas e as calçadas, sorrindo a um, que nem as olhava, acenando gentilmente àquele que se limitava a saudá-las com um leve gesto de cabeça (FONTES, 1937, p. 75).

Com a extinção dos bondes elétricos em Aracaju, os ônibus tornaram-se o principal meio de transporte coletivo urbano. A partir de 1968 o governo municipal institui o sistema de transporte coletivo urbano, garantindo o monopólio da exploração do serviço para apenas duas empresas de ônibus que já operavam no transporte interurbano no estado de Sergipe. A Bomfim Urbana e a Nossa Senhora de Fátima. A partir dessas duas empresas, que formaram-se os grupos Bomfim, Progresso e Halley. Desde a época dos bondes elétricos até os dias atuais, o sistema de transporte coletivo urbano de Aracaju tem sido explorado pela iniciativa privada. Atualmente o sistema de transporte coletivo urbano transporta cerca de 6,7 milhões de passageiros mensalmente (VARJÃO, 2014). De acordo com o Movimento Não Pago,¹¹ diariamente cerca de 230 mil passageiros se utilizam do transporte coletivo na região metropolitana de Aracaju, com uma frota de 520 veículos em operação, sendo que a grande maioria encontra-se sucateada.

¹¹ Disponível em: <http://movnaopago.blogspot.com.br/p/realidade-do-transporte-em-aracaju.html> Acesso: 15/05/2015

Embora trate-se de um serviço público de caráter essencial, conforme a constituição de 1988, o que se vê é uma alta tarifa e um serviço de baixa qualidade. Fato que, direta ou indiretamente contribui para situações de violência e constrangimentos para os passageiros que o acessam, pois a falta de segurança nos terminais e a superlotação deixam em situação de vulnerabilidade os usuários. A cidade de Aracaju/Se possui uma das mais altas tarifas de ônibus do nordeste, em comparação com as demais capitais.¹² Em 2015 taxa cobrada aos usuários era de R\$ 2,70, passou para R\$ 3,10 em dezembro do mesmo ano. Para quem possui uma renda de até um salário mínimo, ou mesmo para quem está desempregado, torna-se inviável acessar esse serviço público essencial; tudo isso interfere na capacidade de mobilidade, dificultando que outros direitos básicos sejam acessados, como educação, saúde e lazer.

Embora a palavra ônibus, do latim *omnibus*, signifique “para todos”¹³, nas condições precárias em que se dá o transporte público, nem todos o utilizam em seus trajetos, como podemos verificar em recente pesquisa com usuários de todas as regiões do país, nela, o Ibope¹⁴ mostrou que um quarto dos brasileiros adota o ônibus como seu principal meio de locomoção para se deslocar para suas tarefas diárias, com trabalho e estudo. A pesquisa mostrou ainda que o percentual que avalia o transporte público como ruim ou péssimo passou de 28% em 2011 para 36% em 2014. Indicou ainda que a diferença de renda é um fator importante para definir quem são os usuários do transporte público. Assim, quanto menor a renda familiar dos brasileiros, maior o percentual daqueles cujo principal meio de locomoção é andar a pé e de ônibus.

Entre os que possuem renda familiar até um salário mínimo o uso do ônibus como principal meio de locomoção é menor que entre aqueles cuja renda familiar se situa entre um e dois salários mínimos e mesmo entre dois e cinco salários mínimos. Esses brasileiros de renda mais baixa afirmam que a maior parte de seus deslocamentos é realizada a pé (IBOPE – CNI, 2015).

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/em-2-meses-9-capitais-aumentam-preco-de-onibus-veja-tarifas.html>> Acesso: 13/04/2015

¹³ Foi na cidade de Nantes na França em 1826 que este veículo passou a existir com essa denominação. Após o proprietário de uma casa de banhos afastada da cidade ter estabelecido um serviço de viaturas que viabilizava o acesso dos clientes ao seu estabelecimento. Sua ideia fez tanto sucesso que ele abandonou os negócios da casa de banhos e dedicou-se exclusivamente ao transporte coletivo. Como os veículos estacionavam diante de uma loja de chapéus que tinha a inscrição *omnis omnibus* “tudo para todos”, o nome dos veículos foi popularmente instituído como *omnibus*, em referência à loja e a mensagem contida. Disponível em: www.museudantu.org.br/QEmoderna.htm acesso: 19/08/2015

¹⁴ http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/10/14/195/RetratosDaSociedadeBrasileira_27_MobilidadeUrbana.pdf

A mobilidade está relacionada aos deslocamentos diários de uma população e é um componente da qualidade de vida aspirada pelos habitantes de uma cidade. Não há como considerar determinada região habitacional como de alto nível se o componente mobilidade não existir (Cardoso, 2008). A mobilidade consiste ainda na capacidade do indivíduo se deslocar, envolvendo dois componentes: 1) desempenho do sistema de transporte (infraestrutura de transporte, itinerários e horários) e 2) características do indivíduo e das suas necessidades (se ele tem carro próprio e renda para acessar o transporte coletivo desejado) (Raia Junior, 2000, *apud* Cardoso, 2008).

Qualidade de vida pode ser relacionada a bem-estar e conforto; pode ser compreendida pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito (ALMEIDA et al. 2012). É interessante ressaltar, que durante certo período, Aracaju foi reconhecida e propagandeada como “a capital da qualidade de vida”, mas se levar-se em consideração os aspectos acima ressaltados, percebe-se que esse título de qualidade de vida fica comprometido e em descrédito.

No que se refere à mobilidade urbana, tem-se uma tarifa altíssima e excludente, que compromete o acesso da população aos espaços de lazer e recreação, bem como de outros serviços públicos que não são encontrados em seus bairros. Em síntese, transporte público serve prioritariamente para transportar – e mal – a mão de obra da grande Aracaju para as regiões centrais da cidade. Além da má qualidade do transporte que é ofertado, há a sensação de insegurança devida aos constantes assaltos e casos de assassinatos que tem ocorrido nos ônibus¹⁵. Além disso, a questão do assédio sexual põe em discussão o direito ao acesso ao transporte coletivo; aos investimentos em mobilidade urbana, na estrutura das cidades, em iluminação pública, transportes mais rápidos e sem superlotação como forma de contribuir na diminuição da violência contra mulheres.

Essa situação de precarização do transporte, afeta diariamente os usuários que dependem dele para se deslocar, gera revolta por parte da população que, embora enraivecida não consegue articular coletivamente uma intervenção em defesa do transporte. No que diz respeito aos funcionários das empresas desse serviço, há em muitas ocasiões, paralisações e greves¹⁶, o que acarreta transtornos para a população. Em 2015 houve uma onda de

¹⁵ Disponível em: http://www.f5news.com.br/695301_aracaju-registra-mais-de-1000-assaltos-a-onibus-em-2015.html; <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=178231> acesso: 04/01/2016.

¹⁶ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=176141>

depredação dos terminais rodoviários¹⁷ por parte dos usuários, o que poderíamos entender como uma das maneiras de protestar – ainda que pouco eficaz – contra a má qualidade, a carestia desse serviço e a insegurança nos terminais, ainda mais durante a noite, diante da má iluminação.

Não pode ser deixado de lado o papel desempenhado por movimentos sociais urbanos, cuja defesa do transporte público de qualidade e dos direitos dos usuários figura entre as pautas reivindicadas. O mais representativo no contexto de Aracaju é o Movimento Não Pago, surgido em 2011, fruto articulação de militantes que atuavam no extinto Movimento Passe Livre (MPL) e em outros movimentos e sindicatos (OLIVEIRA, 2015). Tem como bandeira principal a criação de uma empresa pública de ônibus gerida por conselho popular, com tarifa zero e custeado pelo poder público. No contexto das jornadas de junho de 2013 – manifestações de âmbito nacional – o Não Pago esteve junto com outros movimentos sociais construindo as manifestações locais através do “Acorda Aracaju”, que surpreendeu pela participação maciça da população nas ruas, dentre as várias bandeiras de luta, destacava-se a redução do aumento da passagem.¹⁸



Foto 2: Ato do Movimento Não Pago contra o aumento da tarifa de ônibus. Foto da autora. 2016.

Nas reivindicações em defesa do transporte público de qualidade está contemplada a defesa de políticas públicas urbanas, para democratização do acesso à cidade e a melhoria da segurança pública, de modo que seja viabilizado à população o deslocamento diário de forma

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/08/funcionarios-da-progesso-protestam-e-deixam-180-onibus-na-garagem.html>
acesso: 05/01/2016

¹⁷ <http://clicksergipe.com.br/cotidiano/6/5094/em-reforma-terminal-de-integracao-da-ufs.html> Acesso: 05/01/2016.

¹⁸ Disponível <http://movnaopago.blogspot.com.br/p/nossas-bandeiras.html> acesso: 15/05/2014.

digna, tendo em vista que o contexto atual é o pagamento de uma tarifa com valor absurdamente alto e o transporte disponibilizado de péssima qualidade. Nos finais de semana, a frota é diminuída, tornando longa a espera nos terminais e nos pontos de ônibus, às vezes em ruas vazias a mercê de todo tipo de aproximação de estranhos, à possibilidade de assalto e violência sexual.

Vida cotidiana no transporte coletivo de Aracaju

Convido-te a fazer um passeio de ônibus comigo, embarquemos! Mas antes, façamos uma ligeira apresentação, caso você não esteja habituado a este veículo. Sua estrutura possui partes distintas, podendo ser dividida em duas principais: antes e depois da catraca. Na primeira entramos em contato com as figuras anfitriãs do motorista e do cobrador, para quem não está à vontade com o que vem ao ultrapassar a catraca, esse é o espaço que representa a segurança, que separa dos outros, do inexplorado. Mas nele não se pode ficar por muito tempo, pois já está reservado para determinados visitantes. Ao ultrapassar a catraca, colocamo-nos diante do desconhecido, do desconforto, mas este local não é de todo ruim. Para alguns, acessar os bancos que são mais altos simboliza o espaço VIP, dele se tem uma melhor visão interna e externa do ônibus. Já a última fileira, para outros, simboliza o lugar de onde principia assaltos e constrangimentos, no entanto, para os que gostam de aventuras, é ali o melhor lugar, o que mais chacoalha, e por isso, lembra um parque de diversões. O “fundão” é o lugar da descontração. Chamado por alguns dos usuários de “cozinha”, pois é lá que se fofoca, que fala-se alto. Devidamente apresentados, sigamos.

Primeira Parada: Personagens – “Ganhadores de almas” e “resgatadores de vidas”

São 7h da manhã, no terminal do Campus, onde os passageiros, em sua maioria trabalhadores ou estudantes secundaristas, estão indo para a região central de Aracaju. Pegamos o Tijuquinha, famoso por ser uma das linhas cujos ônibus foram, historicamente, mais sucateados. Nesse horário, a maioria dos passageiros viaja em pé, e muito próxima entre si devido à superlotação. Sinto o cheiro de creme dos cabelos úmidos das passageiras. O contato físico é tão grande que o suor que desce pelo corpo do homem ao meu lado fica impregnado no meu. Uma mulher segura em minha cintura para não cair, pois é o único apoio

que encontrou, assim seguimos. Nesse horário o trânsito de pessoas é intenso em todos os terminais.



Foto 3: Terminal D.I.A em horário de pico. Foto da autora. 2016.

Chegamos ao Terminal Zona Oeste (Rodoviária Nova). Desço para pegar o próximo ônibus que vai para o Terminal D.I.A. Embora seja o tempo de maior rotatividade das linhas, todos que chegam e saem estão lotados, não dá para pegar o primeiro que passa. Ao meu lado grupinhos de trabalhadores são como “Pedros pedreiros, sem vintém, esperando, esperando, esperando.”¹⁹ Reclamam que chegarão atrasados no trabalho e que não adianta explicar que o transporte atrasou, pois o patrão dirá que saia mais cedo de casa, “como posso sair ainda mais cedo?” Reclama indignado um dos homens.

Vejo um senhor segurando a bíblia, convidando as pessoas a se converterem: “quem aceita Jesus dê um passo à frente e levante a mão!”. Os passageiros estão a ouvi-lo meio indiferentes, enquanto aguardam o ônibus. O movimento de chegada e de partida na plataforma é contínuo, o pregador é incansável, mas chega um momento que não resta mais nenhum passageiro além de mim. Sinto-me autorizada a puxar uma conversa, saber um pouco sobre sua história – e assim fico sabendo que seu Cláudio mora num dos bairros mais distantes da área central de Aracaju e há cinco anos faz esse trabalho nos terminais e dentro

¹⁹ Pedro pedreiro. Álbum Chico Buarque de Holanda. Gravadora RGE. 1966.

dos ônibus, então mostra-me feliz dois papéis com dados de duas pessoas que “aceitaram Jesus” recentemente após ouvi-lo. Disse-me que queria “ganhar almas” (para Jesus). Após conversarmos, ele decidiu pegar o ônibus 060/Campus, o mesmo que eu. Já embarcado, começa a pregação que dura quase todo o percurso até chegar ao terminal D.I.A. Parece frustrado porque ninguém levantou a mão em sinal de conversão, embora ao longo de sua intervenção as pessoas tenham lhe respondido com muitos améns. Ele enfim senta-se e voltamos a conversar. Diz-me que gostaria de um dia passar e ver-me assim como ele: pregando. Chegamos ao nosso destino e despeço-me dele.



Foto 4: Pregação no terminal Zona Oeste
Foto da autora. Novembro/2015.

É muito comum encontrar diariamente a bordo esses “ganhadores de almas”, que têm como missão converter pessoas para sua religião, conversão que significa para eles uma possível salvação. Entre esses pregadores, há aqueles que saíram de um problema pessoal com a ajuda da fé e se comprometeram a “tentar salvar almas”, misturando trechos bíblicos com casos do dia-a-dia. Frequentemente são expressas nessas pregações, opiniões muito conservadoras, conotando a intolerância direcionada às mulheres, pessoas pertencentes aos grupos LGBT’s ou de religiões de matrizes africanas. Mostram-se incansáveis, movimentados pela convicção daquilo que testemunham. Ademais, todos os pregadores parecem pertencer a igrejas evangélicas/protestantes.

Além dos “ganhadores de almas”, aparecem com maior frequência os membros de ONG’s, principalmente a Manassés, vendendo pequenos objetos.²⁰ Apresentam-se como convertidos e recuperados do mundo das drogas através da fé. Aparentemente a performance religiosa através dos trechos bíblicos e de um discurso de arrependimento e conversão faz parte de uma *fachada* – auto imagem delineada em termos de atributos sociais aprovados (GOFFMAN, 2011) – para convencer seus ouvintes de que trata-se de um projeto real e eficaz, que “salvou” suas vidas do mundo das drogas e que farão o mesmo com outros jovens. Começam sempre com um “bom dia (ou boa tarde) pessoal”, dão testemunho da vida em meio às drogas, falam que mudaram por causa da instituição e que precisam de ajuda para mantê-la, pois, segundo eles, não recebem ajuda do governo; entregam os objetos à todos os passageiros, e recitam um trecho (mal) decorado da bíblia. Os vendedores vestem fardas da instituição, são sempre homens, jovens ou adultos. Vendem balas, canetas, CD’s gospel, pequenos objetos que variam ao longo do tempo e costumam custar \$ 2,00. Às vezes andam com um sonzinho portátil com as músicas sendo executadas. Esses rapazes não pagam para acessar os ônibus.

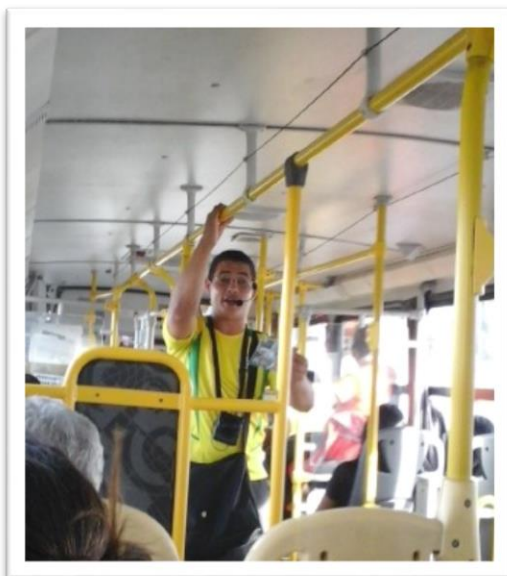


Foto 5: Vendedor de organização ligada à recuperação de drogados.
Foto da autora. 28/07/2015.

Há ainda os pedintes, dia após dia expressam uma necessidade e precisam de uma ajuda qualquer, \$0,50 centavos, \$1,00. Alguns são bem assíduos. Vão mudando os motivos de estarem pedindo: “moça me dê uma ajuda pelo amor de deus, para completar uma passagem que estou aqui no hospital com uma criança e tenho que ir pra minha cidade no interior”,

²⁰ Disponível em: <http://www.instituicaomanasses.com.br/> acesso: 05/01/2016

“para comprar o leite de meu filho”, “para comprar uma quentinha”. Há também rapazes que costumam passar um papelzinho com o alfabeto para surdos e mudos e apresentam-se como tal. Dificilmente os vejo recebendo qualquer ajuda.

Tive a oportunidade de conhecer um destes personagens que há um ano está apresentando-se nos ônibus de Aracaju e é de origem chilena. Observei que entre todas as intervenções, foi esta que causou maior aceitação, tendo em vista que quebrou a monotonia da viagem com um som de voz e violão agradável.

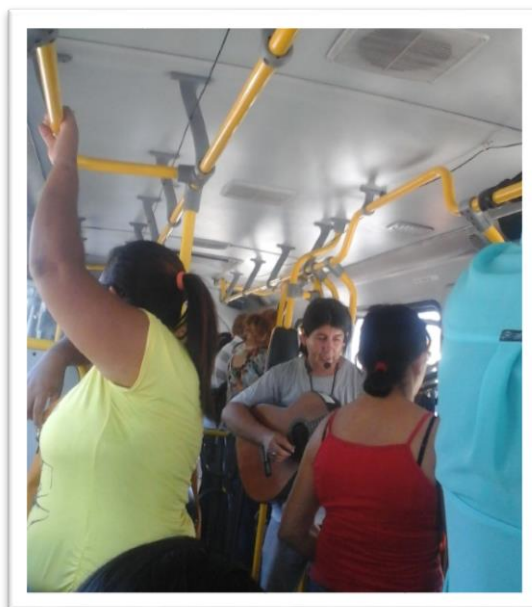


Foto 6. Cantador. Foto da autora. 09/10/2015.

Nos últimos meses de 2015, aumentou-se o número de intervenções nos ônibus e, dificilmente faz-se um trajeto sem que haja uma ou duas, além daqueles que se dizem ligados a alguma instituição, há muitas pessoas independentes vendendo badulaques, há muito mais pedintes, crianças voltaram a vender balas, enfim, são tempos difíceis economicamente falando, e a criatividade parece ser uma arma de sobrevivência. Vendedores, pedintes, religiosos buscando conversão dos outros, barulho, interpelações, em suma, o ônibus é um palco do exercício da alteridade.

Segunda parada: sobre rituais, racismos e a vulnerabilidade da vida.

Enquanto fazemos nosso trajeto, percebemos que nas interações entre motorista, cobrador e passageiros, existem alguns rituais de comunicação rotineiros. É assim que

entendemos como funciona o ato de abrir e fechar portas dos ônibus: o controle de abri-las e fechá-las está com o motorista, mas é o cobrador quem está atento ao embarque e desembarque dos passageiros. Assim, quando o ônibus para e eles descem, o cobrador dá duas pancadas na caixa do dinheiro, como sinal para o motorista, de que a porta já pode ser fechada porque todos desceram e/ou subiram e podem seguir viagem. Se esta comunicação falhar, e isso ocorre com certa frequência, o passageiro fica preso, imprensado na porta, ou deixa de descer no ponto desejado. Nesses casos, os passageiros batem no ônibus para chamar atenção e dizem contra cobrador e motorista, todos os impropérios que lhes vêm à mente. Dessa tensão quero destacar a pressão por que passa os motoristas de ônibus. Eles são o tempo inteiro monitorados pela câmera interna no veículo; pelos fiscais da empresa dispostos em pontos pela cidade e também nos terminais, que estão a postos o dia inteiro conferindo o horário de chegada e partida de todos os ônibus, fazendo com que alguns motoristas tratem a vida dos usuários de maneira descomprometida, lesando-os enquanto clientes que pagam caro por um serviço e enquanto cidadãos que tem direito a um serviço básico essencial.

O segundo ritual dá-se entre cobrador e passageiros. O cobrador está atento ao que acontece e comunica-se com eles através de olhares, principalmente no sentido de proteger de situações que considerem perigosas. Assim, em certa ocasião, eu cheguei ao fim de linha, numa tarde chuvosa, só restando eu e um jovem rapaz no ônibus, perdi a minha tranquilidade após perceber a insistência com que o cobrador olhava-me assustado e em seguida olhava para o jovem, dando sinais de que eu corria perigo. Ao descer, o cobrador sussurrou: cuidado! Era apenas um jovem negro, que para o cobrador tratava-se de uma ameaça.

É possível afirmar, com base nas observações realizadas, que o transporte público é mais um dos espaços onde expressa-se o racismo. Deste modo, o ritual que realiza-se através dos olhares, pode ser considerado positivo em algumas situações, pois o passageiro pode ser avisado de que alguém está abrindo a sua mochila, por exemplo e a partir daí tentar contornar a situação, mas por outro lado pode ser negativa, quando o olhar do cobrador criminaliza outros passageiros, que são julgados a partir da cor da pele e do seu porte – pelas roupas e acessórios que usam etc.

O racismo também é articulado ao desejo de fazer “justiça” com as próprias mãos – gerando a possibilidade de linchamento nas situações de conflitos entre desconhecidos no transporte coletivo, fato que pude vivenciar em várias situações e ouvir no decorrer da pesquisa. Um desses casos deu-se no percurso entre o terminal D.I.A. e o *shopping*; o ônibus estava lotado, um jovem negro, vestindo roupas simples, tenta sair do aperto e encontrar um

lugar mais vago, estando logo atrás de uma senhora, algumas ruas depois de ter saído do terminal, ela põe a mão no bolso e olha assustada para o jovem, acusa-o de tê-la roubado o celular. Embora ele negue a acusação, ela continua afirmando que ele a roubou, era ele quem estava atrás dela. O rapaz começara a ficar aflito, seus olhos encheram-se de lágrimas, afirmando que não pegou nada. Então alguns homens começam a tomar partido e encará-lo, na iminência de uma tragédia. Ele vira o centro das atenções de todos. Alguém pergunta à senhora o que está acontecendo e ela aponta para o garoto e diz que ele roubou seu celular, embora ele tenha esvaziado os bolsos e nada tenha sido encontrado. Alguém pede a senhora que lhe dê o número do telefone, liga e o celular toca dentro da própria bolsa da acusadora. Ela pega-o. As pessoas em volta perguntam se era aquele o celular que ela procurava, ela não responde nada, não volta a olhar o rosto do jovem, dá sinal e desce no ponto que certamente nem era o seu. Não houve um pedido de desculpas. O ônibus estava lotado, outras pessoas estavam igualmente próximas àquela mulher, mas aquele era o único que era negro e visivelmente pobre – “e pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos.”²¹ Diante de tamanha humilhação, ali naquele momento, o jovem experimentou uma mortificação do seu ser. Assim, a violência racista que sofreu, alimenta o que Das (2007) chama de “as pequenas mortes no cotidiano”.

Na interação entre desconhecidos na partilha do espaço público, a questão da vulnerabilidade da vida aponta como algo que merece atenção. Como sugere Butler: “viver é sempre viver uma vida que é vulnerável desde o início e que pode ser colocada em risco ou eliminada de uma hora para outra a partir do exterior e por motivos que nem sempre estão sob nosso controle” (BUTLER, 2015, p.52).

Os motoristas também são alvos de muita violência: armas apontadas para sua cabeça, ameaças, xingamentos e racismo. Numa dessas ocasiões, um idoso principia uma discussão com o motorista porque este havia se recusado a abrir a porta localizada na parte do meio do veículo para que o idoso embarcasse (o que é proibido, o acesso é feito apenas pela porta da frente). O idoso o chamou de bandido e em seguida apontou para o próprio braço para indicar que se referia à cor da pele do motorista e disse: “eu conheço bem a sua raça”.

O racismo, combinado ao preconceito de classe, pode ser visto tanto na sua forma institucionalizada, ou seja, quando jovens negros e pobres são o principal alvo de revistas policiais nos terminais e nos ônibus, como também através do convívio ordinário no tráfego entre passageiros, quando esse mesmo grupo é alvo de constrangimentos, ameaças ou

²¹ Trecho da música Haiti, de Caetano Veloso.

desconfianças. Acontece que “suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo)” (BAUMAN, 2009, p. 14). Por outro lado, a população demanda uma ação mais rígida e constante dos servidores da segurança pública por sentirem-se inseguros com os constantes assaltos, onde predomina ação de jovens pertencentes a grupos sociais marginalizados, desse modo, observa-se nesse cenário a existência de tensões raciais, de gênero e de classe.

Presenciei uma situação que ilustra essa tensão, bem como a banalização da violência. Deparei-me com um caso de assassinato de um jovem negro, nas imediações de um terminal da periferia da cidade. Esse acontecimento paralisou o trânsito por horas, na hora do *rush*. O corpo do jovem encontrava-se posto no meio do trajeto, no local estavam os carros da polícia que investigavam o caso. Ocorreu que todos os ônibus que percorreram aquele terminal naquela tarde passaram ao redor do jovem assassinado. O que chamou minha atenção foram dois fatos: inicialmente, a curiosidade das pessoas – os passageiros foram para as janelas para ver o corpo estendido no chão. Mesmo o ônibus parado, os passageiros continuavam por muito tempo a contemplar o corpo desnudo. O que me leva ao segundo fato: a emergência de comentários, vindo de diversos passageiros tais quais: “*esse moleque depois de morto ainda está causando um alvoroço desse, parando o trânsito desse jeito*”; “*Saí mais cedo do trabalho querendo descansar, não adiantou nada, vou chegar tarde em casa*”; “*Por que não arrastam esse corpo pra lá e libera o trânsito?*”; “*mais de uma hora aqui parado por causa disso!*”, “*se mataram, boa coisa não era.*”

Essas vidas não são reconhecidas como importantes o bastante para serem preservadas e valorizadas. Nesse sentido é interessante a formulação de Butler sobre a precariedade como uma condição compartilhada da vida humana. Somos precários, significa dizer que precisamos de suporte dos outros e das instituições. A possibilidade de uma vida ser lesada e sistematicamente negligenciada sublinha sua precariedade. A autora chama a atenção para o fato de que, embora a precariedade seja uma condição compartilhada, a condição precária, uma condição politicamente induzida, através da distribuição radicalmente desigual das riquezas e das maneiras diferenciadas de expor determinadas populações de um ponto de vista racial a uma maior violência, torna essas vidas mais vulneráveis e “consequentemente quando essas vidas são perdidas não são lamentadas, uma vez que na lógica distorcida, que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger ‘a vida dos vivos’ (BUTLER, 2015, p. 53).”

Terceira parada: Outras possibilidades de sociabilidades no transporte coletivo.

Fazer um trajeto de ônibus que seja minimamente tranquilo e agradável é possível para aqueles que têm a opção de transitar pela cidade em determinados horários e itinerários. Ou seja, no meio da manhã ou da tarde, quando os ônibus estão mais esvaziados, tornando os trajetos bem diferentes daqueles realizados nos horários de pico. Nesses horários alternativos a cidade geralmente funciona em um ritmo mais tranquilo, no qual o trânsito está mais calmo e é possível encontrar figuras singulares, começar conversas improváveis e através da janela admirar a paisagem e a rua em seus movimentos – vê-se “a vida a explodir por todas as fendas da cidade”²². Nos momentos de menor fluxo de passageiros torna-se mais nítida a imagem do rosto encostado ao vidro da janela, o divagar dos pensamentos, o olhar distante dos viajantes e a solidão em conjunto. Há também ocasiões, menos comuns em que sobressaem-se as conversas descontraídas entre passageiros que se conhecem ou até mesmo entre desconhecidos. É a vida que vai se tecendo no ritmo urbano.

Fixar o olhar para a paisagem exterior vista através do quadrado da janela do ônibus, fechar os olhos, colocar um fone de ouvido ou ler um livro são exemplos de uma atitude *blasé* nas interações sociais ordinárias no transporte público. Aproximar-se e principiar uma conversa são comportamentos apresentados com frequência em passageiros idosos. Em muitas ocasiões pude ouvir as conversas descontraídas desses passageiros. Certa feita, estando muito cansada, decidi que seguiria viagem absorta nos meus pensamentos, comportamento comum entre passageiros, então coloquei fones de ouvido como sinal de evitação e avistei um senhor que olhou para mim numa expressão quase infantil e adivinhei que, entre tantos bancos ele sentaria ao meu lado. Assim se deu, ele começou a conversar sem parar, então decidi guardar os fones e ceder-lhe meus ouvidos. Foi assim que ele me contou em festa que estava chegando do interior, não sabia andar direito em Aracaju e estava indo para a maternidade, pois sua filha estava para dar à luz e ele esperava ansioso para receber o seu netinho. Conversamos mais um pouco e em seguida chegamos ao ponto que dava acesso à maternidade e ele desceu mantendo a mesma expressão de animação. Quanto a mim, fiquei tocada diante da riqueza que é partilhar trechos de histórias de vida, numa relação tão efêmera, possibilitada no trânsito diário entre desconhecidos (trecho do diário de campo).

A atitude *blasé*, de acordo com Simmel (SIMMEL, 1903/2005), seria a incapacidade de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada. Somada à economia monetária, a essência do caráter *blasé* seria uma apatia, um esmaecimento diante das coisas. O referido autor identificou que esse fenômeno da vida urbana nas grandes cidades seria

²² GULLAR, Ferreira (2013).

consequência do ritmo acelerado do cotidiano nas metrópoles, que provocaria uma *hiperexcitação* dos nervos, deixando-os sem forças. A atitude *blasé* seria em parte pela incapacidade de se relacionar com tantas pessoas que cruzamos dia a dia, em parte pela desconfiança que temos quando colocados diante de estranhos.

A atitude de reserva, afastamento e divagar pode ser observada no contexto do transporte público em Aracaju. Assim, nota-se ao final da tarde como os passageiros estão exauridos e cochilam. A maioria está voltando do trabalho ou da escola. Deste modo, cansaço, irritação e desconfiança combinam-se, propiciando uma conduta apática. Esse distanciamento em relação ao outro pode ser quebrado quando surge uma situação que eles reconhecem como injusta ou urgente. À exemplo da ocasião em que ninguém cedia um lugar a uma mãe adolescente para sentar-se e os passageiros impuseram-se para que o motorista parasse o ônibus e a jovem fosse acomodada. Em outra ocasião, um passageiro solicitou ao motorista que parasse o ônibus porque o homem na poltrona ao lado estava passando mal, no entanto percebeu-se em seguida que na verdade tratava-se de exaustão: “pode seguir motorista, é só cansaço!”

Por fim, o transporte público é um lugar que possibilita o encontro com o outro e esse fato em muitos contextos gera medo. No entanto há situações nas quais este ambiente representa a possibilidade da manifestação saudável do flerte, na qual considera-se a condição de reciprocidade ou o respeito à negativa do outro. Além disso, é possível surgir o reconhecimento entre membros de grupos sociais que estejam à caminho de algum evento como um show de rock, hip hop, futebol, Parada LGBT, festival alternativo, etc. Nesses casos, pessoas que partilham os mesmos códigos culturais e aglomeram-se para pegar o mesmo ônibus, reconhecem-se. Deste modo, o transporte público é um local dos encontros efêmeros e às vezes da leitura, da reflexão, da contemplação, etc.

Quarta parada: Em assédio sexual ainda não se mete a colher.

Continuemos nosso trajeto. Estamos no meio da tarde no ônibus 034 Lourival Batista em direção ao Terminal da Rodoviária Nova. Observo um homem que estava ao fundo vir em minha direção, o encaro e ele muda de foco aproximando-se e encostando-se atrás de uma passageira. Ele mexia e abria a camisa, enquanto esboçava um sorriso. O homem em questão devia ter em torno de 30 anos. O ônibus não estava lotado, sendo assim, havia muito espaço livre entre as pessoas. Mesmo assim ele encostou-se na passageira sem demonstrar

constrangimento e permanecendo naquela posição por muito tempo, até chegar à Rodoviária Nova e descer. Não sei se por medo ou por não ter se dado conta, o fato é que não houve uma reação da passageira. Um passageiro após o ocorrido começou a falar comigo e com o cobrador: “*Vocês viram o tarado do ônibus? Palhaçada.*” O cobrador que não tinha visto, ficou enraivecido e perguntava: “- *Me mostre que vamos quebrar ele de tapa.*” Mas o assediador já havia descido. Quanto à mulher, desapareceu no vai e vem comum do terminal.

Houve somente as reações isoladas do cobrador e de um passageiro e somente após o assédio ter acontecido. Embora tivessem demonstrado que o assédio cometido contra aquela mulher era um comportamento reprovável, mas diante do ato em si, não houve uma intervenção. Além disso, houve uma indiferença das pessoas face ao que estava acontecendo. O ônibus não estava lotado, não houve uma reação coletiva. É muito comum que quem presencie cenas desse tipo não se envolva. Grande parte dos assédios em ônibus dá-se na forma que foi descrita acima, de aproximar e roçar no corpo da mulher, situação perceptível a quem está no entorno.

Esse exemplo é interessante para refletir sobre a ideia de intervenção externa numa situação de violência às mulheres. Ao firmar-se o debate sobre a violência doméstica, uma das grandes questões fora mudar a concepção compartilhada de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” – nesse sentido a aprovação da Lei n ° 11.340/2006, conhecida pelo nome de “Lei Maria da Penha” demonstra que houve uma mudança, o Estado ocupa o lugar de poder externo que “mete a colher”, essa fora uma das conquistas do movimento feminista da segunda onda, comprovando que o privado é político.

Mas voltando para a questão do assédio sexual, não há uma postura massiva que seja combativa e de reprovação. Ele envolve questões que remetem a algo que é da ordem do privado e que se manifesta em público – expor os genitais, ficar visivelmente excitado – e com o agravante de ser na presença de desconhecidos, indo ao extremo, nesse contexto, de tocar as partes íntimas do outro, quando a conduta esperada é a de respeito, de impessoalidade, ou mesmo, de indiferença e de certa distância física. Resta saber por que é autorizado o assédio sexual e por que em alguns casos, ainda não se mete a colher.

Uma possível resposta a essa questão seria o não reconhecimento do assédio como questão importante a ser combatida e o não reconhecimento desse comportamento como ofensivo, deixando-o então no campo da invisibilidade social, como uma questão individual, que não merece vir a público e ser divulgado. Citando Arendt:

Há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constatação da presença dos outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado (ARENDT, 1997, p. 63).

A ação de movimentos feministas e de algumas ONGs de mulheres que abraçaram essa causa seria justamente no sentido inverso, ou seja, o de trazer a público o assédio sexual enquanto um problema atual e que tem efeitos negativos à vida em sociedade.

Neste capítulo busquei compreender o processo de construção do sistema de transporte em Aracaju, através de um recorte histórico, a partir daí, inseri uma parte das experiências que tive ao longo da pesquisa. Por mais que o meu olhar se estenda ao que ocorre nos terminais rodoviários e nos pontos de ônibus, é para o que ocorre no interior do veículo que minha atenção se volta, o ônibus é um caldeirão, no qual tudo pode acontecer, o tempo inteiro entra e sai indivíduos completamente diferentes, a depender do estímulo, naquele local pode ocorrer uma situação de solidariedade, descontração, mas também de conflito e violência. Observar os comportamentos cotidianamente dentro dos ônibus e compreender sua lógica de funcionamento, foi importante para chegar ao ponto principal deste trabalho – o assédio sexual.

CAPITULO II: Violência contra as mulheres no espaço público: Os casos de assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju.

Quando as fábricas largaram, ao lusco-fusco, chovia fortemente. E todos tiveram de se atirar ao temporal, encharcando-se, mal tinham dado uns poucos passos.

Junto a Do Carmo e mais duas companheiras, Albertina vinha molhada desde os pés até a cabeça. Seu vestido, muito fino, colara completamente sobre o corpo, fazendo ressaltar suas formas bem feitas.

Pelo caminho, homens a devoravam com os olhos. Havia alguns, até, que paravam, indiferentes à chuva, para ficar mirando as linhas harmoniosas de seu corpo, os estremeços dos quadris.

Ela torcia a boca com desprezo, falando para as outras:

– Bichos tolos! Nunca viram mulher, esses diabos! É só o que parece!

Mas um, já no Beco da Cerimonia, dirigiu-lhe uma pilhéria. Ela voltou-lhe o rosto e nada respondeu. Porém o homem saiu a acompanhá-la de mansinho. E perto de seu ouvido sussurrou uma frase cínica

–Pro inferno, peste! – desandou, rubra de raiva e de vergonha, a rapariga.

Mais adiante, queixou-se às companheiras:

– Eu sou uma criatura de bom gênio; mas com uma coisa dessas eu estouro. Vocês já repararam? Eu só perco a paciência mode enxerimento de homem. Parece uma praga! No serviço, são empregados, contramestres, tudo, de olho duro em cima da gente, na rua, é essa desgraça todo dia! Esses pinimas! Só olham pr'uma mulher com mau sentido! Não sei, mas parece que nunca hei de me ajeitar com um traste desses (FONTES, 1999, p. 75).

Colocar-se na rua e ser abordada por estranhos, seguida, ou ser assediada no trabalho, ouvir comentários obscenos sobre seu corpo, essas são situações que aparecem com frequência na literatura do sergipano Amando Fontes, que datam da primeira metade do século XX e retratam os costumes na capital Sergipana. Passados quase um século desde que *Os Corumbas* e *Rua de Siriri* foram escritos, tais abordagens permanecem atuais como pode ser percebido nas narrativas de diversas mulheres, como tentarei expor daqui em diante.

Ao debruçar-me sobre essa temática, uma das maiores descobertas que obtive foi que quase todas as mulheres com quem eu conversei já vivenciaram situações de assédio sexual, e a exemplo da personagem ficcional Albertina, esse fenômeno dava-se em variados contextos da vida dessas mulheres com quem conversei – no trabalho, na academia, nas ruas, em todos os espaços por onde transitam e interagem. Percebi ainda, que há um silêncio sobre essa violência e uma angústia e, na maioria dos casos, essas mulheres tiveram que se reinventar, tomar decisões – simples ou complexas – que desencadearam processos de mudanças em suas trajetórias.

Para esta pesquisa, ouvi, majoritariamente, casos de mulheres que não faziam parte da minha rede de relações. Cheguei até minhas interlocutoras, em parte, através de depoimentos,

divulgados via *Facebook*, de casos de assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju, como também a partir de redes construídas com coletivos feministas e da indicação das próprias entrevistadas... mas o que eu não tinha atentado, é que ao meu redor havia muitas outras mulheres (irmãs, colegas, amigas, profissionais, militantes...) com histórias parecidas, muitas destas permanecem em silêncio, incompreendidas. São casos em que taxistas assediaram e tocaram partes íntimas de passageiras²³; casos de professores que disseram coisas invasivas, ameaçaram, constrangeram com propostas sexuais suas alunas de graduação, de mestrado; o mesmo se deu entre colegas no setor da segurança pública.

Foi assim que ao longo da feitura dessa dissertação, por diversas vezes, conhecidas e amigas, enquanto dividíamos um café ou numa reunião, segredaram-me ou apenas desabafaram situações de assédio, da vergonha que ainda estava sentindo por ter ouvido determinados comentários tão invasivos sobre seus corpos, ou dos assédios contínuos no trabalho. Algumas até se desculpavam: “você deve estar cansada de ouvir histórias de assédio.” As redes sociais também serviram como ferramenta de comunicação entre mim e algumas mulheres, sendo assim, houve um processo de troca de mensagens, nas quais relatavam-me sobre o sentimento de culpa, as tentativas de buscar ajuda através de terapia, etc. O que revelou-se nesse processo foi que as fases de desenvolvimento de uma mulher da infância à vida adulta geralmente é atravessada por assédios que podem se combinar: pode ser o amigo da família, o estranho na rua, o professor, o pai do namorado, o chefe; não necessariamente nessa ordem. Em muitos destes casos, em que a mulher conhecia seu assediador, o sofrimento ou o constrangimento foram geradores de rupturas. Como lidar com um professor que assedia e com quem terá contato por longos anos? Como entrar no carro de um colega policial que assediou e quis forçar a ter algo com ele? Essas mulheres guardam em silêncio o sofrimento que vivenciaram e procuraram encontrar possibilidades de reestruturar suas vidas.

Uma destas mulheres, relatou-me que escreveu sobre tudo que lhe aconteceu e o que sentiu, mas mantendo em sigilo, como uma forma de organizar os sentimentos e de desabafar. Mas seu estresse e angústia foram tão terríveis, que ela passou por longo período de depressão, pensou em suicídio, adoeceu, desenvolveu gastrite. A roupa que usava durante os plantões policiais – por serem longos períodos, às vezes usava calça *legging* –, era considerada uma provocação e utilizada como desculpa para o assédio. A saída encontrada por ela e pelo seu superior (que a assediou) foi mudá-la de setor no trabalho.

²³ O que pelo código penal brasileiro configura estupro.

Um dos casos que me deixou muito abatida foi o de Luciana, uma empregada doméstica. Ela relatou-me uma situação de assédio que vivenciou durante muito tempo no trabalho e como isso afetou sua vida. Em seguida narrou o assédio que sofreu no ônibus e como enfrentou cada caso. Quando a escutei, ela estava procurando emprego, pois acabara de demitir-se por conta dos assédios contínuos. A seguir um trecho do seu relato:

Eu saí do meu trabalho. Eu cuido de idoso. Eu trabalhava cuidando de uma senhora. Durante três anos. Eu saí por um tempo e depois voltei mas dessa vez ficou mais difícil trabalhar com ela. Porque ela trouxe um filho de Feira de Santana pra morar com ela. Eu chegava lá ele dizia: “Lu já fritei seu ovo”. Ele já sabia do jeito que eu gostava. Ele viu eu fritando e dizia: “olha fritei do jeito que você gosta”. Até aí eu achava que era uma forma de educação e amizade, aí eu aceitava. Mas aí depois começou a dar cantada. Insistir. Elogios, só que elogios assim... Tipo desejo mesmo, “você está linda”. Aí eu comecei a sentir já... ai meu deus. Mas aí eu desconsiderava, fazia de conta que não entendia, porque eu sou casada e não tenho interesse nenhum nessa pessoa. Mas todo dia era um coisa. E daí teve um dia que eu disse bem assim com ele: “eu finjo que não entendo as coisas, mas eu prefiro desconsiderar pra manter a amizade”; daí ele começou a me oprimir, dar ordens, quando ele percebeu que eu não queria nada com ele, ele passou a querer me botar pra baixo, todo dia ele inventava uma coisa pra dizer uma coisa comigo. Chegou o ponto de eu reclamar com ele: “olha não sei se é o costume das outras meninas que passam por aqui lhe darem ousadia. Agora comigo não. Eu não sou nem melhor nem pior mas eu tenho meu caráter”. Aí ele se aborreceu comigo, aí como eu tinha duas horas de descanso e tinha um quarto lá vago, na hora que eu tava deitada ele sabia e chegava, que era umas três e meia ele chegava e passava pelo quarto toda hora, eu fingia que não tava vendo e ele ficava pra lá e pra cá passando, a gente se sente mal com uma situação dessas, eu já tava de saco cheio, quando foi quinta-feira da semana passada... aí eu cheguei... era ele quem comprava as coisas, e não tinha nada pra tomar café, nem nada pra nada, era tipo assim, se não me quer vai ser do jeito que eu quero também, tipo pirraça. Aí ele falou que eu tinha que caminhar com a mãe dele duas vezes ao dia, porque eu caminho uma vez porque ela é muito pesada. E me disse que não é pra descansar mais não. Aí eu disse eu descanso porque é meu direito. Aí eu preferi sair do trabalho por conta disso e paguei uma multa de mil reais, o aviso [prévio] porque fui eu que abandonei o trabalho. Eu me senti muito mal, assim a situação e eu não podia comentar, não pude comentar com o patrão, a pessoa responsável que nos contratou, porque gera constrangimento, aí preferi não comentar com ninguém e ficar pra mim mesmo. Tô comentando aqui agora pela primeira vez. Depois que eu tava comentando que saí de lá, não sei se era porque a pessoa desconfiava do que estava acontecendo, me contou que teve uma menina que trabalhou lá e saiu e processou ele por conta disso. Aí eu fiz bem em ter saído, eu pensei comigo, mas não comentei o que tinha acontecido. Porque psicologicamente a gente se sente constrangida, às vezes ele não ia trabalhar e ficava só me observando, esperando, ele só não me pegou a pulso, mas passava topando na pessoa, se esfregando. “Ah gostei desse perfume”, eu fingia que não estava ouvindo eu me sentia assim constrangida, eu não queria dar ousadia, a gente se sente abusada mesmo, a pessoa tá ali trabalhando porque precisa, e de repente chega alguém que quer porque quer, sabe que a pessoa

é casada. Sabe que não tem chance. Ele tem acho que sessenta e um anos. Passei de cinco pra seis meses aguentando isso. Ele inventava de tudo para eu ficar só com ele. Ele passou a me odiar mesmo. Quando eu entrava na casa, já entrava meu coração já ficava assim... Eu saí de lá porque não aguentava mais olhar para a cara dele. Às vezes eu tava na cozinha fazendo o lanche da mãe dele, ele fazia questão de passar se ralando em mim, aquilo me dava um ódio, me dava um ódio tão grande que eu ficava me tremendo de raiva. Minha pressão subia de tanta raiva que eu tinha dele e nojo também. Eu tinha nojo. Eu passei a ter pressão alta por causa dele (Luciana²⁴, 36 anos, doméstica).

Experiências individuais de violência não narradas, são o que Das (1999) chama de *o indizível*, aquelas que não podem ser comunicadas na vida cotidiana, por se tratar de momentos extremos de sofrimento que não podem ser compartilhadas, até “que o tempo realize seu trabalho de reinscrição, reescritura ou revisão das memórias da violência” (idem, p. 39), essas memórias subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio, esperando o momento propício para aflorarem e virem a público (POLLAK, 1989).

Os casos a que me referi são para uma breve demonstração de como o assédio está presente no dia a dia de mulheres e em diversos contextos. Ao perguntar se já sofreram assédio no transporte público, é comum ouvir frases do tipo: “isso já aconteceu comigo”, ou, “difícil é achar quem não passou por isso”, mas para além do transporte, acontece em diversos outros espaços, seja através de estranhos, seja entre conhecido, ou no ambiente de trabalho. Ademais, trata-se de um fenômeno que costuma produzir sofrimento, constrangimento, humilhação. No entanto, geralmente é entendido como algo positivo, porque se trataria de uma manifestação do jogo da conquista, que supostamente elevaria a autoestima das mulheres. Acrescente-se a isto, a compreensão compartilhada pelo senso comum da mulher enquanto objeto sexual e do homem como o garanhão. Isto reforça comportamentos invasivos, investidas de estranhos, abordagens grosseiras, que constroem, humilham, amedrontam e fere a dignidade da pessoa.

As concepções acerca das masculinidades, que valorizam nos homens atitudes mais agressivas e de dominação, ajudam a entender porque eles se sentem à vontade para assediar as mulheres. De acordo com Bourdieu (2010), “o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” (BOURDIEU, 2010, p. 30-31). O que está por trás do assédio não é uma vontade de fazer um elogio – em

²⁴ Os nomes que aparecem nos relatos são fictícios para preservar a identidade destas pessoas. Algumas delas não se opuseram a ter o nome identificado, outras no entanto, só aceitaram conversar comigo mediante a condição de sigilo de suas identidades, deste modo, o anonimato será estendido a todos os participantes.

um dos relatos, a interlocutora me explica que “os homens assediam por abuso mesmo. Quer abusar mesmo, porque não é paixão, não é amor.” Na verdade, esse comportamento é principalmente uma tentativa de demonstrar poder e de intimidar. Não é raro as transeuntes serem assediadas por homens em pequenos grupos, quando estes estão, por exemplo, em bar, construção civil, etc. Esse comportamento pode estar relacionado à afirmação de uma masculinidade, que é valorizada na sociedade brasileira.

Então, o assédio tem a ver com a atualização de uma relação de poder, que se dá pelo constrangimento. Quando um homem assedia uma mulher não é porque quer desenvolver uma relação com ela, não é porque está interessado, é para demonstrar que aquele é seu lugar. Essa relação dá-se com qualquer tipo de mulher, independente da roupa que ela usa, do local onde ela está, da sua aparência física ou do seu comportamento.

Nessa seção, trabalharei basicamente com relatos de mulheres que lidam com o assédio sexual. A seguir destaco um trecho mais extenso de um deles, por considerar que traz vários elementos para a discussão proposta.

“Solidão em meio à multidão” ou sobre a falta de solidariedade coletiva

Estava eu por volta das 17 horas no Augusto Franco/Bugio indo para o pré-vestibular. Quando três cidadãos começaram a me abordar. No ônibus sempre que eu chegava esses rapazes já estavam e eu percebia a questão dos olhares mas eu menosprezava, eu não prestava atenção aí eu evitava passar, eu sempre ficava na frente e nesse dia eu resolvi passar pela catraca. Aí veio um primeiro, veio outro, eu percebi os cochichos aí veio o terceiro. Um olhava e fazia o comentário: “Ai que gostosa”. A princípio achei que ia ser roubada. Guardei minhas coisas. Mas aí os comentários aumentaram. Falavam coisas sexuais mesmo. “Ai eu te chuparia toda” “que gatinha, que delícia, que ruivinha mais gostosa”. O ônibus estava muito cheio. Comecei a ficar desesperada sem saber o que fazer. Aí esse rapaz percebeu meu olho cheio de lágrima perguntou: “vai chorar por quê? está com medo é?” Resolvi então descer no primeiro ponto que viesse pela frente. (Toda essa história ocorre no fundo do ônibus como cenário) arrumei meus livros e fui para a porta. Eles ficaram em torno de mim e aquele nojento... Continuou me bombardeando com palavras escrotas, desrespeitosas, tipo “essa ruivinha deve ser uma delícia nua” O medo tomou conta de mim, meus olhos encheram de lágrimas. E sabe qual foi o pior? Saber que o ônibus estava cheio de pessoas e nenhuma delas, absolutamente nenhuma, nenhuma se manifestou! Aí eu dei sinal para descer no São Conrado. Não era meu ponto. Eles viraram pra mim. Um chegou a pegar na minha bunda e disse: “vai descer por quê? Não é aqui que você deve descer!” (eu tava com a farda do Amadeus) eu desci desesperadamente, chorando, tremendo. Tive medo que eles descessem ainda mais em um lugar que eu não conhecia ninguém. Graças a deus eles não desceram. O que eu achei interessante foi que ao descer daquele transporte, eu simplesmente caí em lágrimas e quando avistei a primeira mulher ao meu lado eu pude ter

mais alívio e quando vi pessoas ao meu redor preocupadas com qual seria o motivo do meu choro e das minhas mãos tremendo. Perguntaram se eu fui roubada, se me bateram... Mas quando falei: "fui assediada no ônibus", ninguém mais deu tanta atenção, apenas uma mulher, que se ofereceu para esperar alguém ao meu lado. Ao homem que fez isso comigo, não vou esquecer o rosto dele, pois isso me deixou insegura, com medo de todos os homens desconhecidos ao meu redor. E sabe o que me dói? Saber que milhares de mulheres passam por coisas piores, já passaram ou irão passar. Dia 10/03/2015 foi um dia que marcou minha vida, definitivamente (Juliana, estudante, 19 anos).

Casos de assédio sexual nos transportes coletivos, a exemplo do relatado por Juliana, são mais comuns acontecerem em horários de grande fluxo, ou seja, em torno das 7h da manhã e das 17h, horários de maior movimentação e lotação dos ônibus, no percurso, estudantes de cursinho, secundaristas e universitários, trabalhadores e trabalhadoras no ir e vir de suas atividades. No caso de Juliana, a linha de ônibus utilizada por ela para ir estudar é a mesma que os rapazes que a assediou pegam todos os dias para retornar do trabalho, deste modo, para não se ver frente a frente com eles novamente, ela teve que reorganizar sua rotina, mudar seu trajeto e horários. Além disso, torna-se cotidiana a sensação de insegurança, como é afirmado em seu relato: *"A gente acaba sendo vítima da sociedade. Meu medo é inevitável. Eu não consigo sair segura. Eu quando saio olho pros lados. Quando eu entro no ônibus eu fico olhando para ver quem é que está"*; é interessante perceber que essa sensação é comum a muitos passageiros que dependem cotidianamente de transporte coletivo.

Apesar da revolta que ela demonstra ter dos rapazes, o que sobressai é a sua indignação diante da falta de solidariedade coletiva, a vítima é vista nesse caso como uma pessoa exagerada ou "barraqueira". Nas situações em que a vítima suporta o assédio calada, não pedindo ajuda ao sentir-se constrangida e ameaçada ou, se denunciar, não recebe apoio dos demais passageiros, a atitude mais comum é ela descer no ponto mais próximo. A reação mais comum de quem sofre o assédio é fugir o mais rápido daquele local. Essa retirada compulsiva, parece atualizar a divisão tradicional do espaço público como lugar de homens. Além disso, expõe as vítimas a uma situação de perigo, para fugir do assédio, comumente elas descem em locais desconhecidos, às vezes tarde da noite.

Na maioria dos casos que tive acesso para esta pesquisa, fora relatado a falta de solidariedade dos passageiros quando observaram situação de assédio sexual. O que poderia ser interpretado como sua naturalização, de modo que tal atitude não representaria para essas pessoas uma quebra das regras de conduta que tratam de como devemos nos comportar quando na presença de outros. Em alguns casos, as pessoas baixaram a cabeça ao se depararem com a situação, foi muito expressivo a presença de relatos sobre pessoas que riram,

ou encararam como algo menor. Os dois casos expostos a seguir, ilustram como a chacota está presente nas reações aos assédios nos ônibus:

Deixe eu contar uma experiência que aconteceu comigo no Santa Maria Campos. Saindo do Rosa Elze, seis horas da manhã. Ele sai lotado. Subiu eu e uma amiga que trabalha na limpeza do shopping. Nós vimos um cara se roçando atrás e a gente ficava o tempo todo sempre mudando a posição mas não tinha mais pra onde a gente correr e aí eu fiquei de lado e botei o meu cotovelo na barriga dele. Ela fez o mesmo, só que ele deu um jeitinho e foi pra trás e ela de novo virou e ficou de frente e ele disse: “de frente fica melhor”. E o ônibus cheio e os que estavam próximo riam. Riam mesmo. Ela disse: “ah meu amigo você vai ver com quantos paus se faz uma canoa”. Ela pegou nas partes íntimas dele e apertou e ele deu um grito dentro do ônibus e ela disse: “feche a boca senão vai sair pela boca”. E apertando. O cara tirou, os outros se calaram, ele deu sinal, quando chegou em frente à Empresa Progresso²⁵, dois pontos depois, ele desceu. “Motorista, vou descer, vou descer”. Aí um cara disse: “Põe gelo!” aí começaram a tirar onda, mas na hora que ela falou do assédio eles riram – os homens, porque as mulheres ficam indignadas. Mas eles simplesmente riram. Mas quando o cara saiu, começaram a zombar dele. A gente se sente frágil mesmo, injustiçada, por que naquele momento a gente vai recorrer pra quem? (Leila, 49 anos, doméstica).

Já nas situações em que existe uma solidariedade à pessoa que denunciou, o que costuma acontecer é o homem se sentir constrangido e descer o mais rápido possível do veículo. O caso de Leila e sua amiga é interessante, pois mostra como elas reverteram uma situação em que eram o alvo do deboche, quando expuseram que estavam sendo assediadas, mas ao enfrentarem, conseguiram que o constrangimento fosse direcionado ao assediador.

Eu estava no Santa Maria (ônibus) e era horário de pico parecia uma lata de sardinha. Aí um homem encostou numa mulher, ela tava assim (faz os gestos, a mulher estava em pé com os braços levantados segurando na barra de ferro) e ele se encostou nela e ficou roçando assim (imita os gestos) a mulher deixou e depois disse: “Já gozou? Porque se não gozou goze logo que eu já vou descer!” aí o homem que era preto ficou branco na hora e no ônibus todo mundo começou a rir e gritar “ih tem tarado aqui querendo estuprar a mulher” mas não fizeram nada, só riram. E o homem deu sinal e desceu nas carreiras agoniado, aquele nem devia ser o ponto dele. A mulher devia ter uns trinta anos, não usava roupa curta, não tem a ver com roupa e sim com a safadeza dos homens (Luiza, feirante, 35 anos).

Essa reação de deboche indica no mínimo que violar a dignidade e a liberdade sexual não tem um peso importante no que se refere às normas de conduta entre desconhecidos e a

²⁵ Empresa de ônibus que fica próxima à Universidade Federal de Sergipe.

ausência de empatia com as mulheres assediadas. Essa apatia dos passageiros diante de situações de assédio é uma das motivações para que as vítimas optem por ficar em silêncio.

A reação coletiva diante do assédio sexual é inicialmente de passividade relacionada à naturalização desse tipo de violência, por exemplo, quando numa dessas situações procura-se ajuda, como aconteceu com Juliana, que foi inquirida se ela havia sido assaltada. Outra questão é recorrência de casos de assédio, trata-se de uma violência diária: *“a gente nem fala dos assédios, porque eu vou ter que chegar todo dia e dizer: olha eu fui assediada na rua; hoje fui assediada no ônibus. E as pessoas vão dizer: ‘Ah foi?’ e acaba por aí.”* De tanto acontecer, vira algo banal. Além disso, é visto como algo muito insignificante diante do alto índice de assaltos que tem ocorrido nos ônibus, ouvi muitas pessoas, geralmente homens, mas também mulheres, dizerem que essa discussão sobre assédio sexual não é importante.

O ceticismo nas instituições e na capacidade de solidariedade das pessoas acaba motivando que as mulheres permaneçam em silêncio. Assim surge a questão: *“falar para quê e para quem?”* Esse argumento é o mais recorrente. Refere-se tanto ao silêncio no momento que acontece – este é motivado inicialmente por medo da reação do agressor e por esperar que o ajuntamento vá desacreditar da denúncia ou rir da situação. Sobre a ausência de denúncias formais, são justificadas por desconhecer um órgão ou pessoa a quem recorrer e por desacreditar que alguma medida eficaz será tomada.

Embora sobressaia a falta de solidariedade dos passageiros, em que estes assumem a postura de ignorar e ficar indiferente ao que está acontecendo com o outro, no entanto, nos dois exemplos a seguir podemos ver a questão por outra perspectiva, a daqueles que se importam. É interessante perceber que diante das situações dentro dos ônibus, há tendências, mas não há uma reação padrão. Quando a cobradora da Linha Fernando Collor narrava seu dia a dia no trabalho²⁶, contou-me de uma situação na qual os passageiros que tomaram a atitude ao ver que houve uma conduta inadequada:

Teve outro caso, esse eu não vi acontecendo o ato, só vi o reboiço do povo que começou a brigar com o cara e fizeram o cara descer apulso do ônibus, mas só fizeram descer, porque ele estava se roçando numa mulher e a própria mulher disse que não viu mas os passageiros viram e tiraram o cara.

²⁶ Conheci Andreia quando ela estava fora de seu horário de trabalho, num dia de domingo, o ônibus estava lotado com passageiros da Grande Aracaju que voltavam da praia e eu estava imprensada entre eles, ela observou que eram todos homens, puxou-me pelo braço e tirou-me do aperto, sob a justificativa de: “porque, sabe como é... esses ônibus cheios” e foi assim que ficamos de conversação longamente.

Nesse exemplo, o assédio foi visto como uma quebra das regras de conduta em público, mesmo sem a denúncia da mulher, partindo a atitude do próprio ajuntamento. De modo que, a reação se decide no ato, não sendo passível de previsão. Já o exemplo a seguir ilustra a satisfação, alívio e empoderamento quando existe o apoio coletivo.

*Eu estava vindo do terminal Atalaia e tinha um cara atrás de mim bem alterado. Aí eu passei pra outro lugar, e ele foi atrás, mas como eu tinha saído do lugar as pessoas perceberam. Aí eu disse bem assim: “**você não tem mulher em casa não para ficar se ralando na mulher dos outros? Se respeite**” (grifos meus). Aí ele negou. Foi uma confusão dentro do ônibus porque outras pessoas tinham visto e elas começaram a gritar: “foi mesmo”, “foi mesmo. Ela tava lá na frente e você foi atrás dela”. Ele disse que se me visse de novo ia me matar. Ele se sentiu envergonhado. Aí ele desceu do ônibus, o motorista parou pra ele descer. Aí eu briguei com ele (o passageiro), não tive paciência, falei. E a minha sorte é que as pessoas viram e estavam do meu lado, não sei o que seria de mim se não tivesse ninguém para me defender, talvez até ele podia me bater. Ele ficou bem alterado bem nervoso, as pessoas começaram a xingar e ele desceu. Eu fiquei aliviada, graças a deus que as pessoas me ajudaram (Luciana, doméstica, 36 anos).*

Observando os casos relatados, verifiquei que as mulheres de meia idade frequentemente quebram o silêncio e enfrentam os assediadores; a defesa da própria honra é um dos motivadores, honra baseada no estado civil e na questão geracional – aparece através das exclamações “*eu sou uma mulher casada!*” ou “*uma mulher na minha idade!*”. Essa interpelação ao assediador se ele “*não tem mulher em casa para ficar se ralando na mulher dos outros*”, surge em outros momentos, ao evidenciar que ela é a mulher de alguém, reivindica que seu corpo não seja invadido, em respeito àquele que o tem de direito. Essa é uma questão antiga, como foi demonstrado em pesquisa realizada pela historiadora Soihet sobre violência e mulheres pobres no Brasil no início do século XX. De acordo com a referida autora, “a honra de uma mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento” (SOIHET, 2012, p. 389). Nos processos por ela analisados, defender a honra da mulher não significava opor-se à violência contra a mulher, mas sim defender a propriedade do marido ou do pai.

Tornar-se mulher é tornar-se alvo

O assédio constante que as mulheres sofrem em espaços públicos – rua, ônibus, ponto de ônibus, praças, metrô – leva-se a crer que o corpo feminino é visto por alguns homens

como um espaço de livre acesso, tal qual uma rua ou uma praça. Tudo isso afeta a autonomia das mulheres de dispor totalmente sobre seus corpos. As opressões de gênero parecem querer o tempo inteiro provar que o *slogan* “meu corpo, minhas regras” fortemente defendido entre feministas na atualidade não é totalmente verdadeiro na prática, tendo em vista que em diversas situações e lugares esses corpos são alvos de controle e violência – assédio sexual, violência obstétrica, negação de direitos reprodutivos, para citar alguns exemplos.

Em uma pesquisa a respeito da percepção dos brasileiros sobre a violência contra as mulheres, realizada pelo IPEA em 2014, mostrou-se que 26% dos participantes concordaram com a seguinte afirmação: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e 58,5% concordaram que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. A concordância com tais afirmações aponta para um discurso que culpabiliza as mulheres pela violência sexual a elas desferida e retiram a responsabilidade dos homens, ao considerar legítimo esse comportamento.

A culpabilização da vítima ocorre por exemplo, quando sugerem que ela provocou ou permitiu que lhe acontecesse aquela situação de violência. Assim interpelam-na: “mas que roupa você estava usando?” “Será que você não provocou?” Os rumores sobre a possível conduta da vítima representa uma não acolhida à sua dor, o que causa sensação de sofrimento e contribuem para o silêncio. Pollak em interessante trabalho sobre memória e identidade, argumenta que esses silêncios e “não-ditos” são moldados “pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p. 8). O quadro culpabilizante se completa com a frase: “mas você está exagerando!”, que tenta minimizar a gravidade do assédio e deslegitimar a fala de quem passou por essa situação.

No contexto em que escreveu Veena Das, as correntes de rumores eram mobilizadas para autorizar a violência contra o *outro*; esse fato ocorreu entre os Sikh e Hindus que eram grupos em conflito na Índia. Ao fazer supor que os Sikh eram desprovidos de subjetividade humana, esses rumores atraíam as pessoas para agirem de determinada maneira. Através de um tipo de violência que nublava as distinções claras entre agressores e vítimas (PEREIRA, 2010). Nos casos de assédio sexual, os rumores são manejados para justificar os abusos fazendo-se um ataque à moral das vítimas. Deste modo, utilizam-se argumentos de que tratava-se de uma prostituta, vadia, de que “ela estava pedindo” ou “também vestindo essa roupa!” É possível apelar ainda para a alegação de que tratava-se de uma mulher louca e que inventa histórias.

Na discussão sobre o assédio sexual vê-se que a vestimenta feminina aparece nos discursos como um elemento importante e que pode ser interpretado através de diferentes perspectivas: no discurso dos movimentos feministas é defendido que independente do que a mulher esteja vestindo, ela não merece ser assediada ou estuprada. Por outro lado, nas narrativas das mulheres sobre os casos que vivenciaram enquanto expectadora ou alvo de assédios consta a afirmação de que o tipo de roupa não define quem será assediada, por isso costumam enfatizar como estavam vestidas quando sofreram assédios. Por fim, existe quem justifique ou legitime condutas invasivas com base no critério da roupa que as mulheres usam, conforme aparece nas opiniões de grande parte dos entrevistados. Esse posicionamento é reproduzido por algumas mulheres, no entanto, tal postura aparece com maior frequência nas opiniões dos homens, conforme será visto no quarto capítulo. Os trechos a seguir servem para ilustrar alguns posicionamentos das mulheres com base nos relatos colhidos:

– *“Me perguntaram como eu estava vestida. Se de short ou de saia. Eu disse não! Eu estava de calça jeans, de farda e mochila. O que tem de provocador nisso?”* (Juliana, estudante)

– *“Eu sei que tem mulher que se veste de tal forma – que não justifica o homem assediar – mas de forma provocativa. Provoca mesmo. Mas no meu caso não, eu tenho 49 anos e eu ando como uma senhora de 49 anos. Ninguém vai dizer que eu tenho 20 ou 30. Então eles mexem por mau caratismo”* (Leila, empregada doméstica).

– *“Pra você ver, tem mulher que veste shortinho curto, mas essa era crente, tava de saião, blusa de manga, você não via nem o ombro da mulher e nem usava maquiagem. Devia ter uns 25 anos. Eles não olham idade nem roupa”* (Andreia, cobradora de ônibus).

– *“Eu tava normal assim... short normal e camiseta e inclusive estava com uma camiseta escrito ‘machismo mata’, isso me deu mais raiva ainda”* (Patrícia, estudante e militante).

Pode-se observar que ao fazer questão de descrever como estavam vestidas, recaem também numa divisão: de um lado as mulheres que usam roupas provocativas e do outro, elas que estavam usando roupas discretas, compostas e por isso o assédio seria injustificável.

Na tentativa de compreender as experiências de vida destas mulheres num exercício de escuta, anseio também ter uma compreensão do status da mulher na sociedade atual. Um dos caminhos é perceber como seus corpos são alvos de intervenções externas. O corpo nestas narrativas aparece acuado, alvo de opressão com base no critério de gênero, mas também

insubmisso! Os enfrentamentos dão-se na prática cotidiana, ao não deixar-se calar nem paralisar. Se por um lado vivencia-se o retrocesso da tentativa de cerceamento da livre disposição sobre o próprio corpo, por outro, existe a resistência manifesta no enfrentar todos os dias essas situações, ao não estagnar-se diante de violações que podem ser sutis em alguns casos, mas que acabam afetando a vida de muitas mulheres.

A questão da insubmissão dos corpos que foram atravessados por algum tipo de violência, aparece em outros contextos e com outras ferramentas, como é revelado por Butler em recente livro. Em um de seus ensaios a autora mostra o caso dos presos de Guantánamo que faziam poesias para dar visibilidade as torturas que sofriam:

O corpo que existe em sua exposição e proximidade em relação aos outros, às forças externas, a tudo aquilo que pode subjugar-lo e dominá-lo, é vulnerável aos maus tratos; os maus tratos são a exposição de vulnerabilidade [...] o corpo é também aquilo que continua vivo, que respira (BUTLER, 2015, p. 95).

Sendo assim, vê-se por exemplo como o corpo feminino costuma estar mais exposto a maus tratos. Durante a construção da presente pesquisa, tive a oportunidade de estabelecer debates públicos com movimentos feministas e uma das questões que surgiu dizia respeito a como o “tornar-se mulher” significa “virar alvo”. Em um destes debates, uma militante do movimento transfeminista de Aracaju, ao debater a questão do assédio sexual, relatou sua transição e descreveu como virou alvo de assédio, a partir do momento que começou a se “hormonizar”. Percebendo assim como o “tornar-se mulher” expõe a situações de assédios em seu cotidiano. Por outro lado, outras garotas narraram como utilizavam a masculinização dos seus corpos para que pudessem passar despercebidos aos olhos dos homens. Nesse sentido, usam-se faixas para esconder os seios durante a adolescência, deixam-se os cabelos curtos e usam-se roupas muito folgadas – *“me sinto andando na cidade armada, com o gatilho sempre pronto,”* revela uma delas. Soma-se a isto a atitude mais hostil e no semblante a expressão séria como mecanismo de defesa.

Como as mulheres costumam reagir em situações de assédio, quais as estratégias usadas para se defender.

O medo faz com que a rotina dos passageiros seja modificada através de pequenos gestos. Um exemplo disso está na maneira como as mulheres agem no ponto de ônibus: quando se aproximam, se houver uma quantidade razoável de pessoas, somam-se ao

ajuntamento, mas, se estiver vazio ou com uma pessoa só, é muito comum que fiquem afastadas do ponto, próximas a algum lugar que possa oferecer alguma segurança. Seja um comércio ou a guarita de um condomínio.

Outro mecanismo de defesa muito utilizado é não passar pela catraca até chegar ao destino. O que gera muito tumulto, pois a parte frontal do ônibus fica superlotada. Esse truque é utilizado também por homens, mas para evitar ser assaltado. Quem anda de ônibus nos horários de pico, sabe bem o que é ouvir do cobrador as súplicas “*gente, chegue mais pro fundo, o fundo tá vazio*”. Algumas meninas relataram que evitam encarar os passageiros, mas descrevem como uma atitude que as oprime: “*Não existe opressão amena. Ficar com a cara na janela, não sair da mesma posição, por exemplo.*” Além disso, surgem nas narrativas as opções: evitar usar determinados tipos de roupa (curta, decotada, vestido), mesmo vivendo numa capital de altas temperaturas durante a maior parte do ano. Dar cotoveladas; descer no primeiro ponto que encontrar; gritar pelo motorista, pedindo ajuda, usar a bolsa como escudo que a separe de quem tenta roçar-se, são outros mecanismos utilizados como defesa.

Em seu relato, Leila conta como costuma enfrentar essa situação no dia a dia:

Eu moro hoje no Santa Maria e pego ônibus vazio e eu procuro um lugar que tenha mulher, eu sento, porque homem sentou, ele abre as pernas, quer roçar perna com perna, eu não gosto, eu acabo falando; pra evitar... Já aconteceu de eu pegar ônibus e ver trabalhadores de construção civil, eles pegam e sentam na janela e fica só o corredor e a gente percebe que tem aposta entre eles para ver quem senta perto deles, eles sentam perto da janela e deixam só o corredor livre. Eu prefiro não sentar, muitos descem no [Shopping] Jardins, na [Avenida] Beira Mar e quando descem eu sento. Porque vem homem roçar as pernas da gente. Eu fico indignada, eu acho isso uma falta de respeito, a gente não tem pra quem recorrer, então é aquela coisa, não vou medir forças com ele, mas eu não sou do tipo que fico calada também. É assim, roçou as pernas eu digo: “dá pra o senhor fechar as pernas por favor? O senhor está me incomodando”. Se eu ver que ele continua eu prefiro me levantar e sair pra evitar problema, mas eu fico indignada por que é meu espaço que está sendo invadido e eu não posso fazer nada! (Leila, doméstica, 49 anos).

O ônibus é o local de chegadas e partidas; para quem o utiliza frequentemente, o que se deseja mesmo é partir logo daquele lugar de estrutura desconfortável, cadeiras de plástico, baratas circulando, etc.; mentalmente repete-se o mantra “que chegue logo”. Além disso, são atitudes conhecidas entre as mulheres, viajar em pé, como no caso de Leila, porque convive com a sensação de insegurança, na qual o outro é visto como uma possível ameaça; evitar sentar perto de um homem e evitar ficar na parte do fundo do ônibus, são medidas tomadas nos trajetos diários, tornando a viagem mais desgastante.

É importante destacar o posicionamento de algumas feministas e ativistas em geral, que defendem que as mulheres reajam e que constriam os homens. Um vídeo²⁷ incentiva e convida as mulheres: “vamos fazer um escândalo”. A campanha encoraja a quebra do silêncio. Entretanto essa ação poderia trazer riscos para quem o quebra: sofrer uma reação violenta; não obter empatia e ajuda das pessoas no recinto. Além do risco à quem se dirige a acusação, como a possibilidade de o acusado ser inocente e ser exposto ao constrangimento e a reação violenta. No extremo, pode ocorrer um linchamento do acusado. No entanto, essa deve ser uma decisão muito contextual, ou seja, se a mulher sentir-se segura, pode optar por fazê-lo; o enfrentamento é um meio de inibir os assediadores.

O caso de assédio que ganhou notoriedade nos jornais e já fora citado neste trabalho, é emblemático, porque ao reagir, a vítima acabou sofrendo uma violência ainda maior. A falta de empatia das mulheres que riram da situação foi um momento crítico, “– *Podia ser a neta delas, a filha delas, podiam ser elas mesmas. Foi uma grande humilhação*”²⁸. Se em algumas situações o assédio pode figurar como um comportamento reprovável, na situação descrita acima, virou motivo de piada e toda a violência praticada naquele momento passou a ser justificada, a revelação de que se tratava de uma travesti deu um tom diferente ao fato, seria um dos exemplos do que Butler chamou de “corpo abjeto”, ou seja, “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (PRINS & MEIJER, 2002, p. 161).

Os efeitos produzidos por essas experiências são em alguns casos mais graves, a vítima parar de usar transporte coletivo, em outros, modificar os horários, buscar alternativas para manter a rotina.

Estava sentada e um homem sentou próximo a mim, com uma bolsa preta no colo. Eu tava distraída olhando para o outro lado e quando virei, percebi que ele fazia uns movimentos estranhos, daí olhei novamente e ele estava se masturbando e com a bolsa na frente do colo tentando esconder. Na hora fiquei apavorada, só tinha mais umas duas pessoas no local, mas acho que ninguém percebeu. Logo me levantei e fui em direção a portaria da UNIT e avisei ao funcionário, eu tava com medo e nervosa. Medo de que o cara me visse chamando alguém. O guarda foi lá e filmou discretamente o sujeito e disse que informaria a segurança. Depois que o guarda saiu, ele saiu

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Maw7ibFhls> Acesso: 28/10/2015.

²⁸ Disponível em: http://www.nenoticias.com.br/84455_aracaju-travesti-sofre-abuso-tenta-se-defender-e-e-agredida-em-onibus-.html

caminhando todo desconfiado. O homem aparentava ter perto dos 30 anos, estava com um uniforme do SESC, me pareceu estudante de educação física, por isso quando ele sentou eu nem desconfiei de nada. Isso aconteceu por volta das 11h da manhã. Depois disso eu não quis mais andar de ônibus, ficava apavorada lembrando dessa situação e até constrangida em passar pelos guardas todos os dias. E passava pela minha cabeça que eles lembrariam "aquela menina que falou sobre o cara do ponto de ônibus". Mas depois eu lidei melhor com isso. Tenho a sorte de voltar de carona pra casa, mas imagino quem precisa usar o transporte diariamente e passa por isso. Isso me afetou bastante, eu não queria mais ficar sozinha esperando naquele local, hoje em dia só fico próximo de onde tem muita gente, ficava lembrando da cena dias depois e me perguntando se eu realmente tinha visto aquilo. Mas hoje eu tô mais tranquila em relação a isso, talvez porque eu não precise mais utilizar com muita frequência o transporte coletivo como antes (Olga, 20 anos, estudante).

Além dos sentimentos comuns diante do assédio, como nojo, raiva, impotência, há o sentimento de medo, de que o indivíduo esteja armado e possa cometer uma violência maior, e principalmente está no centro da questão, o medo do estupro. O assédio é um estágio que pode vir a anteceder ao estupro. Não é que todo assédio desemboque em estupro, mas é a possibilidade de, que causa tamanho medo. Estando num espaço público, andando na rua, no ponto de ônibus, ou mesmo dentro do transporte coletivo, um estranho que se masturba olhando ou tocando em uma mulher, ameaçando, etc., pode sim passar do assédio ao crime do estupro. Em todo caso, presenciar essa cena já é por si só uma violência.

Por mim eu não pegaria mais ônibus. Eu cheguei a pensar como é que eu vou sair de casa? Eu não poderia parar minha vida por causa disso. Teve um dia que eu cheguei e eles estavam lá. Eu decorei o rosto deles. Eu mudei meu horário, comecei a ir mais cedo, mas teve um dia que me atrasei. E acabei coincidindo com eles. Eles eram trabalhadores entre vinte e trinta anos. Eu pego ônibus no final de linha e eles estavam no aglomerado. Eu fiquei do outro lado, não fui para a parte que eles estavam mesmo tendo muitas pessoas. Esperei eles subirem no ônibus. Esperei outro, me atrasei para a aula (Juliana, estudante, 19 anos).

Lidar com o assédio como pode ser visto através das experiências aqui expostas, requer adequar-se, fazer concessões no dia a dia, deixar de fazer ou passar a fazer determinadas coisas. Assim como Juliana, outras mulheres mudaram rotinas, ou em casos mais graves, passaram algum período com a saúde afetada. Foi assim com Beatriz, a partir de então, um dos caminhos encontrados por ela foi adquirir uma postura mais hostil. Numa das situações que ela narrou, assim que ela passou pela catraca um passageiro a segurou pelo braço:

Quando eu passei pela catraca ele segurou forte no meu braço e eu disse: “Solte o meu braço por favor”. Ele não soltou, eu puxei. Sentei dois bancos atrás dele, botei minhas coisas no colo, quando eu nem percebi ele levantou e veio sentou do meu lado e veio tentando me agarrar, aí eu já dei um grito: “cobrador, esse cara tá querendo me atacar aqui dentro do ônibus”, na mesma hora, eles não hesitaram, o motorista parou o ônibus e disse: “você vai descer agora, ou desce ou vou chamar a polícia”. Porque eles já me conheciam, as pessoas ali se conhecem porque se veem todos os dias. O cobrador pulou a catraca e botou o cara pra fora do ônibus porque ele foi bem invasivo. Não respeitou nada nem ninguém que estava ali, já foi pra cima de mim, me falando várias coisas horrorosas. Eu fiquei super assustada. Naquele dia eu tive sorte porque alguém levantou e reagiu ao meu favor. Naquele momento eu senti um alívio. Ele perguntou se eu queria dar queixa na delegacia mas na hora eu estava nervosa e não pensei nas consequências do que deveria ter feito, não fiz e acho que deveria ter feito. Se eu tivesse mais calma e pensando na consequência teria feito (Beatriz, 29 anos, servidora pública).

O homem que a assediou não estava entre os passageiros que usam aquele transporte diariamente e no mesmo horário. A reação a favor de Beatriz insere-se em um contexto diferente dos outros casos que ouvi, pois já havia um reconhecimento mútuo entre os passageiros. É interessante notar que ela foi a única que relatou-me que desejava ter denunciado formalmente o que lhe aconteceu, pois segundo ela, seria uma forma de proteger-se caso o encontrasse novamente. Depois desse fato ela modificou a forma como interage no transporte coletivo.

Quando entro no ônibus já fico toda arisca, preparada pra dar um “argh!, não vem pra cima de mim”. Eu não sento no fundo do ônibus se tiver só homem, se tiver dois lugares de um lado com homem e de outro com uma mulher, eu sento perto da mulher, não garante nada, mas eu fico tentando essas artimanhas pra não ficar perto de homem, aversão mesmo, total, e sei lá como eles naturalizam assim na cabeça; sou bem arredia. Antes, eu não facilitava as coisas, mas não me incomodava a presença dos homens. Hoje em dia me incomoda só a presença do homem perto, ele pode até ser respeitador e ter noção do que é tá no mesmo espaço da mulher, mas eu tenho aversão porque não conheço o cara. Já fui durante nove horas pra Recife sem dormir, conversando com o homem do lado, mas não dormi. É bem complicado no cotidiano (Beatriz, 29 anos, servidora pública).

Essa sensação de que qualquer homem pode ser um inimigo em potencial, é compreensível diante do histórico de violações vivenciadas por muitas mulheres, por outro lado, é necessário frisar o efeito prático negativo nas as relações sociais, que compromete uma convivência pacífica e saudável. Acaba sendo um risco tornar os homens uma categoria homogênea, um inimigo comum, reforçando o dualismo algoz e vítima. Essa essencialização é bem recorrente

ao longo das narrativas. O trauma gerado por experiências com alguns homens torna a categoria homem um ser violento por natureza. Essa perspectiva é endossada pela ala do feminismo radical.

O espaço público comumente é entendido ou descrito nas narrativas como um lugar hostil, o que se alinharia à perspectiva de DaMatta (1997), na qual o espaço público aparece como perigoso. Para o autor, a rua representa o lugar do conflito, em que todos estão contra todos, já o espaço privado, a perspectiva da casa representa as relações familiares, de amizade e compadrio, da pessoalidade, representa o lugar de segurança e de humanização, visto que ali a pessoa possui direitos.

Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define nossa ideia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao ‘governo’ ou ‘ao povo’ e que sempre está repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso (DAMATTA, 1997, p. 52,53).

O que este trabalho pretende é, ao trazer essas narrativas traumáticas ou apenas constrangedoras referentes ao assédio sexual nas interações cotidianas no transporte coletivo, reivindicar que este tema ganhe luminosidade no debate público das violências ordinárias direcionadas às mulheres e das desigualdades que ainda se mantêm no acesso ao espaço público e a violação do direito constitucional da preservação da dignidade humana que se dá através do desrespeito à autonomia sexual feminina, da livre disposição sobre seus corpos e suas escolhas. O terceiro capítulo retomará a questão do espaço público, relacionando à cidadania, e voltará para as posições dentro dos movimentos feministas e para as propostas de enfrentamento desse tipo de violência.

Sobre a rotinização das condutas de desrespeito e seus desdobramentos na vida ordinária.

A vida cotidiana no esquema teórico *goffmaniano* é analisada em seu aspecto ordinário, com suas interações ritualizadas, na qual as regras de conduta aparecem como um guia para a ação que “invadem o indivíduo de duas formas gerais: diretamente, como obrigações, estabelecendo como ele é moralmente coagido a se conduzir; indiretamente, como expectativas, estabelecendo como os outros são moralmente forçados a agir em relação a ele” (GOFFMAN, 2011, p. 51). Uma das coisas que o campo indicou-me na presente pesquisa diz respeito às regras de condutas relacionadas a constranger e perturbar; foi possível concluir que

são obrigações relativizadas, especificamente ao tratar-se da maneira que deve-se agir em relação às mulheres ao partilhar o espaço público.

Dialogando com a obra de Durkheim, Goffman retoma a noção de um *eu* sagrado e a distinção entre regras substantivas e cerimoniais. Sendo assim, procura entender como “a pessoa, em nosso mundo secular urbano, recebe um tipo de sacralidade que é exibido e confirmado por atos simbólicos” (idem). Nos códigos de regras de conduta substantivas – lei, moralidade e ética –, e, dos códigos de regras cerimoniais – incorporados à etiqueta, aos rituais de deferência –, está posto como devemos nos comportar na presença dos outros. A quebra desses códigos poderá violar ou ferir essa sacralidade da pessoa, e indicar o não reconhecimento de sua dignidade, frustrar a expectativa de respeito e de inviolabilidade nos processos interativos (GOFFMAN, 2011).

Retomando os casos de assédio sexual no transporte coletivo, dou continuidade à discussão sobre seus desdobramentos na vida cotidiana das vítimas, percebendo como modificaram suas rotinas e percursos. Por outro lado, levo em consideração como construíram alternativas de enfrentamento. Por enquanto, o termo vítima é utilizado apenas para indicar as pessoas que passaram por experiências de assédio sexual que elas consideraram como traumática ou constrangedora e, a partir das reações emocionais, perceber as implicações geradas individual ou coletivamente.

Mas vale ressaltar que a noção de vítima possui grande relevância dentro da discussão da violência de gênero, na qual SARTI (2011) contribui problematizando a concepção de vítima. Ao levantar questões a respeito da construção social e histórica da noção de vítima e a extensão que essa figura adquire na sociedade contemporânea como forma de legitimação moral de demandas sociais. Mostrando como a construção da vítima é pensada como forma de conferir reconhecimento social e inteligibilidade ao sofrimento. Voltarei ainda a esta questão no capítulo seguinte.

Na abordagem da Teoria Crítica de Honneth, os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito – enquanto formas de reconhecimento recusado – podem tornar-se o impulso motivacional para a resistência social de luta por reconhecimento. São enumeradas três esferas de reconhecimento mútuo: do amor, se tece no plano dos afetos e que possibilita a autoconfiança; dos direitos, o reconhecimento jurídico que gera autorrespeito e da solidariedade, nas relações intersubjetivas que gera autoestima. O não reconhecimento dessas dimensões afeta a formação da identidade pessoal (HONNETH, 2003).

A partir da diferenciação desses três padrões de reconhecimento, possibilita-se pensar outros modos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais – das violações que ameaçam a integridade física, passando pela exclusão e por fim, das ofensas que ferem os sentimentos de dignidade e pertencimento: “suas diferenciações devem se medir pelos graus diversos em que podem abalar a autorrelação prática de uma pessoa, privando-a do reconhecimento de determinadas pretensões de identidade” (HONNETH, 2003, p. 214).

No relato a seguir, é interessante observar como as experiências de desrespeito vivenciadas por Patrícia ultrapassaram os horizontes individuais e a motivaram a partir para a luta social.

A última vez que eu sofri assédio mesmo e que eu fiquei bem mal e ainda mais mal por não ter conseguido reagir, foi dentro de um ônibus. Que eu peguei no Terminal do Centro, o 715 para descer na Praça da Bandeira, um percurso super curto, o ônibus estava lotado, aquele horário cinco e meia. Aí eu senti que tinha um cara atrás de mim, eu estava em pé. Segurando assim... aí eu senti ele se chegando. A princípio eu pensei que fosse uma coisa do ônibus lotado sabe, mas daqui a pouco ele começou mesmo a se esfregar, ele era baixo, devia ter uns quarenta anos, aí eu olhei assim pra trás e ele olhou pra mim e meu olhar queria dizer: “eu percebi, pare com isso.” Depois eu virei e ele continuou, eu comecei a tentar me espremer no ônibus e uma situação bem chata e eu sem saber o que fazer e fiquei totalmente sem ação, não tive o que falar. Eu dei sinal, desci. Eu desci super mal do ônibus por não ter conseguido fazer nada, por ter me sentido horrível por ter passado por aquela situação e ainda mais diante dessas coisas que a gente tá pautando sempre tentando desconstruir ao máximo em todos os locais que a gente tá e eu me senti muito mal por não ter dito nada. Mas só no outro dia que eu percebi, velho a culpa não é minha, mas é foda não ter conseguido responder e é uma coisa bem foda porque ali eu tinha saído de casa para uma reunião e imagino o quanto de mulheres que sofrem assédio todo dia, a situação do ônibus é horrível. Eu fiquei mal mesmo, porque teve uma vez mais antiga que aconteceu algo parecido e eu falei que da próxima vez que acontecesse eu iria responder mas eu não respondi. Nos primeiros dias andava com receio nos ônibus, mas eu fico triste porque isso é um fato que não acontece só comigo, acontece cotidianamente, porque quando você relata para alguém você vai saber que ela já passou por aquilo também, se não passou vai passar e saber que isso vai acontecer de novo, isso é muito difícil. O que muda é o sentimento de reagir diante disso. Tentar não ficar calada. Fiquei me sentindo um lixo, humilhada é a palavra, mas no dia seguinte revigorada. Me sentindo mais forte. Inclusive eu já estava pensando em chegar com a galera do Não Pago, e isso me motivou, já tinha participado de espaços de formação. O movimento é muito importante mas a grande parte do coletivo é homem, e a gente precisa que mais mulheres se cheguem também para construir aquele espaço e é massa isso que depois do meu relato (refere-se ao relato divulgado via facebook) outras meninas já se mobilizaram, é difícil a situação do transporte público porque são as mulheres que mais sofrem. O assédio aconteceu numa sexta,

tinha uma reunião no domingo isso me deu mais instiga para chegar junto com a galera. No dia seguinte eu tive o sentimento de estar mais forte com mais instiga de lutar (Patrícia, estudante e militante).

O sentimento de humilhação e de impotência cedeu lugar à vontade de firmar-se de vez na luta pelo transporte, essa talvez tenha sido uma forma de responder posteriormente e de autorreconciliar-se após o mal-estar provocado pelo silêncio em situações de assédio. Consideremos a seguinte citação:

A resistência coletiva não é apenas um meio prático de reclamar para o futuro padrões ampliados de reconhecimento... o engajamento em ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los do rebaixamento passivamente tolerados e de lhes proporcionar uma autorrealização positiva” (HONNETH, 2003, p. 259).

Tais sentimentos aparecem na sistematização feita por Honneth, relacionado ao primeiro tipo de desrespeito, ou seja, aquele que toca a camada da integridade corporal de uma pessoa, expressa-se na forma de maus tratos práticos, que tenta minar as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo,

Toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra sua vontade e qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrealização prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito (HONNETH, 2003, p. 215).

Esse tipo de desrespeito lesa não só fisicamente, como destaca o referido autor, mas também subjetivamente, pois o indivíduo sente-se vulnerável à vontade do outro. “Portanto, o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo” (HONNETH, 2003, p. 215).

A possibilidade de experiências de desrespeito social motivar uma resistência política devido a reações emocionais negativas como vergonha ou ira, a vexação ou desprezo em que o sujeito vê que o reconhecimento social lhe foi negado injustificadamente, vai depender do entorno político e cultural dos sujeitos atingidos (HONNETH, 2003), colocando assim a luta social como uma possibilidade. No exemplo em questão, os sentimentos de culpa e humilhação vivenciados por Patrícia, tempos depois, foram ressignificados e motivadores do engajamento político em defesa do respeito e da autonomia das mulheres disporem de seus corpos livremente sem sofrer a interferência de estranhos, para isso passou a militar no movimento local em defesa do transporte público, adicionando a essa luta questões

específicas de gênero. Mas em sua trajetória pessoal já constava o engajamento em outros movimentos sociais populares e de intervenção urbana e uma aproximação ao Movimento Não Pago.

Das experiências de desrespeito convertidas em resistência, destaco ainda o relato de Duda, estudante de artes da UFS, que ao ver-se na situação de invasão extrema de seu corpo, sentindo que alguém a *encoxava*,²⁹ encontrou na arte uma resposta possível. Sem saber exatamente como reagir no ato, após pensar um pouco no que estava acontecendo, e depois de algum tempo ter sentido que o homem havia gozado, reagiu diante daquela vexação de forma performática, então, de súbito, ela colocou as mãos nas costas, pegou o sêmen e começou a falar para os passageiros: *“Vende-se carne porque comer é de graça. É de boa qualidade. Pode experimentar. Mas antes de levar aproveite a promoção! Comprando a carne leva o corpo.”* E foi repetindo continuamente, até chegar à UFS, ao mesmo tempo em que mostrava suas mãos aos outros passageiros. *“Mesmo o ônibus lotado, as pessoas abriram caminho para que eu passasse por elas e observavam curiosas, algumas talvez sem entender. Vendo aquela performance, o assediador desceu no primeiro ponto que encontrou pela frente. Em um ônibus lotado tenho o exemplo claro de que não sou proprietária do meu corpo”*. Relatou-me a estudante.

No entanto considera que o que lhe aconteceu de alguma maneira foi bom, porque ela conseguiu transformar em algo positivo e que teve uma reação que talvez a maioria das pessoas não tivesse. Assim sua experiência virou arte, transpondo sentimentos para o trabalho que já realizava – as pinturas em tela, as fotografias, performances e vídeos³⁰ –, ela acredita que assim, quem tiver acesso ao seu trabalho artístico poderá também intervir e pensar sobre a questão do assédio. Essa foi a sua reação e a forma de intervenção que encontrou, usando inclusive seu corpo como instrumento político e artístico para falar sobre o tema.

Por fim, o caso de Rosa, estudante da UFS, que também engajou-se na luta pelo transporte público através do Movimento Não Pago. Ao narrar seu cotidiano enquanto usuária do transporte coletivo, recitou alguns versos que escreveu após ter sido seguida na rua por um homem de carro, e descreve a situação: *“Fui até o posto de saúde caminhando, porque não queria ficar sozinha no ponto de ônibus, fiquei com muita raiva porque era meio dia e eu tava recém operada, eu tive que ir andando até o posto de saúde. Até escrevi para desabafar um*

²⁹ Encostar-se por trás com movimentos de cunho sexual. Termo utilizado em Aracaju e em outras cidades para definir tal comportamento.

³⁰ A experiência de assédio vivenciada no ônibus a inspirou construir uma performance no centro da cidade e transformá-lo em vídeo “Vende-se carne. Procura-se um corpo” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h2YLtSbcXwI> acesso: 15/05/2015.

pouco. Eu fiz com bastante raiva, essa situação eu fiquei bem tensa” (Rosa, 22 anos, estudante e militante).

É dia de rua
Pouco movimentada
Se ando sozinha
É certa a cantada

Venha pra cá sua gostosa
Chegue mais perto
No carro um senhor
Aprumado em seu terno

Coração a mil
Passos acelerados,
Alterno a calçada
E vou pro outro lado

Andar em zigue zague
Desviando desses caras
Não é dom
Cansei e
Se falar merda
Vai ouvir em bom tom

Meu corpo não é público
A rua também é meu espaço
Não abaixo o facho
E nem acelero mais o passo
Por causa de homem
Como você

Aprenda a ficar calado
Ou o constrangimento será certo
Seu assovio
Não é elogio
É assédio

Enquanto militante Rosa tem disputado espaço dentro do movimento para debater essa questão. Sua atuação política em defesa do transporte pode ser entendida como uma das formas de enfrentamento local à questão do assédio,

A gente percebe que as pessoas mais orgânicas, mais públicas, que estão à frente do movimento são homens e a gente conversou que a dinâmica do coletivo tem que mudar, que as mulheres estejam a frente e que a gente esteja pautando as coisas e não os meninos pela gente, a gente está num momento de reorganização...o Não Pago fazia a discussão antes de eu entrar, sobre a lotação do coletivo que faz com que as mulheres sejam

assediadas, a situação das rodoviárias... mas a gente está num momento de se reorganizar mesmo, de começar agora. A gente tá se organizando com pautas feministas, a gente tá vendo material do Passe Livre de São Paulo, por exemplo essa semana estávamos vendo uma ação delas no metrô, que estavam entregando alfinetes para alfinetar os encoxadores. A gente tá pensando em fazer intervenção dentro dos ônibus... (Rosa, estudante e militante)

O dilema entre lutas específicas (ex.: contra machismo, racismo, homolesbotransfobia) e lutas gerais pela superação de classes, há tempos gera tensão nas relações dentro dos movimentos sociais e partidos políticos de ideologia marxista. Então, a luta específica das mulheres nesse sentido seria criticada por alguns setores da esquerda, de um lado por ser entendida como uma pauta menor e de outro por ser considerada “pequeno burguesa”, que não dá conta e ainda retira o foco da questão central, que seria a superação da exploração econômica. Para esses militantes, primeiro resolve-se a questão da exploração para depois pensar sobre as opressões.

As posturas de Patrícia e Rosa dentro do movimento parecem indicar aquilo que Honneth (2003) havia percebido, que seja, para além da questão econômica, acrescentar as experiências de desrespeito às identidades e subjetividades como motivadoras da luta social. Ainda nesse sentido, Neves (2005) ressalta que as transformações políticas e socioeconômicas nas últimas décadas “são o pano de fundo da emergência de uma nova concepção de justiça, em que, mais que a distribuição igualitária dos bens, é a questão da dignidade e do respeito que importa” (idem, p. 84).

Assim, quando Patrícia e Rosa pautam o reconhecimento do debate de gênero e defendem que sejam sujeitos de suas demandas, problematizam a questão da auto-organização dos militantes e ativistas, o que inclui o reconhecimento dos seus “lugares de fala”, um tema que tem gerado muito debate nos últimos tempos entre os movimentos sociais. Destarte, os grupos identitários historicamente oprimidos e silenciados defendem a legitimidade de seu “lugar de fala”, buscando ter visibilidade, serem protagonistas de suas lutas e expor eles mesmos as violências e exclusões de que são alvos. Deste modo, questionam os lugares de privilégios e a centralização de poder nos espaços de militância. Ao mesmo tempo, quando levada ao extremo a defesa do “lugar de fala”, veem-se diante da possibilidade de os movimentos ficarem engessados, segregados e criarem-se barreiras às alianças e diálogos com aqueles que originalmente não ocupam esse lugar de opressão, mas que podem ser aliados das causas.

Quando o ato corriqueiro de andar na rua ou de ônibus torna-se um sofrimento psíquico que envolve o sentimento de insegurança, de medo, baseados em vivências de

interações sociais em que o direito à integridade física e moral e a inviolabilidade são desrespeitados, tem-se aí o segundo tipo de desrespeito pessoal a que se refere Honneth, no qual determinados sujeitos são excluídos de determinados direitos no interior de uma sociedade, em que lhes é negado participar em pé de igualdade enquanto membro de igual valor em uma coletividade “se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade” (HONNETH, 2003, p. 216). Na perspectiva de Honneth, essa forma de desrespeito que exclui socialmente ou priva de direitos, além de limitar a autonomia pessoal, gera uma perda de autorrespeito, uma perda na capacidade de se referir a si mesmo em pé de igualdade na interação com os outros.

No dia que eu fui assediada no ônibus não consegui prestar atenção na aula. No outro dia eu não consegui ir pro colégio com medo de entrar no ônibus e encontrá-los novamente. Eu tive vários pesadelos. Eu parei de sair de short. Porque a sociedade coloca muito essa questão da roupa que é pra chamar a atenção. A gente acaba sendo vítima e evita mesmo, porque você passa para a academia ou para qualquer outro lugar e tem um homem mexendo e se você estiver com as pernas à mostra aí que eles vão achar no direito de mexer e você não pode reclamar. Isso mudou muito a minha vida, porque eu fiquei muito mais assustada. A minha maior felicidade é quando eu encontro uma mulher na rua. Eu evito andar na rua sozinha. Quando eu tô no ônibus eu fico querendo que chegue logo no ponto para eu descer (Juliana, estudante).

Nesse sentido, uma das questões postas por diversas mulheres e por alguns movimentos feministas, diz respeito à maneira como o assédio sexual torna-se um elemento capaz de influenciar na igualdade de direitos entre homens e mulheres. O que pode ser exemplificado com a produção da sensação de insegurança que faz com que muitas mulheres evitem andar em determinados locais e horários, deixem de vestir certos tipos de roupas, por medo de sofrer constrangimento, ser abordada por estranhos ou mais grave, ser estuprada. Esse tipo de atitude, afeta a liberdade de ir e vir, a capacidade de mobilidade urbana por parte das mulheres e o direito de desfrutar do espaço público em pé de igualdade com os homens.

É importante destacar que o medo da violência cria nos usuários que passaram por situações traumáticas, um ritual que é feito antes de sair de casa, no qual se faz cálculos do tempo que vai gastar no trajeto original e quanto gastará após os desvios, que inclui pontos de ônibus, linhas, ruas, que devem ser evitadas, transformando a rotina da mobilidade urbana em um tormento. A segregação espacial não se limita ao marcador social de gênero³¹.

³¹ Devo este ponto a André Leite (comunicação pessoal).

Por último, o terceiro tipo de desrespeito, refere-se a depreciação, a degradação do valor social de indivíduos ou grupos. “Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de autorrealização que ela encontrou arduamente com o encorajamento baseado em solidariedades de grupos” (HONNETH, 2003, p. 218). A autoimagem de cada ser humano é construída na relação com o outro, a experiência de desrespeito pode provocar uma lesão, capaz de desmoronar a identidade pessoal do lesionado, assim como o são em sua vida física pela doença e sofrimento (HONNETH, 2003).

O desrespeito ao espaço e aos limites do corpo do outro é não reconhecer as dimensões da sua individualidade e privacidade. Retorno ao caso de Beatriz, quando ela relata que suas experiências negativas no transporte coletivo contribuíram para o desenvolvimento do quadro de síndrome do pânico e só depois de alguns meses recomeçou sua rotina.

O pior dia foi quando um cara quando eu estava na Praça do Siqueira Campos esperando ônibus, ele veio e pegou no meu seio. Eu me senti invadida. Mistura de raiva com vergonha. Queria sumir. Ninguém fez nada. Raiva, muita raiva. Muita raiva mesmo. Na hora eu senti vontade de pular em cima dele e esganar. E depois... Qual é a palavra? É como se eu não tivesse poder de defesa... Esqueci o nome da palavra. Vulnerável sabe (Beatriz, 29 anos, Servidora Pública).

Vergonha e indisposição são reações muito comuns quando as mulheres se veem em situações de assédio no espaço público. Acrescente também a sensação de culpa, relacionada à postura, roupa, porque entrou no ônibus lotado, entre outras explicações individuais que tentam justificar o porquê de aquilo estar-lhes acontecendo.

Por fim, gostaria de retomar um trecho de texto até recentemente inédito de Foucault, no qual ele fala sobre o corpo, – em sua obra o corpo aparece como um campo de disputa de relações de poder e saber, sobre o qual operam diferentes dispositivos –, no referido texto o corpo é o contrário de uma utopia, assim, ele ocupa um lugar, é visível, penetrável; mas que é também utópico, em sua invisibilidade, magia, capacidade de ser incorpóreo e se lançar noutros espaços.

Esse corpo tem uma forma, que essa forma tem um contorno, que nesse contorno há uma espessura, um peso, numa palavra, que o corpo ocupa um lugar, penetrável e opaco, aberto e fechado. Corpo absolutamente visível – porque sei muito bem o que é ser visto por alguém de alto a baixo, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreendido quando menos espero, sei o que é estar nu. Mas que é também invisível, transparente, de onde se nascem as utopias e é o ator principal de toda

utopia. Arrancado do seu espaço e lançado noutros... (FOUCAULT, 1963/2010).

Tenho aprendido nesta pesquisa sobre como alguns corpos são visados mais que outros, às vezes vistos como abjeto, alvo de lesbofobia, misoginia, transfobia, racismo, etc., mas em seu constante movimento, embora vulnerável não é passivo, o corpo também pode ser insubmisso e produtor de resistências.

À guisa de uma conclusão

Embora ainda pareça certa invisibilidade e naturalização sobre o assédio sexual nos espaços públicos, tendo em vista que é comumente encarado como um comportamento inofensivo, movimentos feministas e organizações não governamentais tem puxado o debate público e chamado atenção para o reconhecimento desse comportamento como um tipo de violência contra as mulheres. A rotinização dessa prática atinge os direitos das mulheres que diante dos constrangimentos mudam suas rotinas, evitam fazer atividades simples como andar de bicicleta nas ciclovias, andar de ônibus ou frequentar determinados espaços.

Aquelas que dependem do transporte coletivo para realizar atividades básicas como estudar e trabalhar desenvolvem alguns truques na tentativa de evitar situações constrangedoras, que, no entanto acaba cerceando seus movimentos. Tudo leva a crer que “essa rua não é minha” e que o corpo feminino é visto como espaço aberto à interferência de estranhos; Caldeira (2000) chamou de corpo incircunscrito a essa indefinição dos limites do corpo do outro, abusos e tolerância da sociedade civil às intervenções violentas no corpo das mulheres, criminosos, pobres, o que na sua avaliação indica que no Brasil os direitos civis são muito mais deslegitimados que os direitos sociais e políticos.

A opinião amplamente compartilhada de que algumas mulheres não sabem se comportar, ou se comportam como vadias e por isso merecem ser abusadas, não está desvinculada de uma onda conservadora que se mantém firme e tem ocupado espaços importantes de decisão, como é o caso do atual Congresso Nacional com sua resistência à inclusão do debate de gênero nos currículos escolares, a proposta de criação do Estatuto da Família³², a negação de direitos reprodutivos como a descriminalização e legalização do aborto, que tem propostas cada vez mais inviabilizadoras desses direitos, a exemplo do Projeto de Lei 478/07 conhecido como Estatuto do Nascituro, que propõe criminalizar o

³² Restringe o conceito de família apenas a casais heterossexuais, excluindo as outras formatações familiares.

aborto em todas as circunstâncias, e o Projeto de Lei 5.069/13, que impõe restrições ao atendimento ao Sistema Único de Saúde às vítimas de estupro.

Conservadorismo que está bem sedimentado, através de um histórico de negação de direitos das mulheres no país e tem sido alvo de contestação e enfrentamento das feministas. Entendo que esses são só alguns elementos que possibilitam perceber porque as diversas formas de violências contra as mulheres ainda são legitimadas e atualizadas. Mais recentemente, a pauta da violência contra as mulheres sofreu mais um retrocesso com a perda de status de ministério da Secretaria de Políticas para as mulheres e sua incorporação ao Ministério da Cidadania, o que significa um recuo na visibilidade da pauta das mulheres em âmbito nacional e a redução de orçamento para Políticas Públicas de enfrentamento à violência de gênero. O constante ataque aos direitos das mulheres e a permanência de diferentes formas de violências, fruto das relações de poder e do machismo que as vê como objeto, leva-me a afirmar que as querelas do feminismo ainda não estão superadas.

Capítulo III: Da condição das mulheres no espaço público à emergência da discussão sobre o assédio sexual.

Ao questionar-me sobre o que possibilita as mulheres serem assediadas, e, como essa temática tornou-se uma questão importante em alguns segmentos, propus-me neste capítulo fazer uma digressão que possibilite perceber como deu-se a inserção das mulheres no espaço público, num contexto de hierarquias de gênero e como essas questões mais gerais conectam-se com o tema do assédio sexual e, além disso, perscruto como o debate sobre o assédio foi inserido nas pautas feministas e ganhou certa visibilidade pública.

O assédio sexual é aqui pensado nos termos de um tipo de violência que atinge principalmente mulheres em ambientes públicos, seja na relação onde haja hierarquia, como nas de trabalho entre chefe e funcionária; de ensino entre professor e aluno; seja entre desconhecidos no ambiente da rua, do metrô, do ônibus. A discussão em torno desse tipo de aproximação traz diversas posições, por um lado, algumas vertentes de movimentos feministas tendem a encará-lo como um problema que deve ser combatido, denunciado e punido, de modo geral busca demonstrar que tal comportamento ancora-se numa construção social, política e cultural das relações de gênero³³. De outro lado, estão os que entendem o assédio como uma manifestação natural do jogo da conquista, relacionado com atos de sedução e elogios inofensivos. Há também a posição de culpabilização, que atribui o assédio sexual à conduta da vítima – à forma que a mulher se comporta, a roupa que usa e o lugar por onde anda. Por fim, há também a tese de que o assédio sexual tornou-se um problema por causa do feminismo que o teria “inventado” a partir de uma vitimização das mulheres e demonização dos homens.

O pano de fundo desse debate é o do direito à rua, de transitar pelos espaços públicos mantendo seu direito à privacidade, à integridade física. Ainda que a possibilidade de situações de violência seja comum a todos, como a exemplo de assaltos, parto do entendimento de que, quando trata-se da possibilidade de ser perseguido, importunado lascivamente e/ou estuprado, a variável gênero é decisiva.

³³ Em pesquisa sobre o assédio sexual, Silva (2014) conclui que “se a sexualidade é o discurso de poder dominante no Ocidente (FOUCAULT, 1981), a divisão sexual da sociedade parece assentar na equação de uma sexualidade masculina predadora e de uma sexualidade feminina que se quer razoável. Neste sentido, o assédio sexual configura-se como uma manifestação naturalizada da sexualidade” (SILVA, 2014, p. 7).

O desafio da convivência e da participação no espaço público.

Não existe qualidade de vida para aqueles que dependem exclusivamente do transporte público em Aracaju e, possivelmente, essa situação estenda-se à algumas capitais e grandes centros urbanos do país. Isso deve-se principalmente à má qualidade do transporte – ônibus envelhecidos –, preço alto da passagem e a violência constante nos ônibus, pontos de ônibus e terminais. Dito isto, atendo-me aqui a dois pontos: 1) o corpo como alvo de intervenções, principalmente vindas de outros indivíduos mas, também da ação ou ineficiência da ação das instituições que nesse caso comandam a segurança e o fluxo de passageiros no transporte³⁴. 2) a violência rotineira no ambiente do transporte público, que fere os direitos humanos e interfere no exercício da cidadania. A partir daí, faço um exercício de reflexão sobre como esse contexto pode interferir na participação na vida pública.

O corpo privado é um dos elementos dentro da temática sobre o assédio sexual, corpo que é dotado dos direitos à proteção de sua integridade e inviolabilidade, a privacidade, a autonomia e a liberdade de circulação, interligando assim a noção de cidadania; num primeiro momento, a uma concepção de cidadania liberal nos termos clássicos elaborados pelo sociólogo inglês T.H. Marshall, que explicou o advento da cidadania a partir dos direitos – direitos estes conquistados a partir de reivindicações e mobilizações da sociedade civil –, em sua análise histórica com base na realidade da Inglaterra na qual elaborou uma tipologia entre *direitos civis, políticos e sociais*³⁵.

Ao discutir violência urbana e espaço público, Caldeira (2000) também faz essa relação entre o corpo e os direitos civis, quando ela analisa o que classificou como cidadania disjuntiva, que tem a ver com a tese defendida pela autora, ou seja, “a cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados” (CALDEIRA, 2000, p. 343). As experiências de violência violam os direitos individuais e,

³⁴ A falha na segurança pública nos terminais e ônibus contribui para emergência de assaltos e abusos sexuais; no outro extremo, a revista aos passageiros que em algumas situações é violenta, no entanto, diante do cenário de horror que é atualmente o sistema em Aracaju, torna-se um mal necessário e desejado pelos usuários. Vale ressaltar ainda a ação da SMTT e da SETRANSP responsáveis por fiscalizar a superlotação nos ônibus e garantir que não ultrapasse o limite de passageiros, o que não ocorre na prática.

³⁵ Direitos civis conquistados no século XVIII, que dizem respeito ao exercício da liberdade e de direitos individuais: direito de ir e vir, de propriedade, a liberdade religiosa e de pensamento; *direitos políticos* alcançados no século XIX, estes, dizem respeito à garantia de participação ativa e passiva nos processos políticos (eleger seus representantes e ser eleito para cargos políticos, direito a associação); por último, *direitos sociais* no século XX, dizem respeito à garantia de padrão mínimo de bem-estar e segurança social (saúde, educação, transporte coletivo, acesso ao sistema judiciário).

portanto, afetam a cidadania, associando-se ao que ela classificou como “corpo incircunscrito”,

Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de evitação ou separação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais [...] No Brasil onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (idem, p. 370).

Caldeira questiona esse modelo universalizado de cidadania importado da Europa. Defende ainda que no Brasil a cidadania se realiza de uma maneira específica, na qual “os direitos sociais são bastante desenvolvidos, mas os direitos civis não são protegidos, ou onde os direitos políticos tem uma história de idas e vindas, em que são garantidos num momento, apenas para serem menosprezados no regime seguinte” (CALDEIRA, 2000, p. 374).

No contexto do Brasil, percebemos que as mulheres ao colocarem-se no espaço público, ficam mais passíveis a uma condição de vulnerabilidade, se comparado com os homens. A prevalência de uma moral sexista possibilita que tornem-se alvo de coações, importunações de cunho sexual; a inexistência de limites que garantam a proteção dos seus corpos pode afetar a maneira como participam e convivem na esfera pública, esta entendida enquanto um lugar comum, no qual originalmente não haveria fronteiras de acesso. Destarte, o que estou propondo é que haja a privacidade do corpo e de sua intimidade em público, ou seja, o respeito e o reconhecimento de que as mulheres são pessoas e devem ter seus direitos à autonomia e a liberdade de movimentação sem interferências em seu corpo, condição que possibilita partilhar e inserir-se no espaço público, coexistindo a esfera privada e pública dos indivíduos³⁶, facilitando o exercício da cidadania numa perspectiva de construção, de pertencimento e de reinvenção desse espaço público.

A questão da violência contra as mulheres vai além da perspectiva clássica dos direitos, avançando em direção a uma perspectiva da cidadania enquanto participação, considerando que “cidadania é também participar e ser responsável pela construção do espaço público, e isso é justamente a concretização dos direitos formais e a conquista de novos direitos” (FREITAS, 2002, p.66).

³⁶ Em alusão ao texto de Arendt “o surgimento da cidade estado significava que o homem recebia além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência e há uma grande diferença entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*Koinon*)” (ARENDT, 2007, p. 33).

Para que as mulheres, assim como outros grupos sociais historicamente excluídos (negros, LGBT's, etc.) possam exercer sua cidadania enquanto partícipes da esfera pública, há que se considerar que o acesso seria uma das condições iniciais. Este acesso pode ser limitado quando um grupo é alijado dessa partilha, em coisas simples do cotidiano como pegar um ônibus, ir à escola, a exemplo das travestis e transexuais na cidade de Aracaju; ou no caso de mulheres pobres, que tem um empecilho em sua participação política no que se refere ao acesso de alguns locais de reuniões e eventos (sedes de partidos, praças, parques), para quem não dispõe de um transporte particular e tem que caminhar por ruas isoladas e mal iluminadas, locais que não passam transporte coletivo, etc., esse acaba sendo um problema na prática cotidiana da atuação política.

O espaço público no já citado *Cidade de Muros* é descrito como um lugar fragmentado e no qual a desigualdade é um valor estruturante, isso resulta da privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e das técnicas de distanciamento, que originou outro tipo de espaço público, oposto aquele concebido nas modernas democracias, pautado nos ideais de acessibilidade, heterogeneidade e igualdade (CALDEIRA, 2000).

Segundo essa mesma perspectiva, na obra *Confiança e medo na cidade*, Bauman descreve como o atual espaço público está deteriorado, efeito colateral da globalização. Em sua definição, “um espaço é público à medida que permite o acesso de homens e mulheres, sem que precisem ser previamente selecionados. Nenhum passe é exigido, e não se registram entradas e saídas. Por isso, a presença num espaço público é anônima” (BAUMAN, 2009, p. 69). É também local onde a vida urbana é decidida.

Analisando o problema da convivência na vida urbana de grandes cidades, Bauman critica ainda a forma como o medo e a insegurança são mobilizados como base de uma política de repressão, de medo e para uma crescente segregação, oferecida como remédio para as elites ou os cidadãos de primeira fila, que retiram-se do espaço público para refugiar-se em ilhas de uniformidade, através das fronteiras e muros erguidos dos *gated communities*³⁷, enquanto os *underclass* ou subclasse, ou seja, as pessoas da última fila são condenadas a permanecer nos lugares que lhes são conferidos. Bauman chama atenção para o perigo de o espaço público reduzir-se ao espaço inutilizável que restou entre bolsões do espaço privado e para o desafio de recuperar o espaço público enquanto lugar de convivência respeitosa entre diferentes, da existência da pluralidade.

³⁷ Comunidades muradas, condomínios isolados e protegidos.

Parafraseando Gullar (2013), há várias cidades numa mesma cidade, significa dizer que a forma como os vários grupos sociais a acessam são diferenciados, existem limitações, hostilidades, segregações espaciais. A própria sensação de não pertencimento a certos espaços contribui para essa situação. O que não significa que estes grupos mais expostos a situações de vulnerabilidade estejam conformados, emudecidos, mas sim que a mobilidade urbana, e também o direito à cidade e a participação na esfera pública, na prática dispõem-se em condições diferenciadas e desiguais.

Breves considerações sobre a condição feminina

“Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas”, a ironia do convite contida na composição de Chico Buarque e Augusto Boal é para chamar atenção à condição social das mulheres (da aristocracia) na antiga Grécia, estas não eram consideradas cidadãs, tinham sua atuação social reduzida, e sua existência dedicada aos cuidados do marido, do lar e à maternidade. A letra da música acima referida traz uma descrição do cotidiano das atenienses, da sua posição de passividade, submissão aos seus maridos; enquanto estes ocupavam o lugar de heróis, elas ficavam em casa a chorá-los, tecendo longos bordados. No entanto, havia gradações sociais entre as mulheres gregas, exemplo disso é a posição das espartanas, que lhes era permitido maior atuação na esfera política e econômica em caso de ausência dos maridos.

Já no século XX, tem-se em *O Segundo Sexo* (1949) um marco nos estudos de gênero e do feminismo. Nele a filósofa existencialista Simone de Beauvoir analisou a condição social das mulheres, afirmando que a mulher não ocupou espaços sociais enquanto protagonista ao longo da história humana, de modo que “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições” (BEAUVOIR, 1980, p.14). Essa submissão da mulher foi construída e firmada ideologicamente, deste modo, a fim de provar a inferioridade das mulheres, apelou-se inicialmente para a religião, filosofia e teologia; e tempos depois, para a ciência (biologia, psicologia experimental, etc.), objetivando naturalizar contextos de desigualdades. As definições que colocaram a mulher numa posição de sexo frágil, ser instável e incapaz, necessitando assim da tutela de um homem – geralmente do pai ou do marido –, buscaram justificar-se através da biologia (BEAUVOIR, 1980).

Desse modo, percebe-se que a condição das mulheres no Ocidente ao longo da história, em grande medida, está relacionada ao espaço privado, esse tornou-se sinônimo do seu lugar na sociedade e as opressões por elas enfrentadas por muito tempo foram

consideradas como questões privadas e portanto pessoais. Relegada aos trabalhos domésticos, por supostamente deter uma predisposição natural à condição de cuidadora, de mãe e de ser frágil, de recato e afetividade onde o casamento, a maternidade e a submissão apresentavam-se como seu destino natural, a construção de um feminino assim foi tecida.

De uma forma geral, mesmo quando as mulheres tiveram acesso a trabalhos fora da esfera privada, elas ainda eram entendidas como dependentes da tutela masculina. Fora designado para elas um lugar social, longe do espaço público. Aquelas que necessitavam transitar pelos locais de rua, comumente eram caracterizadas como indecentes ou prostitutas. Eram educadas por um conjunto de valores que buscaram limitá-las à esfera doméstica, enquanto as atividades realizadas pelos homens ganharam maior visibilidade social por estarem relacionadas à esfera produtiva e as decisões políticas, portanto, ao espaço público.

Nesse sentido, a literatura oferece um extenso material, vindo de autores e perspectivas diferentes, que demonstram como esse processo de dissociação da mulher do espaço público deu-se. Deste modo, escolhi alguns textos como referência que de alguma maneira refletem a situação das mulheres historicamente em nossa sociedade.

No livro *A Dominação Masculina*, a partir do estudo da sociedade cabila, Pierre Bourdieu vai buscar elementos para compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade contemporânea, pensando a dominação masculina numa perspectiva simbólica. O trecho a seguir traz elementos sobre os sentidos socialmente dados acerca do espaço, do trabalho e de gênero,

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais... (BOURDIEU, 2009, p. 18).

Embora algumas questões colocadas nessa obra sejam problemáticas – dentre as quais está a da ideia de cumplicidade dos dominados com seus dominantes, responsabilizando as mulheres, pela sua situação de subordinação, ou, sobre parecer não haver possibilidades de subverter essa ordem, na qual a dominação se reproduz eternamente, bem como, é problemática a universalização que faz dessa dominação masculina – no entanto, a ilustração

trazida por Bourdieu ajuda a visualizar o que está em questão aqui, que seja, essa generificação espacial.

As relações de gênero pensadas no espaço público também aparecem em *Couro Imperial*, onde Anne McClintock discute a ocultação do trabalho doméstico das mulheres na era vitoriana, as contradições nas relações de submissão, questões ligadas à raça, gênero e travestismo a partir da análise dos diários de Hannah Cullwick e Arthur Munby, nos quais registraram a relação amorosa ao longo de suas vidas, ela, uma criada, pertencente à classe trabalhadora inglesa e Arthur Munby, advogado de classe média. No trecho destacado a seguir, a autora expõe a exclusão das mulheres do domínio público dos negócios – “excluídas do poder público pela teoria liberal clássica masculina” (MCCLINTOCK, 2003, p. 64) – e a atribuição a estas do domínio privado da domesticidade,

O processo da definição do espaço político público como masculino e não feminino não aconteceu simplesmente “por acaso”. Enquanto achavam seus meios de acesso ao poder, os novos profissionais e comerciantes deliberadamente excluíam as mulheres de classe média dos clubes e tabernas, das lojas maçônicas e das organizações financeiras, das salas comerciais dos pubs, das reuniões e dos encontros políticos, da Câmara dos Produtores, das eleições legislativas e das universidades; em suma, de todas as instituições do poder público, que foram por isso mesmo definidas como espaços exclusivamente masculinos. Desde o início, a distinção entre o privado e o público (concebida como um fato decorrente do progresso natural) foi resultado de um regime sistemático de deslocamento e desposseção, não só das mulheres, mas também dos homens europeus sem propriedades. Pela primeira vez, as relações políticas (dos homens) foram completamente libertadas das restrições do parentesco, criando, como se pelo direito natural, as esferas separadas do homem econômico e da mulher doméstica (idem, p. 62-63).

No entanto, a recusa de Cullwick à servidão do casamento e a passagem à “classe das mulheres respeitáveis”, e a escolha por se manter na classe trabalhadora, possibilitaram naquele contexto, que ela experimentasse a liberdade de transitar tranquilamente em lugares públicos:

Ela preferia a liberdade do “andar de baixo” e com frequência elogiava a liberdade de mobilidade pública que seu baixo estatuto lhe propiciava: ‘Posso trabalhar com calma. Posso sair e voltar quando quero... todos os anos em que caminhei por Londres ninguém nunca me faltou com o respeito, & não creio que o façam se você estiver vestida com simplicidade e estiver na rua tratando de seus próprios assuntos’ (MCCLINTOCK, 2003, p.84).

No contexto de Couro Imperial, Cullwick ocupava um lugar de invisibilidade social que lhe possibilitava transitar sem sequer ser notada – a mesma invisibilidade partilhada pelas babás, jardineiros, faxineiros, garçons, etc., a exemplo da ilustração dada através da canção Brejo da Cruz³⁸ – desta maneira a invisibilidade garantia-lhe não ser admoestada. Se, no entanto, voltarmos o olhar para o contexto atual das mulheres, em especial as de Aracaju que ocupam postos semelhantes ao de Cullwick, por exemplo, as empregadas domésticas, babás, cozinheiras, embora haja sim uma invisibilidade social, esta não lhes garante que transitem totalmente despercebidas, no percurso que leva de suas casas em regiões afastadas para os bairros nobres das regiões centrais da cidade, em que o trânsito de pessoas nas ruas costuma ser menor, tendo em vista que os moradores costumam entrar e sair dos condomínios em seus carros, por estarem as ruas mais desertas, nos horários que elas transitam, de manhã cedo e à noite, deixam-nas expostas a diversos tipos de violência. Significa dizer que as mulheres há tempos ocupam o espaço público, no entanto enfrentam o desafio cotidiano de lidar com uma insegurança adicional baseada no gênero.



Foto 7: retirada do Google³⁹.

Voltando ao contexto da Inglaterra, guiados por Philippa Levine, refletindo ainda a condição e inserção das mulheres no espaço público, depara-se com a sua descrição e análise da entrada de mulheres no sistema policial inglês durante a primeira guerra mundial. Ela

³⁸ BUARQUE, Chico. Terra. Companhia das Letras. 1997. Disco compacto.

³⁹ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=american+girl+in+italy&espv=2&biw=1366&bih=643&tbn=isch&imgil=UNn2jCrie0j2_M%253A%253Bxol5ikG1QFC_5M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.today.com%25252Ffid%25252F44182286%25252Fns%25252Ftoday-today_news%25252Ft%25252Fsubject-american-girl-italy-photo-speaks-out%25252F&source=iu&pf=m&fir=UNn2jCrie0j2_M%253A%252Cxol5ikG1QFC_5M%252C_&usg=__rb-WD_Gs_jqSaHzKL_7hEsny_bq%3D&ved=0ahUKEwj7qabOraPLAhWGlPpAKHdaYAPUQyjcJQ&ei=JZLXVruDMobFwATWsYKoDw#imgsrc=UNn2jCrie0j2_M%3A Acesso: 20/11/2015.

retrata como a presença de policiais mulheres nas ruas trouxe muita contestação, sob o argumento de que elas não tinham capacidade física e nem autoridade. O texto mostra o desafio enfrentado pelas mulheres na ocupação da arena pública. Sua presença na rua era desconcertante para os homens, eles justificavam com o argumento da vulnerabilidade que era ser mulher policial, assim, os oficiais reclamavam que além de lidar com os suspeitos, teriam que fazer o trabalho extra de ajudar as oficiais, incapazes de cuidar de si mesmas na rua.

A rua era tradicionalmente um lugar por excelência do policial masculino, de modo que, as policiais tinham seu espaço de atuação delimitado, como forma de não ameaçar essa autoridade masculina. A ação de muitas policiais ficou restrita aos portões das fábricas, centrando no trabalho de disciplinar as mulheres da classe trabalhadora. O período da Guerra em que se ostentou masculinidade fora uma oportunidade para testar os limites do masculino e do feminino em formas subversivas, como sugere a autora: “Mas para as mulheres que trabalhavam com patrulha em ruas, munições, e semelhantes na guerra de 1914-1918, o tema de identidade baseada no sexo era precisamente o que estava em jogo”⁴⁰ (LEVINE, 1994, p. 74).

Levine retrata em seu artigo, reações negativas à presença das mulheres policiais, os insultos, como no seguinte trecho que faz a distinção entre mulher decente e mulher indecente de acordo com o espaço que ela ocupa, privado ou público.

Foi um soldado canadense com raiva que articulou uma vertente principal de ressentimento com relação às mulheres. Enquanto parou uma patrulha NUWW (National Union of Women Workers/União Nacional das Mulheres Trabalhadoras) durante a noite em Weybridge, “ele discutiu longamente sobre o que pensava... e me aconselhou a ficar em casa cuidando da minha família em vez de andar pelas ruas de uma forma que nenhuma mulher decente deveria”.⁴¹ (LEVINE, 1994, p. 64).

A presença de mulheres policiais na rua subvertia uma ordem preestabelecida do espaço público como masculino, “As patrulhas da União Nacional das Mulheres Trabalhadoras e as recrutas uniformizadas da WPS (Women Police Service/Serviço de Polícia Feminino) desafiavam fronteiras significativas e simbólicas na aquisição de autoridade das

⁴⁰ No original em inglês: “Yet for the women who undertook patrol and street work, munitions work, and the like in the 1914-18 war, the issue of sex-based identity was precisely what was at stake” (LEVINE, 1994, p. 74).

⁴¹ No original em inglês: “It was an angry Canadian soldier who articulated one major strand of resentment toward the women. Stopping an NUWW patrol in Weybridge one night, “he proceeded to give me a piece of his mind . . . and advised me to stay at home and bring up my family instead of walking the streets in a way no decent woman should” (LEVINE, 1994, p. 64).

mulheres na vida pública⁴²” (LEVINE, 1994, p. 62). A insistência teimosa para garantir sua própria existência e a redefinição de um ambiente masculino, fechado à presença feminina, pode-se considerar como vitórias daquelas policiais.

No ensaio *Going Public: shopping, street harassment, and streetwalking in late victorian London*⁴³, Judith Walkwitz retrata as lutas pessoais de algumas mulheres que foram a público denunciar o assédio na rua, fenômeno que lhes impunha restrições. Ela faz uma análise considerando as verdades e ficções contidas nas narrativas feitas pelas mulheres às colunas de jornais da época. A autora enfoca o centro de Londres no final do século XIX, que era conhecido naquele período como local que ocorria muitos assédios. Ao mesmo tempo, era onde o comércio desenvolvia-se voltado para as mulheres da classe média fazerem compras; desenvolvia-se também o teatro, o transporte público, sanitários públicos, etc.

Nesse texto, a autora se atem às práticas jornalísticas e à cultura política da época que incitou as mulheres a falarem das importunações e aborrecimentos que sofriam na rua. No discurso, elas, proeminentemente de classe média e feministas, lutavam contra as impertinências na rua, defendendo que as mulheres decentes pudessem se mover no espaço público sem impedimentos. Ao narrar suas experiências pessoais nesses discursos, o gênero estava imbricado com outros termos sociais como classe e nacionalidade. Polarizava-se no discurso a distinção entre mulheres virtuosas e mulheres baixas. Exigindo a força reguladora da polícia para limpar as ruas e teatros, retirando as prostitutas e deixando o espaço livre para as “mulheres respeitáveis”. No entanto, ocorria que muitas vezes, as prostitutas passeavam elegantes pelas ruas, sem serem perturbadas, enquanto as mulheres da classe média muitas vezes eram abordadas pela polícia ao serem confundidas com prostitutas (WALKWITZ, 1998).

Assim, a publicidade na época incentivou a indignação pública a essas ações da polícia contra as mulheres na rua, principalmente à noite. As correspondentes feministas defendiam o direito de “mulheres respeitáveis” deslocarem-se pela cidade sem restrições. Ao passo que, os correspondentes homens defendiam seu direito de abordá-las, segui-las, ainda mais aquelas mulheres em seus vestidos, que eles acreditavam, que fossem feitos sob medida para chamar atenção dos homens. De modo que “a associação de compras com uma feminilidade sexualizada e vendável parecia dar a alguns homens o direito de assediar mulheres

⁴² No original em inglês: “The NUWW patrols and the uniformed WPS recruits challenged significant and symbolic boundaries in claiming female authority in the public arena.” (LEVINE, 1994, p. 62).

⁴³ Tradução livre: Indo para a vida pública: compras, assédio nas ruas, e caminhar nas ruas no final do período vitoriano em Londres.

respeitáveis que tentassem experimentar a liberdade da cidade e entrar em palácios de consumo organizados para elas”⁴⁴ (WALKWITZ, 1998, p.7).

Outra questão que a autora evidencia é a reafirmação através desses discursos, da rua como espaço negativo para as mulheres e como território considerado masculino, por exemplo, quando a mãe diz para a filha não andar sozinha na cidade. Através do texto de Judith Walkwitz, é possível perceber como as mulheres feministas daquele período na Inglaterra lutavam pelo direito a ter privacidade em público, mas as reivindicações delas reforçavam a dicotomia entre mulheres decentes e indecentes. As militantes reforçavam um conservadorismo ao defender a identidade de mulheres respeitáveis, como sendo as que eram obedientes às regras de não andar à noite, nem se vestir de forma chamativa, de modo que o direito de não ser importunada não era estendido às mulheres que não se enquadravam nesse perfil, como as pertencentes à classe trabalhadora, incluindo as prostitutas. A imprensa da época através de livros e revistas de conduta reforçava essa separação, advertindo como seus leitores do sexo feminino deveriam se comportar para não dar a impressão de que estavam disponíveis.

Diane de tudo isso, é possível perceber que passados mais de meio século da contribuição de Simone de Beauvoir para desconstruir os argumentos sobre um destino biológico das mulheres que as inferiorizava e um destino biológico masculino que lhe atribuía um dom natural para a política e superioridade intelectual, e mesmo diante das contribuições das mulheres em diversas áreas do conhecimento, sobrevive ainda em diversos contextos graus variados de inferiorização das mulheres que teima impingir-lhe a condição de segundo sexo, de ser inessencial.

Para além das desigualdades de gênero presentes nas relações cotidianas que inclui violências simbólicas, tem-se a violência física e sexual que atinge diversas mulheres em todo o mundo. De acordo com a ONU, sete em cada dez mulheres no mundo já foram ou serão violentadas em algum momento da vida⁴⁵. Os dados do Mapa da Violência de 2012 mostram que entre 1980 e 2010 foram assassinadas no Brasil acima de 92 mil mulheres e o mapa de 2015 atualizou os dados internacionais sobre a taxa de homicídio feminino, nele o Brasil ocupa a 5ª posição de país que mais mata mulheres no mundo⁴⁶. Os dados sobre estupro são

⁴⁴ No original em inglês: This association of shopping with a marketable, sexualized femininity seemed to entitle male pests to "annoy" respectable women who tried to experience the freedom of the city and to enter the palaces of consumption organized for them (WALKWITZ, 1998, p.7).

⁴⁵ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/violencia-contra-mulher/> Acesso: 01/04/2016.

⁴⁶ No contexto dos 83 países do mundo, com dados de 2006 e 2010.

alarmantes, de acordo com o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2014 foram registrados 47,6 mil estupros no Brasil.

Outra questão importante é a disparidade de acesso ao mercado de trabalho e de remuneração, como mostram os dados recentes disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relatório sobre as mulheres no trabalho (2016). Mostram também que, com as tendências atuais, serão necessários setenta anos para eliminar as disparidades salariais de gênero. A nível global, estimam-se em 23% as disparidades salariais de gênero, isto é as mulheres ganham 77% do que ganham os homens para exercer mesma função. Essas disparidades não podem ser explicadas unicamente por diferenças na educação ou pela idade. Estão, também, relacionadas com a subavaliação do trabalho que é realizado pelas mulheres. As disparidades salariais entre homens e mulheres resultam em disparidade de gênero no acesso à proteção social nas prestações por maternidade e velhice⁴⁷.

Expôr como foi que se produziu ao longo do tempo esse lugar de subalternização que impôs-se às mulheres pode ser importante para que a sociedade civil organizada e o Estado criem alternativas que possam enfraquecer esses processos de opressão que ainda se mantêm e atualizam as desigualdades de gênero. Nesse sentido, as políticas de estado voltadas para o enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero, os tratados e convenções internacionais que atuam em conjunto com os países signatários e a articulação de movimentos de mulheres do campo e da cidade e ONG's, que atuam a nível nacional e internacional, enfrentam o desafio de, dentro de um sistema social desigual em sua estrutura, propiciar equidade de gênero.

As mulheres brasileiras no espaço público

A obra de Gilberto Freyre ao tratar dos hábitos e do cotidiano através dos séculos de um Brasil pré-urbano, traz elementos sobre a presença das mulheres sinhazinhas, assim como negras e índias, na formação da sociedade brasileira, desde o período colonial até a república, mostrando os costumes e tradições da época, e a formação do modelo de família patriarcal, assim enfatiza a condição das mulheres, descrita em sua obra como de submissão, condicionada à senzala, aos mocambos, à vida privada e doméstica desde o período colonial. Elas casavam cedo, Freyre destaca seu papel de reproduzir, gerar muitos filhos e ficar passiva enfiada na casa grande: “Que não se julgasse a mulher brasileira pelos costumes da Corte e

⁴⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-no-ritmo-atual-sao-necessarios-mais-de-70-anos-para-fim-da-desigualdade-salarial-genero/> Acesso:15/03/2016.

das cidades, e sim pelos do interior. Nas províncias viviam senhoras em um sistema de semirreclusão oriental” (FREYRE, 2006 p. 539).

Além disso, Gilberto Freyre mostra a transição de um Brasil rural para o urbano, no qual algumas mulheres viam a rua basicamente através da janela, pois o espaço público era reservado aos homens ou às mulheres prostitutas, ou de classes sociais baixas. Ao mesmo tempo, como esses costumes e comportamentos aos poucos vão mudando, as mulheres passam a ser menos submissas e a frequentar teatros, ir aos bailes. A classe social era um marcador definidor de como se daria esse acesso aos locais públicos.

No Brasil, com a instauração da ordem burguesa e o processo de urbanização, novos valores e hábitos foram inculcados, como o disciplinamento das camadas populares e a organização da família e de uma classe média dirigente respeitosa às normas e convenções, recaindo sobre as mulheres uma pressão sobre seu comportamento pessoal. As ruas e praças eram espaços de lazer de homens e mulheres pobres, ao mesmo tempo dos conflitos gerados quando a polícia tentava limpar a cidade afastando-os de determinados locais, devido seus hábitos considerados grosseiros. Enquanto as mulheres mais ricas eram estimuladas a frequentarem os lugares públicos, nos teatros e casas de chá, desde que fossem acompanhadas. Para as mulheres pobres, que tinham grande participação em trabalhos informais, as ruas simbolizavam um espaço necessário de sociabilidade e de liberdade de locomoção. Elas em grande medida fugiam aos estereótipos atribuídos às mulheres, de sexo frágil, submissão, recato (SOIHET, 2012).

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam ir às ruas a procura de possibilidades de sobrevivência (SOIHET 2012, p. 365).

Referindo-se a um período mais recente, Pinto (2003) relata uma marcha em defesa de direitos políticos femininos em 1917 que reuniu 90 mulheres, e como o espanto da sociedade diante desse evento exemplifica a ideia popular de que “a rua não é lugar de mulher”

Deve-se ter presente que aquela era uma época em que a rua era interditada para as mulheres, que nela transitavam apenas por estrita necessidade, e sempre acompanhadas. Nesse cenário, o fato de 90 mulheres terem saído em passeata tem um sentido muito especial, de enfrentamento à ordem estabelecida (PINTO, 2003, p. 19).

A existência de passeatas e marchas teve esse papel de gerar fissuras na maneira hierarquizada de conceber o espaço público. Atualmente a Marcha das Vadias que ocorre em várias capitais do país é um exemplo desse processo de reivindicação de ocupação dos espaços.

Às mulheres couberam funções com salários menores, e com menor valor social. Essa seria uma das maneiras que o gênero seria utilizado com função de legitimação do poder. Nesse sentido, a divisão entre trabalhos classificados como femininos e outros como masculinos amparou-se na diferença sexual para legitimar-se, de forma geral, configurando-se numa divisão desigual, na qual o trabalho feminino era desqualificado na esfera pública:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino” (RAGO, 2012, p. 581).

É importante destacar as rupturas que surgiram na ocupação da esfera pública, vale destacar o pioneirismo de Nísia Floresta, referência na luta pelos direitos femininos, ousada em suas ideias considerando o período em que as escreveu. Seu primeiro livro publicado em 1832, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* “é também o primeiro livro que se tem notícia no Brasil que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e exige que elas sejam consideradas como seres inteligentes e merecedores de respeito pela sociedade” (DUARTE, 2006, p. 15). Já no início do século XX foi a renomada cientista e ativista feminista Bertha Lutz, que em sua trajetória, empenhou-se na luta pelos direitos das mulheres, além disso, ao exercer o cargo de Bióloga do Museu Nacional, foi a segunda mulher a ocupar cargo público no Brasil. Bertha Lutz se inseriu em espaços muito fechados até então à presença das mulheres como a academia e a política – ela chegou a ocupar a cadeira de Deputada Federal – e empenhou-se para a expansão dos direitos políticos e civis às mulheres, foi ela quem liderou a luta pelo voto feminino por exemplo⁴⁸.

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, sobressaindo uma argumentação de que a constituição biológica das mulheres era incompatível com a participação nesses espaços, só com muita luta foi possível recriar e alterar alguns significados e práticas que foram historicamente alicerçadas e se impunham, por exemplo, a ideia de que política é assunto preferencialmente de homem. Uma das

⁴⁸ Para saber um pouco mais sobre sua história vale a pena ler Sousa et. al. (2005)

mudanças alcançadas fora a dissociação da imagem de “mulher pública” de um significado pejorativo. Comparativamente, a imagem de “homem público” que sempre fora sinônimo de racional, intelectual. Observa-se que mulheres trabalhadoras, ativistas, lutaram nas últimas décadas pela construção de um espaço público democrático (RAGO, 2012).

Nota-se que o termo mulheres não se refere a uma homogeneidade e que o acesso ao espaço público não se dá de maneira igual para todas elas e em todos os contextos; ainda que tenham ocupado a esfera privada na maior parte do tempo e sua presença nos espaços públicos tenha acontecido sob protesto, a reivindicação para ocupá-lo na esfera do trabalho, por exemplo, está mais ligada a uma classe média e a mulheres brancas, pois as pertencentes a classe trabalhadora, as mulheres negras, as prostitutas há tempos ocupam e transitam pelas ruas, no entanto, não em pé de igualdade com os homens e não sem presença de conflitos.

Então o que se percebe é que mesmo entre as mulheres, não há um compartilhamento igual do espaço público. Existem experiências diferenciadas de acordo com o lugar que ocupa e do contexto a que estão inseridas, a partir de marcadores como raça, classe, sexualidade, identidade de gênero⁴⁹, que podem combinar-se promovendo exclusões e sujeições. Ou seja, por exemplo, a cidade pela qual passava Carolina Maria de Jesus, escritora, favelada e negra, enquanto catava papelão no lixo era bem diferente da cidade pela qual passeava uma profissional branca e burguesa (DALCASTAGNÉ et. al., 2015). A cidade é muito mais hostil para a Carolina, porque vivemos numa sociedade racista, sexista, com preconceito de classe.

Existe especificidade da opressão: os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. E mesmo as experiências de assédio não se dão de maneira semelhante entre mulheres brancas e negras, para estas últimas, cabem insultos muito mais agressivos. Desde o processo de colonização, o corpo da mulher negra tem sido atravessado pela violência sexual. Gostaria de ressaltar ainda a invisibilidade que paira sobre a obra de intelectuais e artistas negros, como é o caso da própria Carolina Maria de Jesus, que trouxe inclusive em suas obras a discussão sobre segregação espacial e o processo de favelização em São Paulo no início do século XX.

Essas problematizações sobre a presença das mulheres no espaço público ajuda a entender como se processou historicamente a assimetria de gênero na ocupação desse espaço, o que inclui o acesso a posições de destaque na sociedade. E, também, o pensamento popular de que a presença delas no espaço público torna seu corpo disponível, legitimando no cotidiano, aproximação de pessoas estranhas, insinuações, gestos ousados, etc. Ainda que haja constrangimentos e importunações, as mulheres têm lutado para ocupar seu lugar na

⁴⁹ Para saber mais sobre marcadores sociais da diferença ler Moutinho (2014)

sociedade, não sem algumas dificuldades. Outra questão é a permanência de uma visão dicotômica e de uma moral conservadora sobre como a mulher deve se comportar, classificando entre aquelas que são dignas de respeito e as que não são.

A questão da violência contra as mulheres na pauta feminista brasileira

A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos, esse reconhecimento foi possível a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), nesse período já havia um fortalecimento do movimento feminista, isso significava um potencial de intervenção nas decisões políticas de âmbito internacional para combater a violência e para a construção da equidade de gênero. Assim, a partir das décadas de 1970-1980, o tema da violência contra as mulheres ganhou maior visibilidade, pois até então era tratado como problema de âmbito privado, no entanto nesse período despontou como uma questão pública importante no Brasil, figurando como a pauta central da agenda das reivindicações feministas como apontam algumas pesquisadoras (SAFFIOTI 2004, REGINATO, 2014, PINTO 2003, RIBEIRO 2003).

Em nível internacional destaca-se o ano de 1975, que celebra oficialmente o primeiro Dia Internacional da Mulher⁵⁰ e instituição da década da mulher, promovidas pela ONU. Tudo isso convergiu para ampliar o debate público sobre a violência de gênero. A partir daí a ONU passou a realizar muitas conferências mundiais sobre as mulheres, isso refletiu nas políticas de combate à violência. Em uma dessas conferências, em 1993 em Viena, na Áustria, surgiu uma definição clara das diferentes formas de violência (RIBEIRO, 2010). No mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas numa de suas resoluções declara: “A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e a discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres.”⁵¹

Conceitualmente, a definição de violência é ampla e abarca diferentes formas seja psicológica, física ou sexual. Saffioti a define como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”

⁵⁰ Em 1910 a comunista alemã Clara Zetkin na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas já havia sugerido o dia 8 de março como dia Internacional das mulheres.

⁵¹ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha/o-que-e-a-violencia-contra-a-mulher> acesso 30/11/2014.

(SAFFIOTI, 2004, p. 17). Essa é uma concepção mais abrangente e não inclui formas mais sutis como coerção, intimidação, etc.

A violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”⁵² Essa é a definição dada pela Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994), passou a ser amplamente utilizada entre pesquisadores do tema da violência contra mulher e como norteadora na formulação de políticas públicas de combate a violência de gênero. Essa definição dada pela convenção internacional ao qual o Brasil é signatário, é adotada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM),⁵³ dentro dessa ampla definição se estabeleceu uma tipificação das diferentes formas de violência com base na Conferência de Viena de 1993:

- 1) A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei 11.340/2006);
- 2) A violência ocorrida na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;
- 3) A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional) (SPM, 2007, p. 7).

No Brasil, o caso Doca Street foi um dos fatores que desencadeou mobilizações públicas das feministas. Em 1976, em Cabo Frio, Búzios, no Rio de Janeiro, após Angela Diniz romper relacionamento com Raul Fernando M. Diniz, o Doca, este, inconformado com a separação, matou-a. O crime ganhou forte clamor público. No primeiro julgamento, o juiz na época julgou o caso como legítima defesa da honra, Doca foi condenado a dois anos de detenção com direito a cumprir a pena em liberdade. Doca declarara que havia matado por amor. O primeiro julgamento foi anulado. O caso ganhou notoriedade e gerou uma ampla mobilização das feministas que criaram o slogan: “quem ama não mata”. Essa mobilização de

⁵² Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> acesso: 17/05/2015

⁵³ A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está vinculada à Presidência da República, possuía até recentemente, o status de ministério e tem por competência assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.

certo, influenciou na decisão do segundo julgamento, no qual o assassino foi condenado a 15 anos de detenção (SAFFIOTI, 2004, PINTO 2003).

Nesse período surgiram várias organizações cujo objetivo era oferecer serviço de atendimento às mulheres que sofreram violência doméstica e sexual, bem como a criação das delegacias da mulher: os “novos grupos feministas, como o Centro Brasileiro da Mulher, a Associação de Mulheres de São Paulo, os Coletivos Feministas, o SOS Mulher, dentre outros. Através de uma linguagem própria, as novas organizações vão buscar construir a identidade do movimento” (REGINATO, 2014, p. 57). Nesse contexto as reivindicações giravam em torno da violência contra a mulher no âmbito doméstico, a questão do assédio sexual aparece como um problema das relações de trabalho.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que em um dos documentos mais completos e abrangentes produzidos na época intitulado “Carta das Mulheres”, formulado por diversas feministas chamadas à Brasília, além de detalhar as demandas em relação aos direitos da mulher, no que se referia ao trabalho, saúde, etc., sua originalidade foi pautar a questão da violência contra a mulher, expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres, redefinindo o conceito de estupro e sua classificação penal, e solicitando a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher em todos os municípios do território nacional (PINTO, 2003).

A criação de instrumentos internacionais de participação política e em defesa da expansão da cidadania das mulheres – conferências internacionais, a criação de tratados, planos e acordos⁵⁴ – com os quais o Brasil se comprometeu e que orientam a criação de políticas públicas voltadas para equidade de gênero está intimamente relacionada a mobilização das mulheres e movimentos feministas que foram partícipes do processo de elaboração dos mesmos em defesa dos direitos humanos das mulheres. O combate à violência contra as mulheres tornou-se uma bandeira de luta mundial do movimento feminista, sob o lema “Nossos corpos nos pertencem”, expressão surgida na primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (1975) em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (PRÁ; EPPING, 2012).

⁵⁴ “O Brasil, como outros países-membros das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificou uma série de convenções, protocolos e planos de ação originados em diferentes eventos internacionais. Incluindo-se aí os relacionados ao tema mulher, entre eles a Carta das Nações Unidas (1945), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Declaração de Viena (1993), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Convenção de Belém do Pará (1995), a Declaração de Beijing (1995) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw)” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 38).

Nesse contexto havia uma espécie de convergência entre os discursos de movimentos feministas, grupos de mulheres organizadas e de organizações internacionais a respeito do combate à violência contra a mulher. O que gerou uma pressão para que o Estado brasileiro criasse medidas de intervenção e combate à violência, um dos mecanismos fora a criação de delegacias especiais de atendimento à mulher (DEAMs):

De 1985 a 2002, a criação de DEAMs e de Casas-Abrigo foi o principal eixo da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase, portanto, estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco constituiu também a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher (SPM, 2014, p. 16).

No entanto, a forma como foram implementadas essas políticas, comumente de cima para baixo, recebeu bastante crítica do movimento feminista e de intelectuais (SAFFIOTI, 2004; REGINATO, 2014) que se debruçaram sobre o tema da violência contra a mulher.

Mais recentemente a criação da SPM em 2003 pretendeu fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, através da criação de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e de um Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na esfera Federal, que resultou na criação de serviços especializados como Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (SPM, 2011). Além disso teve a aprovação da Lei n ° 11.340/2006, conhecida pelo nome de " Lei Maria da Penha" que dispõe sobre os crimes de violência na esfera das relações domésticas e familiares contra as mulheres. Como ressaltou REGINATO (2015) a aprovação dessa legislação contou com o apoio de segmentos representativos do movimento feminista no Brasil em consonância com as recomendações internacionais de direitos humanos.

Depois de instalada uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito em 2013 que analisava os casos de feminicídio no Brasil e a acusação – a partir de estudos e relatórios nacionais e internacionais – da conivência do estado com tais crimes, foi criada a lei do feminicídio, que contou com a mobilização de militantes feministas e agências internacionais de defesa dos direitos humanos e no combate a violência de gênero. Os casos de feminicídio são considerados crimes de ódio, no qual o homem assassina a mulher pela sua condição de mulher. Essa discussão principiou

no debate latino-americano a partir das denúncias de assassinatos de mulheres em Ciudad Juarez – México, onde, desde o início dos anos 1990, práticas de violência sexual, tortura, desaparecimentos e assassinatos de

mulheres têm se repetido em um contexto de omissão do Estado e consequente impunidade para os criminosos (PASINATO, 2011, p. 221).

No Brasil “em março de 2015 foi sancionada a lei que introduziu no código penal brasileiro uma circunstância qualificadora do crime de homicídio que atende pela designação de feminicídio” (PASSOS, 2015, p. 71). Desse modo, os crimes cometidos que possuem caráter misógino terão penas elevadas. Essa mudança está relacionada aos acordos internacionais que o Brasil se comprometeu que visam prevenir e erradicar a violência contra as mulheres e diante do alto índice de crimes por razões de ódio às mulheres, o estado sofreu pressão para que tomasse alguma medida.

As intervenções dos movimentos feministas, organismos internacionais, somados as ações e medidas do governo não alteraram estruturalmente a realidade da violência de gênero no país. Dentre as razões poderíamos apontar o mau funcionamento dos serviços sociais criados e seu sucateamento, além da ausência de verbas (RIBEIRO, 2003). Soma-se a isto a permanência de práticas misóginas arraigadas culturalmente, algo que a longo prazo poderia sofrer alterações se houvesse a inclusão da discussão de gênero e diversidade sexual nos currículos escolares que visa o respeito ao princípio da dignidade humana.

Assédio sexual: Trajetória política e percurso histórico.

Nesse cenário reivindicativo de combate a todas as formas de violência contra as mulheres que as feministas trouxeram uma ampla discussão sobre o assédio sexual, defendendo que trata-se de uma violência e que deveria ser criminalizada sua prática nas relações de trabalho. Bianchini (2002) ressalta a relação entre feminismo e o fortalecimento da discussão sobre o assédio:

Talvez a tônica maior a respeito do assunto tenha surgido exatamente na sociedade norte-americana, em razão de esta nação ter sido também o berço de movimentos feministas de larga repercussão, cujas principais bandeiras de luta eram a favor da mulher trabalhadora (BIANCHINI, 2002, p. 3).

Também no Brasil as mobilizações pela criminalização do assédio nas relações de trabalho entre superior hierárquico e funcionárias foram impulsionadas pelos movimentos feministas, estavam comumente ligadas a movimentos de trabalhadores e todos os projetos de lei anteriores à punição a título penal do assédio surgiram de proposições políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores e sempre assinadas por parlamentares do sexo feminino. Os

projetos de lei foram assinados por Benedita da Silva, Marta Suplicy e Iara Bernardi (BIANCHINI, 2002).

Ou seja, historicamente a atenção a esse tipo de comportamento esteve voltada ao âmbito das relações de trabalho. De acordo com Silva (2014)

O surgimento de uma tipificação moderna de assédio sexual surge, na década de 1970, nas universidades norte-americanas. Catharine MacKinnon (1979) é a primeira autora a reportar-se ao assédio sexual numa perspectiva jurídica, referindo-o como uma forma de discriminação sexual nas relações de trabalho (SILVA, 2014, p.2).

Significa dizer que, pensar o assédio sexual como uma violência e ainda mais, pensá-lo para além dos espaços de trabalho, é uma discussão que vem timidamente ganhando lugar nos últimos anos. No entanto, a história e a literatura retratam a violência sexual direcionadas às mulheres, demonstrando que não se trata de um fenômeno novo. A historiadora Pierrot (2013), ao tratar da França, se reporta aos casos de assédio sexual no início do século XX, principalmente no trabalho, que ocorriam tanto nas propriedades rurais, em que as serviçais eram perseguidas pelos patrões, quanto às operárias das fábricas, constatando a situação de violência direcionada às mulheres:

O corpo desejado, o corpo das mulheres é também no curso da história um corpo subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade. A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas (PIERROT, 2013, p. 76).

É comum encontrar na literatura referências a casos de assédio sexual, ela pode ser um ponto de partida para acompanhar a trajetória dessa discussão. Tenho como referência duas obras nacionais da década de 1930, que retratam bem a situação das mulheres naquele período. Trata-se dos romances proletários escritos por Pagu e pelo sergipano Amando Fontes.

A intelectual e militante Patrícia Galvão escreve o primeiro romance proletário do país, trata-se de *Parque Industrial* (1933), assinado sob o pseudônimo de Mara Lobo. De forma realista, descreve a vida urbana das mulheres operárias, prostitutas, doceiras, normalistas da capital paulistana, centrando no bairro do Brás, retrata a exploração do trabalho e o assédio sexual que ocorria constantemente nas fábricas – “acabam de me despedir da fábrica, sem uma explicação, sem um motivo. Porque me recusei ir ao quarto do chefe”

(GALVÃO, 2006, p. 105); –, e nas casas dos patrões – “obediente, acostumada. Pequenina. Some nas almofadas. Recebe friamente os beijos do patrão” (idem, p. 56).

O chão das fábricas também aparece como cenário no já mencionado *Os Corumbas*. Nele Amando Fontes retrata o cotidiano das operárias e o contínuo assédio sexual dirigido a elas. No trecho a seguir, a personagem Albertina narra uma dessas passagens:

–Foi Misael, o contramestre da minha seção... Miserável! Ele não gosta de mim, porque eu não sou como as outras, que lhe dão confiança... safado! Uma vez me deu uma palmada nas cadeiras. Mas eu desgracei logo com ele. Gritei-lhe no focinho: Atrevido! Moleque! Ele ficou danado comigo. Hoje, só porque eu cheguei um bocadinho mais tarde – ainda não tinha fechado o ponto – o infame disse que eu não entrava neste quarto. E veio logo com enxerimentos: “Se eu quisesse esperar por ele, de noite, no Beco da Cerimônia...” Nem deixei que ele acabasse. Dispamparei, xinguei tudo e vim m’embora... Com toda certeza o miserável vai dar parte de mim (FONTES, 1999, p. 25).

De acordo com Dias (2008), ainda que o assédio seja uma prática antiga, o entendimento de que se trata de uma violência sexual e de uma discriminação de gênero, é um fato recente:

Embora o assédio sexual exista desde sempre em diversos contextos organizacionais, só nos anos mais recentes se passou a designar esta experiência como uma forma particular de violência sexual. Até meados do último século, para muitas mulheres, a tolerância do assédio e, em particular, do assédio sexual fazia parte da premissa de ter ou manter um emprego fora de casa. Somente no início dos anos 70 é que a expressão “assédio sexual” começou a ser usada. Só daí em diante é que a sociedade passou a atribuir sentido, inclusive legal, a uma experiência sofrida em silêncio por inúmeras mulheres (DIAS, 2008, p. 12).

Embora as reivindicações pela criminalização do assédio sexual na relações de trabalho tenham emergido no período da década de 1980 no país, somente em 2001 “o crime de assédio sexual foi introduzido no código Penal através da Lei Nº 10.224/2001 no capítulo dos crimes contra a liberdade sexual” (NAZAR 2011, p. 80).

Art. 216 – A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função.

Bianchini (2002) questiona se o assédio sexual, reivindicação da mulher moderna, que se quer respeitada tanto no espaço público, quanto no privado, merece e tem necessidade da tutela penal. Alguns autores da área do direito defendem que “a elevação de penas como

solução de problemas é um mito” (idem, p. 18) e que criminalizar o assédio sexual é também uma forma de o Estado acalmar a opinião pública, mas não resolve o problema. Ademais, não se eliminam as desigualdades por decreto. No entanto constata: “a cultura patriarcal e machista ainda imperante dificulta o reconhecimento do assédio como uma discriminação e como uma violência contra a mulher” (ibidem, p. 10).

Para Bitencourt (2002), a discussão no país sobre o assédio está relacionada à “condenável mania nacional de copiar modismos norte-americanos, atinge seu apogeu com a importação da exótica figura do assédio sexual, símbolo por excelência do falso moralismo dos americanos do norte.” (BITENCOURT, 2002, p. 23). Diz ainda o referido autor, que se for para sermos fieis às condutas dos nortes americanos nossos “colonizadores”, chegaremos a não entrar sozinhos no elevador com alguém do sexo oposto, nunca atender uma funcionária às portas fechadas, nem atender aluna sozinho na sala.

Sua crítica vai aos legisladores contemporâneos que tem abusado da criminalização e da penalização, a criminalização do assédio sexual, segundo ele, pode vir a fundamentar muitas denúncias caluniosas, especialmente nas demissões sem justa causa. Outra crítica dirige-se a popularização e vulgarização do assédio sexual, por confundir crimes graves de estupro e atentado violento ao pudor com pequenas infrações, gerando um desserviço à sociedade (BITENCOURT, 2002). Ele define assédio e pondera sobre a dificuldade de interpretar quando determinada ação foi criminosa, quando não chegou a sê-lo.

Consuma-se o crime de assédio sexual com a prática de atos concretos, efetivos, suficientemente idôneos para demonstrar a existência de constrangimento, sendo desnecessárias, digamos, as vias de fato. Semelhante ao que ocorre no crime de ameaça, no assédio sexual a ação constrangedora tem que ser grave, suficientemente idônea para as duas coisas: impor medo, receio ou insegurança na vítima e, ao mesmo tempo, ferir-lhe seu sentimento de honra sexual, de liberdade de escolha de parceiros, enfim, sentimento de amor próprio. Caso contrário não se poderá falar em crime [...] Enfim, não só os tarados mas também os apaixonados podem ‘assediar’ seus ‘eleitos’. A questão fundamental será definir quando esse assédio ultrapassa o limite permitido, do ‘politicamente correto’ e invade a seara do proibido, moralmente censurável e, agora, do legalmente criminalizado (BITENCOURT, 2002, p. 38, 39).

O que temos a partir desses autores é a defesa da importunação ou aproximação entre estranhos até certo limite, entendido como abertura à paquera. Vale ponderar que o flerte, a demonstração de interesse deve levar em consideração a posição do outro, não havendo uma abertura e se diante da negativa “do eleito” persistem as investidas, podemos classificar como assédio. É interessante ressaltar que o assédio sexual trata-se de um constrangimento e não

de vias de fato, quando passa do constrangimento, da coação para uma ação de cunho sexual como tocar partes pudendas, a depender da gravidade, poderá ser enquadrado no código penal como ato obsceno ou estupro.

O conteúdo semântico da palavra assédio significa insistência, importunar a alguém com perguntas, propostas e pretensões. Assediar é perseguir com insistência.⁵⁵ No entanto, no âmbito do direito, tipifica-se o crime de assédio sexual com a simples ação de constranger... Havendo vínculo hierárquico, ou seja, as variáveis necessárias são: condição de superior e finalidade de obter favores sexuais (BITENCOURT, 2002). O assédio sexual é de acordo com Neto (2002) “o cerco insistente e indesejado, a investida inoportuna e não querida. Revela-se, por assim dizer, nos atos ‘preparatórios’ do intento obsessivamente perseguido pelo assediante, que é a consumação do ato sexual” (NETO, 2002, p. 105). Os atos de “cerco” significam propostas e configuram assédio sexual. A consumação do ato sexual configura abuso sexual.

A punição para o assédio sexual em lugares públicos e mesmo nos transportes públicos, prevista na legislação brasileira vai de acordo com o comportamento que o assediador apresentar. Pode se caracterizar como o crime mais leve, como importunação ofensiva ao pudor, até um crime como estupro. Em entrevista ao jornal local sobre assédio sexual nos ônibus, a delegada do departamento de atendimento a grupos vulneráveis da DAGV de Aracaju, distingue *importunação ofensiva ao pudor* de *estupro*; atos como passar a mão em partes pudendas, encostar-se lascivamente em mulher, no transporte público pode ser enquadrado como importunação ofensiva ao pudor, prevista no artigo 61 da Lei de Contravenção Penal. Casos mais graves são enquadrados como estupro, situações mediante violência e grave ameaça⁵⁶.

Dias faz uma síntese de várias interpretações do que seja assédio sexual, trazendo a definição de alguns autores sobre o tema: 1) Como campo da sedução e da sexualidade; isto é, sobre um modelo que valida e legitima relações desiguais entre homens e mulheres em matéria da sexualidade (Jaspard, 2005); 2) Como uma expressão exacerbada do sexismo e uma das formas mais nefastas e sutis de violação das mulheres (Koss, 1994); 3) Como imposição de exigências sexuais indesejadas, que se desenvolvem no contexto de uma relação de poder desigual para MacKinnon (1979); 4) Como qualquer ação que ocorre dentro do espaço laboral, em que as mulheres são tratadas como objeto das prerrogativas sexuais do

⁵⁵ Dicionário Aurélio, 1988, p. 66.

⁵⁶ Disponível em: “Violência sexual nos ônibus fere e maltrata mulheres no dia a dia.” Jornal Cinform. Aracaju. 11 a 17 de agosto de 2014. Ano XXXI, edição 1635. Especial Machos Grotescos. p. 6.

homem para Lafontaine e Tredeau (1986); 5) Para Farley (1978) o assédio consiste num comportamento masculino de natureza sexual indesejado e não recíproco. Tais concepções definem o assédio sexual como um ato de violação socialmente definido pela intersecção do sexo e do poder (DIAS, 2008).

Ademais, entende-se que o assédio constitui mais um fenômeno estrutural do que um desvio de comportamento individual. Operando como um instrumento de controle social. Significa dizer, que essa prática está ancorada numa desvalorização e depreciação social da mulher, em um não reconhecimento da igualdade de gênero, do que numa atitude isolada e individualizada (DIAS, 2008). Tanto no âmbito acadêmico, do direito, quanto da militância está se visando definir o que é assédio sexual. No presente trabalho, considero a definição mais ampla, que vai para além do campo do trabalho, e que abrange as importunações, perseguições e constrangimentos de cunho sexual indesejada intimidativa e violadora em diversos espaços públicos, dirigidas às mulheres, que diz respeito a uma violação do princípio de livre disposição do próprio corpo.

É importante perceber como em vários países nas últimas décadas esse tema tem chamado atenção, de modo que variando pouco de país para país, existe hoje legislação que o tipifica como crime em diversas partes do mundo. De acordo com Gomes (2002), a França foi o primeiro país na Europa a prever o delito de assédio sexual. No entanto, de uma forma geral com relação a esse crime “as condenações ainda são muito raras. O motivo está na dificuldade de provar o assédio sexual... não basta a palavra da vítima. É preciso ter provas e testemunhas contundentes” (GOMES, 2002, p. 81).

O fenômeno, porém, é tão universal que quase todos os idiomas mais falados no mundo trazem uma expressão própria para sua identificação” Assédio sexual em português, *acoso sexual*, em espanhol, *harcèlement sexuel*, em francês, *sexual harassment*, em inglês, *seku hara*, em japonês, e *molestie sessuali*, em italiano. E assim como no Brasil referem-se a discriminação das mulheres no mercado de trabalho (NETO, 2002, p. 111).

São considerados atos de assédio sexual desde comentários sexuais (piadas de duplo sentido, insinuações ou gracejos) até, em ponto extremo, à ameaça-física ou verbal com intuito de obtenção de favores sexuais. Enfatizando que o assédio sexual supõe sempre uma atitude sexual não desejada, desagradáveis para o receptor, impostas e não correspondidas, esse é o fator chave para distingui-lo de outras relações amistosas. Não se considera que o flerte ou simples paquera como assédio, “por isso muitas vezes só é possível considerar

indesejada a conduta de conotação sexual quando o assediado inequivocamente manifesta oposição às propostas e insinuações do assediante” (FILHO, 2002, p.119).

Das justificativas sobre essas condutas de assédio, por um lado têm os argumentos que atribuem esse comportamento a discriminação baseadas no gênero e por outro lado, os que apontam para um moralismo que quer tirar a liberdade de galanteio, a possibilidade de interação entre as pessoas, que se quer normatizar, censurar, ou, da mania de querer proibir e criminalizar tudo. Outra questão que deve ser considerada é a dificuldade de se provar que foi alvo de assédio, e ainda, de fazer denúncias – para quem desejar fazê-la–, seja pela descrença de que alguma providência será tomada, seja pelo constrangimento ou mesmo pela naturalização (até mesmo de quem sofreu assédio) do assédio como um fato corriqueiro.

O percurso sobre esse tipo de violência sexual demonstra que houve uma ampliação do entendimento do que seja assédio, antes coibido só nas relações de trabalho e tendo ressurgido nos últimos anos com o questionamento à violência sexual nos espaços públicos. Assim, o feminismo foi construindo uma causa em torno do assédio sexual, chegando ao debate mais atual que questiona as abordagens muitas vezes agressivas às mulheres nas ruas, aos *encoxamentos*⁵⁷ no transporte coletivo, perseguições, etc., no espaço público. Tal fato talvez tenha sido possível por causa de um certo retraimento na discussão sobre o mundo do trabalho, uma pauta também muito importante dentro do feminismo, e do espaço que se deu aos temas transversais.

Essa nova perspectiva que questiona o comportamento entre estranhos no espaço público está presente nos movimentos feministas, nas notícias de jornais e em alguns programas televisivos de entretenimento – que voltam ao tema sempre que aparece um caso que repercute publicamente. Além disso, tem se tornado uma questão para o Estado, que vem criando mecanismos que visam coibir e penalizar quem comete esses atos. A criação de vagões rosa no Rio de Janeiro, de linhas de ônibus exclusivas em Curitiba, a recente criminalização e criação de multas para os casos de assédio de rua em vários países da Europa e alguns países da América latina como a Argentina e o Peru⁵⁸ são alguns exemplos.

⁵⁷ Termo popularmente utilizado para definir a conduta de passageiros que encostam seu corpo maliciosamente contra o corpo das passageiras em ônibus e metrô.

⁵⁸ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/multas-por-cantadas-podem-chegar-a-r-160-mil-em-paises,0921213dbaab2a004a6f1224d34948a9wr5kRCRD.html> Acesso: 03/03/2016.

Propostas e iniciativas para combater o assédio sexual

O combate a violência sexual contra as mulheres tem ocorrido através da inclusão de novos repertórios de ação dos movimentos feministas, como o cyber ativismo – que utilizam blogs, sites e vídeos no You Tube e de intervenções mais dinâmicas como o movimento da Marcha das Vadias. Soma-se a isto a atuação da ONG Think Olga e da campanha “Chega de Fiu Fiu”⁵⁹; o debate sobre a criação dos vagões exclusivos para mulheres em trens e metrô de algumas capitais como São Paulo e Rio de Janeiro e uma proposta de mudança na legislação, trata-se do Projeto de Lei 64/2015 “Assédio em transporte” que está em análise no Congresso Nacional de autoria do senador Romário (PSB-RJ), que se aprovado, torna crime o ato de constranger alguém por meio de contato físico com fim libidinoso⁶⁰.

A intenção do referido projeto é punir o assédio sexual no transporte público, em que homens se utilizam da superlotação para se aproveitar de mulheres. Segundo o projeto, quem for enquadrado no crime pode pagar multa e cumprir detenção (prisão em regime aberto ou semiaberto) de três meses a um ano. A pena poderá ser convertida em prestação de serviços ou outro tipo de pena alternativa. Romário critica o fato de a lei que revisou os crimes sexuais em 2009 ter retirado a punição do abuso em transporte ou aglomerações públicas. A conduta, segundo ele, precisa voltar a ser crime, já que a impunidade incentiva o assédio. A proposta também aplica a punição a quem divulgar imagem, som ou vídeo com a prática do ato libidinoso. O projeto de lei também exige que os responsáveis pelos serviços de transportes reservem área privativa para as mulheres e afixem avisos de que é crime constranger alguém mediante contato físico com fim libidinoso⁶¹.

Nessa perspectiva da penalização, há campanhas⁶² a nível governamental e também de movimentos sociais no intuito de ampliar o debate e dialogar com a sociedade civil sobre o assédio sexual no espaço público, o foco costuma ser coibir as ações e estimular denúncias. Das campanhas divulgadas pela SPM, verificou-se em Aracaju a presença de cartazes

⁵⁹ Disponível em <http://thinkolga.com/cheга-de-fiu-fiu/> Acesso: 03/11/2014.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.romario.org/portfolio/all/assedio-em-transporte-publico/>> Acesso: 03/03/2016.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.romario.org/portfolio/all/assedio-em-transporte-publico/>> Acesso: 03/03/2016.

⁶² Campanha da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/logomarcas/campanha-lique-180/campanha-lique-180> Acesso: 26/11/2014.

Ainda sobre a campanha: <http://www.fetronor.com.br/comunicacao/noticias/onibus-urbanos-apoiam-campanha/581>. Acesso: 03/03/2016.

pregados em algumas linhas de ônibus⁶³, alertando que assédio sexual é crime e deve ser denunciado⁶⁴.

Se por um lado uma parcela dos movimentos feministas e dos representantes políticos – a exemplo do Senador Romário, pelo Estado do Rio de Janeiro –, defende a criminalização do assédio sexual nos transportes públicos, por outro, há a opinião de que a criminalização e penalização não resolvem por si só o problema da violência sexual. Quem defende essa posição, ressalta que com a criminalização do assédio sexual haveria uma brecha ainda maior para a ordem policial reprimir ainda mais a classe trabalhadora e a população negra e para o encarceramento em massa.

Sobre a criação do “vagão feminino” em trens e metrô, temos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro que teve a aprovação em 2006, através da lei estadual 4.633 da criação de um vagão exclusivo para as mulheres nos horários de grande movimento de passageiros. Essa questão tem gerado muita polêmica. No geral representantes de movimentos feministas se opõem a tal medida por considerar problemática, segregacionista e tirar o direito de homens e mulheres conviverem no espaço público e legitimá-lo como masculino etc. Mas trata-se de uma questão polêmica na qual não há um consenso.

No Estado de São Paulo entre 1995 e 1997 tentou-se implantar vagões exclusivos para mulheres, a ação não teve sucesso. Em 2005, a proposta de destinar vagões nos trens e no metrô especialmente para mulheres voltou a entrar em pauta, desta vez na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) que em 2014 aprovou o projeto, sendo vetado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Movimentos feministas se pronunciaram em defesa de projetos alternativos e contra a criação do vagão⁶⁵. E em Brasília, desde julho de 2013 que o vagão exclusivo está em funcionamento. Em Curitiba a prefeitura lançou a campanha “Busão sem abuso”⁶⁶ com a proposta de incentivar a denúncia e coibir os casos de abuso. Além destas cidades brasileiras, o vagão exclusivo está presente no Egito, na Indonésia, no Irã, no México, nas Filipinas, em Dubai, no Japão e na Índia.⁶⁷

⁶³ Exemplares desses cartazes foram fixados em algumas linhas de ônibus em Aracaju. Por exemplo, a linha que faz o trajeto entre terminal do centro, Campus da UFS e Eduardo Gomes.

⁶⁴Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=assedio+sexual+%C3%B4nibus+disque+180&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ei=ZO11VPPqCsqogwTBmIGoAQ&ved=0CAcQAUoAg&biw=320&bih=460&gws_rd=cr#facrc=&imgdii=&imgrc=H6dzJs24k10zZM%253A%3BZMjbVL acesso: 26/11/2014

⁶⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/alckmin-veta-criacao-de-vagao-rosa-nos-trens-e-no-metro-de-sp.html> acesso: 19/05/2015.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-campanha-contra-abuso-no-transporte-coletivo/34893> acesso: 19/05/2015

⁶⁷ Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/20514> acesso: 19/05/2015

Em relação a Think Olga, trata-se de uma organização não governamental que vem protagonizando as formulações e ampliando o debate sobre assédio sexual em locais públicos, foi assim que elaborou uma cartilha explicativa e está concluindo um documentário ambos sobre assédio sexual. Além disso em 2013 lançou na rede uma pesquisa relacionada a campanha Chega de Fiu Fiu contra o assédio em locais públicos. A pesquisa contou com 7.762 participantes e 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas. Ao serem questionadas sobre os locais onde já recebeu cantadas, o resultado apontou o ambiente das ruas e do transporte público como onde há maior incidência de casos. Outro dado importante que a pesquisa trouxe, é que 83% das entrevistadas não acham algo legal receber cantadas, contra 17% que acha. 81% disse já ter deixado de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) com medo do assédio.⁶⁸ Esses são alguns dados, que demonstram que o assédio sexual é um tema que requer atenção e debate, que trata-se de um fenômeno cotidiano que interfere na vida de diversas mulheres. Essa campanha tem um forte apelo e tem conseguido chamar atenção da mídia e do público para debater assédio sexual nos espaços públicos.

As feministas costumam ser acusadas nos meios virtuais, acadêmicos e na relação com outros movimentos de serem vitimistas, principalmente ao tratar da violência contra as mulheres. Uma das críticas que surgiu a partir das questões postas pelo movimento nas campanhas da década 1980 foi sobre a instrumentalização do uso do sofrimento. Nesse sentido, entende-se que as conquistas políticas demandariam a produção de um sofrimento para sensibilizar, tornando o lugar de vítima produtivo, “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações” (SARTI, 2011, p. 54).

No que se refere aos novos meios de articulação militante percebo como a posição de vítima e o sofrimento vivenciado por mulheres tem sido agenciado como um elemento de união que nasce através da partilha de experiências; prática alimentada entre coletivos, por campanhas virtuais como #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio e por páginas do facebook, nas quais anonimamente as vítimas narram as situações de violência sexual que passaram ao longo da vida ou na qual ainda se encontram. O sofrimento compartilhado reafirma a importância da *sonoridade* entre elas – este tem sido um termo amplamente utilizado entre as militantes e significa a união entre as mulheres e a luta contra a rivalidade

⁶⁸ Disponível em: <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/> acessado em 03/11/2014.

feminina. Aparece constantemente o discurso de que *você não está sozinha e juntas somos fortes*.

É comum nos depoimentos as mulheres dizerem que se sentem culpadas, pois acreditam que pode ter provocado àquela situação de violência, ou que por não ter denunciado possibilitou que mais mulheres fossem também vitimadas, nesse sentido o discurso compartilhado entre militantes é que quem sofreu o assédio e outros tipos de violência sexual é vítima e por isso não tem culpa pelo que lhe aconteceu, essa relação virtual entre mulheres que não se conhecem mas que estão conectadas tem sido muito potente por defender a desculpabilização da vítima, afirmam sempre que não importa o que a mulher estava vestindo, não se trata de um potencial individual provocador, a culpa nunca é da vítima.

Considero que o ativismo virtual é um instrumento produtivo no combate a violência sexual. Trata-se de um recurso utilizado por militantes e organizações não governamentais feministas tanto para divulgação de dados e informações sobre violência dando visibilidade ao tema, quanto como espaço para que essas experiências individuais sejam partilhadas e venham a público, trata-se com frequência de um sofrimento que não fora compartilhado antes por medo, vergonha, falta de apoio, etc. Nessas redes de troca é produzido um ambiente de encorajamento para que haja enfrentamento de situações de assédio, para quebra de silêncios e são trocadas palavras de apoio criando uma rede de solidariedade entre as mulheres. A *Think Olga* e as páginas *Cantada de Rua conte seu caso*⁶⁹, *Pare com o assédio nas ruas*⁷⁰, *Chega de assédio*⁷¹, e *Preciso contar o que aconteceu comigo*⁷² são só alguns exemplos.

A Marcha das Vadias, tem sido uma das novidades dentro do movimento feminista na última década. Com novos repertórios reavivou a bandeira defendida na segunda onda do feminismo de que nossos corpos nos pertencem e de forma irreverente reanimou a prática de manifestar-se nas ruas, trazendo o corpo como elemento de contestação à violência sexual e como expressão da liberdade e autonomia das mulheres. Trata-se de um movimento que surgiu em Toronto, em 2011 como protesto, após um policial numa palestra ao se referir a um estupro que ocorreu naquele período no Canadá, ter dito que se as mulheres não se comportassem como vadias, se não se vestissem com roupas curtas e não andassem sozinhas à noite, evitariam serem estupradas. A partir daí a marcha passou a ser realizada em vários países inclusive no Brasil.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/CantadaDeRua/?ref=ts&fref=ts>

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/assedioderua/?fref=ts>

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/chegadeassedio/?fref=ts>

⁷² Disponível em: <https://www.facebook.com/precisocontaroqueaconteceucomigo/?fref=ts>

Esse movimento é antes de tudo um manifesto contra o controle social dos corpos femininos. O medo das mulheres de serem vítimas de um crime ensina desde cedo qual é o seu espaço. Quem é o forte e quem é o fraco. Limita de várias maneiras a vida das mulheres, como não andar sozinha à noite, que tipo de roupa deve ou não usar e que tipo de atividades deve ou não fazer. Traz o debate ao direito da mulher a acessar os espaços públicos em igualdade de condições com os homens e exercerem sua cidadania. (SILVA, 2014).

A Marcha das Vadias que ocorre desde 2011 em várias capitais brasileiras, em Aracaju, é realizada desde 2012, por diversos coletivos feministas e pessoas independentes de organizações que se identificam com ela. Possuindo um tom subversivo e ao mesmo tempo lúdico – primeiramente pela apropriação do termo vadia, em seguida as palavras de ordem cantadas e escritas nos corpos, o uso de percussão com latas, performances, jogral, etc. – apresenta uma forma diferente de experimentar a política, mais descontraída, espontânea, plural, descentralizada e independente e ao mesmo tempo em redes, com a participação de diversos coletivos e movimentos sociais, conta também com a presença de homens, demonstram que se trata de uma construção coletiva mas que é protagonizada pelas mulheres em defesa de seus direitos e confrontando o machismo e a violência.

Sob o lema “Meu corpo, minhas regras” pautam a autonomia das mulheres, a garantia de transitar em público sem ser agredida e violada sexualmente. É central a defesa de que a forma como as mulheres se comportam e se vestem não legitima o assédio e o estupro. O corpo emerge como instrumento político de enfrentamento e desconstrução de práticas e valores que subjugam as mulheres. Usando roupas curtas, sutiãs ou fazendo topless querem chamar atenção para o direito de vestir-se como quiserem sem que isso seja usado como desculpa para que sejam violentadas.

Mas o que causa mais impacto é a apropriação e ressignificação do termo vadia. O que as militantes argumentam diante das acusações e manifestações contrárias é que fora preciso enquanto oprimida pelo machismo que separa as mulheres entre santas e putas, utilizar um termo que historicamente fora usado para difamar, ofender e oprimir as mulheres, dando-lhe uma ressignificação, que incorpora a ideia de liberdade, de livre disposição sobre o próprio corpo e sexualidade e que “se ser livre é ser vadia, somos todas vadias”.

O movimento reivindica a regulamentação da prostituição, a legalização do aborto, a melhoria nos transportes públicos, igualdade salarial e a laicidade do estado. Trata-se de um movimento que é criticado por alguns setores da esquerda, de um lado por ser entendida como uma pauta menor e de outro por se tratar de reivindicações consideradas pequeno burguesa ao

invés de priorizar as contradições da relação capital trabalho. O que dá a entender que lutar por liberdade sexual, direito de ir e ir sem ser assediada, estuprada seria para essa ala de militantes, uma questão menor e conservadora no sentido de não pôr em xeque o sistema econômico. Soma-se a isto a reprovação popular que acredita que não é possível respeitar mulheres que se auto intitulam vadias.

A opção por um transporte alternativo como a bicicleta não livra as ciclistas de serem alvos de assédios, foi pensando nisso que mulheres ativistas do ciclismo urbano mobilizou alguns movimentos locais e organizou em janeiro de 2015 intervenções urbanas a partir de um evento intitulado “Saia de Bike”, seguindo a lógica da marcha das vadias no que se refere à defesa de que independente do que estejam vestindo, o assédio às mulheres não é um comportamento adequado.

O enfrentamento à violência contra a mulher não se resolverá a curto prazo nem com soluções fáceis. Acredito que ao invés de investir na criação de mais penalizações, seria mais produtiva a criação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, campanhas educativas de combate ao comportamento sexista e à violência contra a mulher. Investir na segurança, saúde, justiça, mobilidade urbana, na assistência social de atendimento às vítimas de violência sexual e na inclusão do debate de gênero nos currículos de educação básica⁷³. O fato é que as violações sexuais às mulheres ainda são uma realidade e representa um ataque aos direitos humanos das mulheres, considerar que a criminalização do assédio e o encarceramento por si só resolverão uma questão estruturada culturalmente é muito simplista e problemático.

Neste trabalho, um dos objetivos é trazer à baila a discussão, tornar o debate público e visível, parafraseando Arendt, tirar essas experiências da obscuridade, desindividualizar e desprivatizar experiências íntimas, tornar comunicáveis e trazer a público (ARENDT, 2007, p. 60). Por acreditar na importância de gerar conhecimento e incitar o debate em torno de questões sociais importantes e que está relacionada ao bem coletivo. E, ao trazer os relatos de quem vivencia em seu dia a dia as situações de constrangimento e importunação de cunho sexual nos transportes coletivos, contribuir com a desnaturalização do assédio sexual, incentivar o enfrentamento dessa questão. Como sugere Butler, no contexto de sua análise sobre guerras contemporâneas, ao trabalhar com imagens e poesias de guerra, ela lembra que embora essas ferramentas não possam parar um bombardeio nem libertar ninguém da prisão,

⁷³ Essa é a posição de algumas pessoas que debatem a questão de gênero. Ver RBA Rede Brasil Atual Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/cantadas-na-rua-ampliam-debate-sobre-assedio-sexual-e-direitos-da-mulher/> Acesso: 03/03/2016.

podem, contudo, contribuir para libertar da aceitação cotidiana da guerra e provocar indignação que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência (BUTLER, 2015).

Críticas e ponderações no debate sobre o assédio sexual.

Algumas contradições, oposições e ponderações que surgem no âmbito da discussão sobre o assédio sexual podem enriquecer o debate, o recorte classista, racial e geracional é um deles. Diz respeito a sugestão que o assédio em algumas ocasiões (aqueles considerados cantada) pode parecer agradável quando vindas de um determinado perfil de sujeitos, ou seja, pessoas brancas, jovens, magras, que correspondam a um determinado padrão de beleza hegemônico, ou que aparente pertencer a uma classe social mais alta, assim em determinados contextos, acredita-se que seria um comportamento mais aceitável, menos ofensivo, ainda que não haja interesse recíproco. Enquanto assédios vindos de um trabalhador da construção civil, de uma pessoa gorda, mais velha, etc. seriam recebidos com maior desagrado. Esse argumento aparece inclusive no capítulo seguinte nos posicionamentos dos homens sobre o assédio sexual.

A minha posição em relação a esse argumento é que existe essa possibilidade de reação dentro das chamadas cantadas de rua, mas não representa a posição hegemônica em relação aos assédios, como pude perceber tanto nos casos que foram relatados diretamente quanto naqueles divulgados em jornais e redes sociais nos quais independente do perfil do assediador, houve constrangimento e reprovação.

Aparece além disso a acusação de que movimentos feministas e vítimas de assédio serem moralistas e de querer impor regras que engessariam as relações sociais, não permitindo o flerte, a paquera. Uma das críticas é de que o assédio sexual seria uma criação do movimento feminista, assim sendo, até bem pouco tempo, o que hoje é lido como assédio era na verdade, experiências naturais do convívio ordinário. Ou seja, ao se criar um discurso sobre o assédio, tudo virou assédio. Tudo virou abuso e haveria uma banalização do que seria de fato a violência contra a mulher, confundindo os casos mais graves como estupro.

Sobre esse último ponto, a minha posição é de que as visões em torno da violência mudam ao longo do tempo. Um exemplo disso é retirado do livro “*História do Estupro*”, nele mostra que no final do século XIX – considerado momento chave na história do estupro – as violências sexuais começam a ser demarcadas como crime, o interesse da psicologia, da

medicina legal e a mobilização da opinião pública pela imprensa, a estatística que quantifica o “crescimento” dos crimes sexuais, tudo isso contribui para instaurar uma visão do estupro. No entanto era um crime pouco condenado. Os casos de estupro às mulheres em que não havia testemunha eram pouco ouvidos. Havia uma hierarquia das violências para a opinião pública que tinha como a imagem mais temível no fim do século XIX, o assassino do romance de folhetim e o ladrão homicida, desse modo “o abuso sexual se apaga diante da violência física, nas preocupações da imprensa e nas mentalidades” (VIGARELLO, 1998, p. 206).

Houve mudanças nessas imagens e na definição do que é estupro na atualidade, na consideração do trauma e numa renovação das hierarquias das violências, rupturas que supõe outras transformações no imaginário, nos comportamentos e nas relações entre homens e mulheres (VIGARELLO, 1998). Dentro dessa lógica, diria que vem se processando uma mudança tímida ainda, pelo menos em termos de visibilidade e talvez na maneira como o assédio sexual seja considerado, à medida que se começa a falar mais sobre, tanto a nível estatal através de campanhas quanto na mídia e organizações feministas.

Embora o assédio sexual seja considerado um tipo de violência, no entanto, passa muitas vezes despercebida como tal por ser cotidiana, silenciada, e até mesmo por estarmos acostumados a pensar a violência como algo esporádico, trágico, pontual. Geralmente pensada em termos da violência física. Ademais, paquera é diferente de assédio como já fora dito nesse trabalho algumas vezes. Pois na paquera admite a possibilidade de reciprocidade, ou alguém espera que diante de frases como “gostosa, vou te lambar todinha” vinda de estranhos resulte numa relação afetiva e/ou sexual?

Por fim, a violência contra as mulheres nos coloca diante de alguns dilemas éticos e do constante exercício da alteridade, nos deixa mais perguntas que respostas. Como se posicionar quando estão em confronto a defesa dos direitos das mulheres com os direitos de outros grupos socialmente discriminados? O que costuma ocorrer é a instrumentalização dos casos de violência de gênero para reivindicar intervenções punitivistas, para hostilizar, criminalizar outros grupos sociais. Por outro lado, por que deveríamos ser condescendentes com a violência cometida em determinados contextos e combativos em outros?

O caso dos ataques coletivos à mulheres na Alemanha⁷⁴ é um exemplo; ocorrido na cidade de Colônia durante as festividades de réveillon um grupo de cerca de mil homens se articulou para assediar e roubar mulheres, houve também registro de estupros, um caso de

⁷⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/ataques-dezenas-de-mulheres-na-noite-de-reveillon-chocam-alemanha.html> Acesso:26/02/2016.

ataque aos direitos das mulheres sem dúvida. De acordo com o que foi noticiado, os suspeitos tinham procedência árabe ou do Norte da África, considerando que a Europa vivencia atualmente o problema da enorme procura de abrigo por imigrantes que estão fugindo da guerra e da pobreza no Oriente Médio e em outros países em conflito. Essa situação expõe o conflito entre a defesa dos direitos das mulheres e no outro extremo, os direitos dos imigrantes.

Feministas foram inquiridas sobre esse ocorrido: porque não estão engrossando o coro contra a massa de imigrantes? Talvez porque a origem do problema das violações contra as mulheres não é responsabilidade dos estrangeiros e livrar-se deles não significaria o seu fim. O alvo dos ataques tornou-se os refugiados e não as vítimas dos assédios e isso parece não contribuir para seu combate, o que feministas defendem é que a violência seja combatida e que os culpados sejam responsabilizados. O que é questionável em casos como o ocorrido em Colônia é que embora a violência sexual aconteça cotidianamente e em vários países, ela é ignorada e ganha destaque apenas quando é conveniente para determinados interesses, como hostilizar com manifestações xenófobas e racistas e retirar direitos aos refugiados que estão na Alemanha, como repatriamento e limitar a entrada de novos refugiados no país.

Capítulo IV: “Desejos irrefreáveis” e “mulheres provocantes” ou o assédio sexual explicado através dos homens.

“Joga pedra na Geni!
Joga bosta na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!”⁷⁵

A afirmação de que os homens possuem um desejo sexual difícil de controlar é bem antiga, como mostra Weeks (2007) ao analisar a literatura sobre sexualidade nas sociedades modernas, na qual a sexualidade aparece como uma força absolutamente avassaladora, remetida aos homens “agentes sexuais ativos; as mulheres, por causa de seus corpos altamente sexualizados, ou apesar disso, eram vistas como meramente reativas” (idem, p. 41). Esse tipo de definição atravessa o discurso popular⁷⁶ na atualidade, uma das consequências é justificar casos de violência sexual contra as mulheres e desresponsabilizar os homens. Essa ideologia essencialista⁷⁷ serve para fortalecer a hierarquização das relações de gênero, ela ainda é na atualidade ratificada por instituições como igrejas, escolas e a família.

Destarte, vemos como argumentou Scott (1995) que a percepção das diferenças anatômicas/sexuais são articuladas para atualizar relações de poder, para se constituir em desigualdades. O verbo tornar-se, contido na celebre frase⁷⁸ de Beauvoir em *O segundo Sexo* possibilitou transgredir as explicações biologizantes sobre a condição das mulheres, e, por conseguinte, também dos homens, significa dizer que os seus comportamentos e valores são socialmente construídos e não resultados de uma natureza inscrita em seus corpos, pois anatomia não é destino.

⁷⁵ HOLANDA, Chico Buarque de. Ópera do Malandro. Rio de Janeiro. Polygram. 1979.

⁷⁶ Essa é uma visão compartilhada por homens e mulheres, embora tenha aparecido nos discursos das mulheres que entrevistei, nesse capítulo o foco é para as narrativas dos homens, sem com isso querer dizer que este discurso é exclusivo deles.

⁷⁷ “O ‘essencialismo’ é o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 2007, p. 43)

⁷⁸ “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1967, p. 9).

Neste capítulo minha intenção é discutir o assédio sexual levando em consideração a perspectiva e os posicionamentos dos homens, acessando a lógica do pensamento masculino em relação às mulheres e a violência cometida contra elas. Ao abdicar da dicotomia algoz-vítima, abre-se a possibilidade de trabalhar a dimensão relacional do conceito de gênero, como ressaltou Medrado em seus estudos sobre homens e masculinidades:

ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais ‘generificadas’, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero (MEDRADO 1996 apud MEDRADO et.al. 2008, p. 820).

Significa dizer que o propósito no presente trabalho não é condenar as condutas dos homens de modo individualizado, mas perceber o que torna possível que os abusos sexuais na forma de assédios aconteçam e como as relações sociais desiguais entre homens e mulheres contribui para a naturalização da violência.

O objetivo deste capítulo é primeiramente trazer a partir das entrevistas elementos que ajudem a entender as motivações para as práticas cotidianas de assédio sexual às mulheres no espaço público e buscar desmontar aquelas respostas automáticas e partilhadas pelo senso comum, que são dadas quando tentam justificar o assédio sexual, permitindo compreendermos que alguns comportamentos que aparecem nos discursos sendo atribuídos às diferenças biológicas, ou seja, agressividade e virilidade de um lado, fragilidade e dependência de aprovação de outro, resultam na verdade de processos de socialização que definem desde a infância como meninos e meninas devem se comportar e se relacionar.

Abre-se também espaço para criticar o entendimento de que homens são essencialmente machistas e agressores e que as mulheres são essencialmente vítimas. Quando na verdade somos sistematicamente socializados com valores e práticas misóginas e machistas, homens e mulheres reproduzem essas ideias, com a diferença de que eles ocupam um lugar de privilegio e beneficiam-se dessa posição. No entanto, as resistências cotidianas transformam ideias e práticas, a exemplo dos entrevistados para este trabalho que resignificaram, a partir de uma leitura crítica, sua posição de privilégios e passaram a defender condutas emancipadoras nas relações de gênero.

Está entre os objetivos deste trabalho mostrar como o assédio sexual está relacionado à *cultura do estupro*. Este conceito é usado para indicar a banalização, incentivo e legitimação da violência sexual contra as mulheres numa sociedade, de modo a contribuir para que essas práticas continuem se reproduzindo. A culpabilização das mulheres pela violência sofrida e a

desresponsabilização dos homens, assim como a objetificação sexual das mulheres e os assédios de rua e no transporte público, são comportamentos que estão associados à cultura do estupro. Algumas expressões, piadas, novelas, comerciais, músicas, leis, etc., reforçam-na fazendo a violência contra as mulheres parecer algo normal. Originalmente o termo cultura do estupro – “*rape culture*” – foi utilizado por feministas norte americanas na década de 1970 com o objetivo de mostrar como a sociedade culpava as próprias vítimas de abuso sexual, ou seja, se a mulher foi estuprada é porque ela provocou ou de alguma forma contribuiu para que ele acontecesse, o que normalizava a violência sexual contra as mulheres. Essa forma de enxergar a violência sexual ainda se mantém⁷⁹.

Este tema tem ganhado maior espaço de discussão com o apoio das redes sociais através da ação das feministas que lutam pelo fim da violência sexual, que permanece sendo um dos grandes problemas que afeta a vida das mulheres. Para ter-se uma ideia da gravidade, os dados do já citado 9º Anuário de Segurança Pública mostram que foram registrados quase 48 mil estupros em 2014, o que equivale a um estupro a cada onze minutos. Outro fato que tem chamado atenção são os diversos casos de estupros coletivos que tem ocorrido em vários estados, inclusive em Sergipe⁸⁰, ganhado destaque na mídia. Um dos casos que chocou o país aconteceu no Rio de Janeiro, onde uma jovem de 16 anos foi estuprada em junho de 2016 por 33 homens que filmaram o ato e divulgaram nas redes sociais. Tudo isso está relacionado com a banalização, incentivo e legitimação da cultura do estupro.

Essa última etapa da pesquisa completa a minha tentativa de trazer uma reflexão sobre a violência sexual que levasse em consideração todas as partes diretamente envolvidas, mais precisamente, o triângulo assediador⁸¹, vítima e a coletividade concernida⁸². Como será visto a seguir, os argumentos de ambos costumam recair sobre estereótipos e até patologizações sobre os comportamentos de homens e de mulheres, a exemplo da convicção de que o homem é detentor de uma natureza sexual difícil de controlar e da mulher como alguém que tem uma necessidade natural de ser elogiada pelos homens, ainda que se trate de estranhos e por isso usa artimanhas para provoca-los; além disso, a frase comum “tem mulher que gosta” é

⁷⁹ Para saber mais sobre cultura do estupro leia “O silêncio que ecoa: cultura do estupro no Brasil.” Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/o-silencio-que-ecoa-a-cultura-do-estupro-no-brasil/> acesso: 24/06/2016.

⁸⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/06/suspeito-de-estuprar-crianca-e-presos-e-policia-busca-outros-cinco-envolvidos.html> Acesso: 12/07/2016.

⁸¹ Apenas um dos homens com quem conversei declarou já ter assediado em transportes coletivos, mas no geral, a maioria deles começava a discorrer sobre o assédio em terceira pessoa e no decorrer de seus depoimentos passavam para a primeira pessoa, se referindo aos assédios em outros locais como os ocorridos nas ruas.

⁸² Sobre essa questão ver Sarti (2011, p. 58)

reveladora de como a aprovação masculina e o culto a um tipo de beleza padronizado são influentes em nossa cultura justificando e naturalizando os assédios.

O difícil exercício da alteridade.

Considero essa etapa do meu trabalho como um grande desafio devido ao lugar que ocupo enquanto mulher e por estar atravessada pelas experiências de assédio rotineiramente, o que me deixa na condição de objeto do meu próprio trabalho. Tudo isso torna-se elementos que compõem o meu ofício de escrita e propiciou – não nego – medo diante de algumas situações e espaços desconhecidos enquanto ia ao encontro dos homens, e perplexidade diante de algumas declarações – em muitas situações refletia surpresa: “então é isso que eles pensam?”, é como se eu entrasse um pouquinho na mente daquele homem que faz comentários sobre o corpo das mulheres que passam diante deles –, mas nada que tenha comprometido minha relação com meus interlocutores. Aprendi muito com essa escuta atenta e com esses encontros. Além disso, em alguns contextos, tive a sensação de que ali é possível haver fissuras nas normas de gênero vigentes.

Estabeleci a priori um número mínimo de dez entrevistados, por estar convencida de que contemplaria a diversidade de usuários frequentes do transporte público – estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores, funcionários do transporte coletivo; no entanto, no decorrer da pesquisa, tive acesso a um número maior, ao fim, foram ouvidos 19 homens⁸³. Com algumas perguntas prévias mas aberta à inclusão de outras questões de acordo com o desenrolar da entrevista. Minha comunicação com estes passageiros deu-se basicamente em três locais diferentes:

No Terminal D.I.A (por ser muito centralizado), escolhi um horário intermediário, no final da tarde, um pouco antes do horário de pico para que eu pudesse encontrar trabalhadores que estivessem retornando para casa mas ao mesmo tempo, sem pegar ônibus lotado o que inviabilizaria qualquer diálogo. Depois de um tempo de observação, levando em consideração que eu ouvisse pessoas com perfis variados, escolhia alguém e após explicar a pesquisa e perguntar se ele gostaria de contribuir, propunha começar a entrevista-lo enquanto aguardasse o ônibus e quando este chegasse eu embarcaria para dar continuidade a entrevista. Assim se deu com uma parte dos entrevistados.

⁸³ Todas as pessoas abordadas aceitaram falar comigo, somente na parte em que estive na construção civil, um dos homens quis apenas acompanhar enquanto eu conversava com seus colegas mas sem emitir suas opiniões.

Além disso, ouvi estudantes universitários na UFS e visitei uma escola da rede privada do Ensino Básico num bairro da periferia de Aracaju, na qual entrevistei sete estudantes do 2º ano do Ensino Médio entre 15 e 19 anos. Por último, visitei uma construção civil de um bairro em expansão em Aracaju; na ocasião dialoguei com cinco pedreiros, enquanto eles estavam na pausa após o almoço, no próprio local de trabalho. A idade variou entre 32 e 48 anos, mas como as respostas eram semelhantes, as citações utilizadas serão de José, que são praticamente as mesmas dadas pelos outros colegas e a de Marcos que tem uma opinião que no geral é divergente. O contato com eles foi possível através do intermédio de um colega mestre de obras, que lhes solicitou que recebessem-me. O mestre de obras não participou nem esteve presente durante a entrevista. Preferi ouvir pessoas que não tenho nenhum contato pessoal.

Talvez seja importante expor algumas dificuldades nessa fase do trabalho e alguns detalhes sobre esses encontros. Por parte deles houve muita dificuldade em responder a pergunta “por que os homens assediam?”, olhavam-me e diziam: “*como é que eu vou responder isso para você?*” (riso sem graça), “*nem sei como dizer isso*” ou “*Essa pergunta é difícil*”. Não era difícil porque eles não sabiam, mas porque eles precisavam formular e traduzir em palavras polidas ou “de uma maneira que uma mulher pudesse ouvir” – de acordo com o pressuposto “homens falam e pensam muita pornografia e não cairia bem reproduzir para você ‘uma moça’ essas coisas que se passam entre nós”. Eles tinham uma atitude de deferência em relação a mim, por isso havia um certo constrangimento em tratar sobre esse assunto que é delicado por eu ser uma mulher e estranha a eles. Então antes de proferir “*gostosa*”, “*faz isso porque quer comer*”, eles hesitavam, ou pediam desculpas, ou ainda, perguntavam: “*posso falar no popular?*” Além disso, sobressaía em algumas situações a questão: “*existe algo que é nosso, dos homens*”. Isso aparece até quando um deles diz: “*Eu não vou contar meus truques*” quando eu lhe perguntei “por que os homens assediam” e “Você já assediou?”

Havia ainda a preocupação de ser de alguma forma criminalizado pelo conteúdo daquela conversa, confirmado pela fala de Sr. Marcos que me disse em tom de brincadeira para amenizar, mas pareceu realmente desconfiado: “*mas a polícia não vai vir aqui me prender não, né? Por que eu sou cantador? Pelo menos eu não assediei a senhora.*” Situação semelhante se deu quando visitei a escola, enquanto entrevistava os estudantes, a diretora com o dedo em riste ordenou-lhes: “*prestem bem atenção no que vão falar, não saiam falando besteira.*”

O perfil dos homens variou de acordo com as categoriais sociais de raça, idade, orientação sexual. Foram homens negros e brancos, as idades variaram entre quinze e quarenta e oito anos, de orientação homossexual e heterossexual. A escolaridade foi desde o quarto ano do Ensino Básico até o nível superior incompleto.

“As mulheres são assediadas porque gostam de ser elogiadas”

A crença de que ser violento, galanteador e ter um instinto sexual incontrolável são atributos dos homens emergiram através dos discursos dos meus interlocutores ao revelar o que pensam a respeito das mulheres e do assédio direcionado a elas. A partir das lógicas de funcionamento das narrativas dos homens, os assédios sexuais justificar-se-iam, visto que essa essencialização ao invés de evidenciar a relação entre dominador versus dominado traz outro enquadramento no qual eles apareceriam como vítimas ou pelo menos como cúmplices de uma relação anteriormente estruturada. Assim, teríamos homens com um desejo sexual superior ao das mulheres e mulheres desejando ser cortejadas e elogiadas; tal como Eva foi para Adão no mito da criação do cristianismo, elas representariam a tentação. Na versão atual, o próprio corpo feminino simbolizaria o fruto (que já não é proibido) oferecido através de comportamentos e vestimentas como artifício para provocar e conquistar a atenção masculina, se ampliar essa ideia, chega-se ao argumento base da cultura do estupro: “se foi estuprada é porque alguma coisa ela fez para provocar”.

Resumidamente aparecem duas explicações contraditórias sobre os perfis de homens que assediam: o primeiro como natural e inofensivo, porque todo homem tem esse instinto de conquistador e o segundo, do homem como um animal irracional que não se contém e mexe com todas as mulheres, mesmo as comportadas, nesse caso, há certa censura àqueles que o praticam. A denominação de normal e anormal aparece para classificar tanto homens quanto mulheres. Diante da insistência dos entrevistados em afirmar que as mulheres são assediadas “porque dão liberdade”, questionei-os se na opinião deles somente as “mulheres que dão liberdade” são assediadas. Na visão do estudante Edson (19 anos) *“Não! É porque depende do tipo do cara que esteja assediando, se ele for tarado assedia qualquer uma. O homem normal só assedia quem lhe dá liberdade”*. As respostas seguiam uma lógica que combinava mau caráter, obsessão e anormalidade como características atribuídas aos homens.

No outro extremo são desenhados narrativamente dois perfis de mulheres, as safadas e as comportadas. Ou, normal e anormal, sem, no entanto, eximi-las de ser alvo de assédio. De

acordo com a opinião de um dos estudantes: “Às vezes ela dá ousadia, está com a roupa bem curta, fica olhando [para o cara]. E às vezes passa uma mulher normal e o cara fica mexendo” (Fábio 17 anos). Essa dicotomia entre certinhas e safadas, santa e puta, normalizada no dia a dia, é na verdade bem antiga. Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir mostra como essa oposição vem de tempos muito remotos e a ideologia cristã foi um dos mecanismos que contribuiu para a opressão da mulher:

O homem não foi tirado da mulher e sim a mulher do homem; e o homem não foi feito para a mulher e sim esta para o homem [...] São Paulo exige das mulheres discrição e modéstia [...], numa religião em que a carne é maldita, a mulher se apresenta como a mais temível tentação do demônio. [...] o certo é que, ante a Eva pecadora, a igreja foi levada a exaltar a mãe do Redentor” (BEAVOIR, 1980, p.118; 123).

Ou seja, em oposição a *Eva* temos *Ave (Maria)* que é a versão simbólica positiva da mulher modelo que deve ser seguido. Essa representação simbólica é um dos elementos que serviu para criar distinção hierarquizada entre homens e mulheres⁸⁴.

As atitudes das mulheres, mesmo gestos simples como mexer o cabelo ou olhar para trás são interpretadas como estratégias cujo objetivo é chamar atenção dos homens e tendo alcançado, sentir-se-iam realizadas. Portanto, em seus depoimentos, os assédios aparecem como um comportamento natural de homens que tem um instinto de mexer com as mulheres e de mulheres que desejam ser elogiadas e por isso são ousadas em seu comportamento e vestuários. As respostas que trazem essas afirmações apareceram quando questionados sobre **como eles imaginam que as mulheres sentem-se quando são alvos de assédio? E, o que um homem espera de uma mulher quando a assedia? Ou seja, qual a expectativa deles sobre a reação dela?** Assim, consideram que são dois tipos de abordagens e de reações possíveis. Destaco a seguir alguns trechos em que a maioria deles expressa essa relação entre tipos dicotômicos de mulheres e as respectivas abordagens que eles consideram adequadas, sempre apontando para o assédio como um tipo desejado de elogio:

“Psiu, trocada de olho, ô gostosinha, para a mais patricinha. Para a mais comportada ‘Oi tudo bem? Me dê seu telefone’. Tem as maneiras de cantar uma mulher. Isso é relativo. Às vezes a menina passa na rua e a gente fala ‘você é linda’. Ela pode interpretar como elogio ou como ousadia. Tem aquelas metidinhas que levam aquilo como uma ousadia mas às vezes

⁸⁴ Para saber mais sobre essa questão ler Scott (1995) *Gênero*, uma categoria útil para a análise histórica.

nem é, a gente está falando aquilo como um elogio mesmo. A maioria gosta. Agora tem o jeito de a pessoa tirar brincadeira” (Marcos, 48 anos pedreiro).

“Depende da maneira que a pessoa mexer. Tem delas que se sentem ofendidas e tem aquelas se achando. Que nem tô falando, aquelas que se vestem comportada se mexer ela não vai gostar, agora aquelas que se vestem tipo patricinhas, de shortinho curto, se mexer elas vão se achar muito” (José, 36 anos, pedreiro).

*“Tem umas que gostam. Tem umas que entendem como elogio. E outras pensam: ‘que cara ridículo’. **Outras se acham valorizadas.** A maioria gosta” (Walter Energisa).*

“Uma vez eu disse para uma – eu não digo gostosa – eu disse: ‘nossa como você é bonita.’ E ela: ‘ganhei meu dia’. As mulheres gostam, pelo menos 50%. Se sentem elogiadas” (Pedro Energisa).

*“Tem umas que gostam. **Porque já tá no sangue gostar de elogio.** Posso falar no popular? Tem umas que é safada e gosta de receber elogio. Tem umas que é certinha, que gosta de receber elogio ‘que linda’, e a outra gosta de receber ‘ai que gostosa” (Edson, estudante 19 anos).*

“A mulher que não gosta vai retrucar com certeza. Tem umas que dão um sorriso e o cara aproveita. Algumas gostam. A grande maioria” (Antônio cobrador, 48 anos).

“Umas se sentem gostosas porque sabem que é linda. Outras saem rebolando: ‘Já sei que tô linda’” (Ivan, porteiro).

Um bibelô, feita para agradar, um objeto de desejo, peça decorativa, são essas imagens que saltam das visões dos homens, uma amostra das percepções coletivas sobre o corpo e a sexualidade da mulher, como objeto de satisfação masculina, corpo incircunscrito, cultuado quando está dentro dos padrões e humilhado quando apresenta-se em sua diversidade. Em suas descrições, sobressai um perfil de mulheres que eles preferem assediar, correspondente a esse ideal de beleza, geralmente caracterizado em seus discursos por “corpão”, “malhada”, “novinha”, “gostosa”: *“Tem gosto pra tudo. Acontece com as mais novas. Que tem o quadril*

avantajado. Bumbum grande. Aquelas pernas. Mulher brasileira né” (Juan, estudante, 16 anos). A cantada seria equivalente a um elogio, indicativo de que aquela mulher é desejada e está adequada aos padrões de beleza: *“Toda mulher gosta de elogio. Se a mulher for mal feitinha e o cara chamar de gorda ela vai achar ruim, mas se disser que ela tem o corpo bonito ela vai se sentir bem”* (Juan, 16 anos).

Entretanto, não existe um tipo exclusivo de mulher que é assediada, porque o que está em jogo é o gosto do homem: *“Porque os homens são atraídos pelo porte físico delas. Isso é o principal, uma mulher gostosa. Mas também vai depender do gosto do cara, pode ser a gordinha, barrigudinha”* (Antônio, 48 anos, cobrador). Nesse caso específico, é eliminada a relação de reciprocidade, o que existe é uma relação na qual o homem é o sujeito desejante e a mulher o objeto desejado, sem direito ao seu corpo e a sua sexualidade.

Não trata-se de negar aqui a possibilidade de interação entre estranhos possibilitada inicialmente através de um elogio, de que possa haver um engajamento de todos os envolvidos. No entanto, a reciprocidade não costuma ser a regra no cotidiano de mulheres ao se colocarem no espaço público. Comumente, os homens estabelecem uma aproximação invasiva com comentários constrangedores. Mesmo nesses casos e mesmo nesse tipo de abordagem pode haver mulheres que gostem. O que em grande medida atribuo a cultura falocêntrica sedimentada no Brasil desde tempos remotos. Assim, é possível encontrar algumas mulheres que afirmem se sentir mais bonitas depois de ser cantada na rua (embora essa não represente a opinião das mulheres que entrevistei nessa pesquisa) e que busquem adequar seu corpo a padrões de beleza irreais impostos.

No texto *As Técnicas do Corpo*, Marcel Mauss (2003) mostra como o corpo é moldado de acordo com a cultura em que está inserido,

Essa adaptação constante a um objetivo físico, mecânico, químico (por exemplo, quando bebemos) é efetuada numa série de atos montados, e montados no indivíduo não simplesmente por ele próprio mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa (MAUSS, 2003, p. 408).

Ao contrário da visão essencialista de que toda mulher é bonita ou tem que ser bonita, toda mulher gosta de elogio porque “tá no sangue” ser assim, passa-se a entender que nada disso é natural, mas resultante de processos culturais que vão definindo padrões e comportamentos, estabelecendo exigências que vão se alterando ao longo da história, exemplo disso é o padrão de beleza na atualidade, no qual magro, malhado, não ter estrias nem celulite, ser jovem, etc., estaria entre essas características exaltadas e consideradas belas.

No livro *O Corpo Educado*, Guacira Louro (2007) destaca como os corpos vão sendo significados pela cultura e continuamente alterados por ela:

Investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (LOURO, 2007, p. 15).

Esses atributos são usados para hierarquizar os sujeitos, entre os que estão dentro e fora dos padrões culturais. Nesse sentido destaco a avaliação sobre o corpo masculino que aparece como um elemento importante no discurso dos homens ao justificar a negativa das mulheres diante dos assédios, o que eles consideram como preconceito pela aparência física, mas também de classe:

“Tem umas que falam, tem outras que viram a cara, principalmente a gente da nossa classe pedreiro, muitas delas tiram até onda, ‘sai pra lá pedreiro’. É mais pela aparência. Se tivesse um carro bem bonito” (José, pedreiro).

“Toda mulher gosta de elogio. Dependendo do elogio. Se chamar ela de bonita, dependendo do cara, se for um cara feio ela vai achar ruim, se for um cara ‘presença’ dá aquela olhada, geralmente o ego dela... ela pode dar o número” (Yuri, 16 anos).

De acordo com meus interlocutores, esse critério também é levado em consideração quando as mulheres dão suas investidas. Elas fazem comentários quando veem um homem dentro dos padrões. É Sr. Marcos quem conta: *“Elas não dizem nada para gente, mas se estiver com uma amiga ela diz: olha que homem gostoso! Quando vêem um homem bombadão.”*

As importunações sexuais sob a forma de comentários e toques são descritas por eles como um jogo de conquista, um esporte ou uma brincadeira: *“Tenta jogar um verde pra colher maduro. Passa uma mulher bonita na rua corpão de academia tenta jogar um papo*

pra ver se consegue conquistar” (Yuri, estudante, 16 anos). Esse tipo de importunação pode ocorrer no ambiente do transporte, festas ou simplesmente ao andar na rua:

Lembro como hoje que eu estava jogando videogame com um colega e passou uma gordinha e eu não resisti e tive que perturbar um pouquinho e disse: “gordinha veneno” e ela deu uma risadinha. Eu falei pra tirar onda. Geralmente quando eu faço isso eu nem espero. Eu tô lá no grupo de amigos. Ou numa festa com um grupo de amigos, a gente vai só pra brincar com a mulher, passo a mão no cabelo dela só pra tirar onda, falo gracinha, mas se ela der resultado. Se ela tiver passando na rua e mexer o cabelo é sinal que ela tá afim (Bruno 17 anos, estudante).

É perceptível que o assédio aparece nesses discursos como parte do jogo masculino, na ordem do lúdico que constitui o sujeito. E como um comportamento esperado pelas mulheres.

Apesar de ter dito anteriormente que não me revelaria seus truques, Ivan tenta reproduzir para mim algumas táticas que utiliza quando vê *“uma mulher gostosa”* e quer chamar sua atenção:

O cara quando vê uma mulher, vai ligar o radar. Vê se tá acompanhada com um ‘armário’ então não mexe. Olha pros peitos. Na minha mente eu tenho cinco minutos para chamar atenção. Eu não vou mentir, já assediei, mas eu não uso muitas palavras não, (reproduz os gestos para mim, como encarar, piscar). Uma vez fui falar com uma no ônibus, ela virou o lado do anel para dizer que era uma aliança e que ela era noiva, eu entendi que era um não e saí (Ivan, 22 anos, porteiro).

Seu Marcos foi quem mais demonstrou satisfação com os comentários de teor obsceno que costuma fazer, perguntei-lhe se acha correto mexer com as mulheres, dizer “Psiu! Gostosa”? Ao que ele me respondeu: *“Aí né correto não. É errado mas o homem só vive errado mesmo. Jogo meu charme. Meu veneno. Se ela gostar...”* (Marcos, pedreiro, 48 anos). Ele justificou ainda que isso acontece *“porque às vezes o pedreiro fica mais preso assim [no trabalho], aí sai na rua e quer se soltar um pouquinho.”*

Quando estão reunidos em grupo, os homens sentem-se mais encorajados e impulsionados a mexer com as mulheres. Fica evidente que a vontade delas não é levada em consideração e que se estabelece uma relação de poder através da intimidação e/ou chacota. Para uma mulher, passar por um grupo de homens que está em um bar, na construção civil, numa rua pouco movimentada ou no fundão do ônibus, requer determinação e uma postura firme, o que significa não abaixar a cabeça e se impor, às vezes esboçar uma postura séria para adquirir a autonomia de passar sem ser incomodada. Essa tem sido uma estratégia possível, utilizada e defendida por parte das militantes feministas, ou seja, não se deixar

intimidar, e até mesmo ter aulas de defesa pessoal. Com isso a intenção não é transferir a responsabilidade para as mulheres, mas gerar uma resistência para forçar rupturas nesse sistema de violência.

Apegados à crença de que “tem mulher que gosta”, num movimento de roleta russa, os homens insistem em continuar importunando as mulheres sistematicamente até que eles achem uma que aceite. A seguir exponho a posição de duas pessoas com perfis bem diferentes sobre esse ponto em questão:

*Vez em quando eu brinco quando eu passo na rua: ‘minha mãe doida por uma menina dessa pra ser nora dela’. Às vezes a mulher fecha a cara. Outras respondem: ‘que velho sibite’, ‘que velho safado’. Às vezes **de dez a gente acerta em uma**. Se eu for descendo aqui de bicicleta saindo do serviço e tiver passando uma top eu digo: ‘assim você mata o velho. Aí o velho não aguenta. Aí só não vai quem já morreu.’ Falo pra ela ouvir. Nem que eu leve uma resposta pesada. Não vou mentir. Tem mulher que quando a gente tira uma brincadeira, fala alguma coisa ela mexe o cabelo. Mulher é cheia de vaidade. Aí eu senti que ela gostou (Marcos, pedreiro, 48 anos).*

*Se ela passou séria, ou ela gostou e não quer demonstrar, ou não gostou e vai embora. Mas se aquela não deu certo a outra pode dar e vai tentando, fala com uma fala com outra. **Uma tem que dar certo**. O pensamento é esse (Yuri, estudante, 16 anos).*

Apenas os estudantes universitários e um secundarista afirmaram que as mulheres não gostam de serem assediadas. “Acredito que muitos esperam que elas se sintam elogiadas, que sorriam timidamente, pois eles estão assoviando e usando palavras/frases como, “gostosa!”, “ô, lá em casa!” (Gilson, estudante de Engenharia Civil). Todos os demais disseram que embora algumas se sintam constrangidas, a maioria gosta e sente-se lisonjeada. De forma geral, ao comparar as narrativas das mulheres sobre como se sentem ao serem abordadas por estranhos na rua, no ônibus, etc., com as opiniões dos homens sobre assédio sexual, vê-se que existe um abismo entre o que as mulheres realmente querem e o que os homens acreditam que elas queiram.

Majoritariamente as mulheres sentem-se constrangidas e às vezes ameaçadas quando estão na rua ou no transporte público e é abordada por um estranho que lhe diz palavras obscenas ou comentários sobre partes do seu corpo. Na pesquisa realizada pela Think Olga 83% das quase 8.000 entrevistadas afirmaram não gostar de receber cantada. Ao longo da minha pesquisa nenhuma mulher afirmou ter gostado de receber cantadas. No outro extremo, aparece o discurso dos homens que estão muito crenes de que as suas abordagens são bem vindas, que serão recebidas como um elogio.

Quando estive com os trabalhadores da construção civil, eles evitavam dizer que assediavam, afirmavam que ficava só trocando olhares, fazendo gestos⁸⁵. Apenas Marcos que deliberadamente afirmou em vários momentos que assedia mulheres na rua. As palavras usadas por eles para definir tal atitude eram “mexer”, “bulir” e “cantar.” O termo assédio não parece fazer parte da linguagem corriqueira da maioria dos homens com quem tive contato. No entanto o que eles estão chamando de “cantada”, “bulir”, “mexer” não foge ao sentido deste trabalho, trata-se das nomeações variadas para o que atualmente passou a ser considerado como assédio, ou seja, importunações e constrangimentos vindas de estranhos no espaço público⁸⁶.

No caso deste grupo que entrevistei, eles costumam além do transporte coletivo, utilizar também bicicletas, de modo que, as suas posições estão voltadas para o assédio de rua. Além disso, uma hipótese, é a de que essa conduta é vista por eles como inofensiva, quando perguntei-lhes se eles conheciam a expressão “quebrar coco”⁸⁷, eles ficaram resabiados e desconversaram em seguida: *“Já vi. Tô entendendo, que o homem fica... isso dá cadeia”* (José); *“Isso é uma atitude do homem que eu desconcordo muito. O ônibus tá cheio mas o homem aproveita pra ficar se encostando, se roçando na mulher, já vi homem até levar tapa por causa disso. E foi da mulher* (Marcos). Assim, no que diz respeito a importunações sexuais no espaço público, a posição foi de naturalidade, enquanto comportamentos dentro do transporte público como se roçar ou tocar em partes íntimas, eles consideram uma conduta condenável inclusive em termos legais.

Os casos de assédio sexual no transporte coletivo vistos pela perspectiva dos homens

Inicialmente perguntei a cada entrevistado se ele já havia presenciado casos de assédio em ônibus e, em caso de resposta afirmativa, que descrevessem como foi o ocorrido. Embora tenham citado situações nas quais as mulheres ficaram constrangidas, com medo, ou que enfrentaram o agressor, suas narrativas eram muito mecânicas, esvaziadas de emoção, sem demonstrar empatia; às questões que se seguiram, surgiram as afirmações que a maioria das mulheres gosta de ser assediada. Essa posição vinda por exemplo do cobrador surpreendeu-

⁸⁵ Muitos pedreiros preferem utilizar a bicicleta como meio de transporte principal devido às longas voltas que os ônibus dão, tornando demorados trajetos que são curtos e por causa da violência.

⁸⁶ Sobre essa questão ver Heloisa Buarque de Almeida, disponível em: <http://brasileiros.com.br/tag/heloisa-buarque-de-almeida/> Acesso: 23/06/2017.

⁸⁷ Expressão popular antiga para se referir ao assédio nos ônibus.

me. Então repeti a pergunta de outra maneira: “*O senhor acha mesmo que no ônibus, um cara estranho chegar e mexer com uma mulher, ela vai gostar?*”, “*vai!*” reafirmou.

No trecho a seguir, é ainda Sr. Antônio, o cobrador, quem conta sobre alguns casos de assédio que ele presenciou e a priori considerou como um tipo de conduta condenável. No entanto, quando o questionei em seguida: por que os homens assediam? Meu entrevistado respondeu que o motivo dos assédios deve-se a postura das mulheres:

Acontece mais em horário de pico. Acontece direto. Já virou corriqueiro. É o chamado “quebra coco” né, roçar nas mulheres. Teve um caso, era no ônibus que ia pro Marcos Freire que o cara se roçou tanto que... (fica sem jeito de me dizer, faz uma pausa) chegou a ejacular. A mulher viu mas estava com medo. Saiu com o vestido todo manchado. Outro no Cidade I, o cara se roçou muito e quando ele tava alterado ela pegou na “porra” dele e apertou. Os homens fizeram ele descer na tora. Não é natural. O contato entre pessoas sempre existe porque é um transporte de grande circulação, mas se aproveitar do ônibus cheio pra fazer isso. Uns vem com cantadas baratas, “gostosa”. Alguns ficam indignados. Quem é de molecagem gosta. As mulheres (alvo do assédio) umas reagem, outras não reagem por medo [...] O que contribui para o assédio é a roupa. As mulheres andam quase seminua. Cada um sabe o que usa, mas o homem não pensa bem assim. Tem mulher que dá bandeira (Antônio, 48 anos, cobrador).

Em outro trecho o cobrador ressalta ainda a importância do transporte público como um lugar propício à paquera: “*O ônibus é um ponto de encontro principalmente para quem pega o mesmo e no mesmo horário. Às vezes saindo do trabalho, a pessoa observa, olha, no outro dia fala. O assédio parte dos dois lados. A mulher é mais cautelosa. Algumas são mais depravadas.*”

Minha pesquisa foi vista por parte dos entrevistados tanto para relativizar o assédio que as mulheres enfrentam e do seu lugar de vítima, como também um meio de se fazer justiça aos homens, dando-lhes voz e a possibilidade de mostrar a sua versão dos fatos. O primeiro caso é exemplificado pelas afirmações categóricas de que além de gostar do assédio, as mulheres também assediam. Assim, trago o exemplo do estudante Bruno (17 anos), que afirmou nunca ter presenciado uma mulher sendo assediada nos ônibus, mas que ele fora assediado por uma garota:

Vi não assédio. Mas já fui assediado. Dia de domingo de manhã. O ônibus que vai pra praia, Atalaia Nova. Tinha muita gente. Tinha uma ‘neguinha feia’ de uns 17 anos. Ela tava aqui e eu ia passar pelo meio sem tocar mas ela afastou pra traz. E ela continuou indo pra traz. Achei ridículo. Porque é o homem quem faz as coisas, a mulher nunca faz. Se um cara tentar agarrar uma mulher, é sério. Mas se a mulher tentar agarrar, ele é gay, isso na mente das pessoas (Bruno, 17 anos).

Em sua fala, aponta sua insatisfação ao lugar de algoz atribuído aos homens e de vítima às mulheres. Ao longo de toda entrevista Bruno deixa vir à tona preconceitos muito comuns quando se trata de abusos de cunho sexual, que é a desqualificação da mulher com base em sua cor, peso, idade, etc. Está presente no imaginário popular a crença de que só determinado perfil de mulher é assediado, deslegitimando o que ocorre à outras mulheres e revelando o quanto a misoginia pode estar combinada a outras formas de preconceitos.

É comum os homens negarem que os assédios contra as mulheres aconteçam. Somando-se a isso, ao afirmarem que eles também são alvos de abusos, colocam como se fossem situações equivalentes. No entanto vale ressaltar que os casos de assédio sexual tem um alvo: as mulheres e é perceptível observando-se a rotina na qual estão expostas a encoxamentos, palavras obscenas e apalpamentos. Ademais, o assédio que um homem eventualmente sofra não tem influências profundas em seu cotidiano, como é possível perceber nos relatos na presente pesquisa. O que pode justificar-se pelo fato de que entre eles não haja o medo de o assédio anteceder um estupro e que dificilmente um homem terá suas partes íntimas tocadas por uma mulher no transporte público. As ocorrências que aparecem nos noticiários rotineiramente comprovam que não é possível dizer o mesmo em relação às mulheres⁸⁸.

A possibilidade de “fazer justiça” e de se ouvir o outro lado, mostrando-se que o homem também é uma vítima apareceu na fala de Walter, funcionário da Energisa⁸⁹ ao relatar-me um caso de assédio em uma linha de ônibus:

*Foi na linha Bugio Atalaia. O ônibus estava cheio. O homem passou por entre as pessoas se roçando. A mulher reagiu. Mas ninguém apoiou ela e sim o homem. Ela exagerou. Se ela não quer que ninguém a toque não pegue ônibus. Estava tudo a favor dele. Ela aparentava ter uns 30 anos. Ela tava com problema pessoal e resolveu descontar num inocente. **É importante ver os dois lados.** O rotineiro é o homem pedir o telefone. A mulher olha pro cara e ele dá o telefone. O risco é a mulher tá acompanhada, ele (o marido/namorado) pode tá sentado mais a frente e dá confusão.*

A suposta vítima é descrita como histérica que, ao exagerar uma situação de violência, estaria complicando a vida de um pobre inocente. Em seguida, para desconstruir a hipótese de que

⁸⁸ Alguns exemplos: Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/casos-de-assedio-sexual-em-trens-do-metro-e-cptm-dobram-em-4-anos.html>; <http://a8se.com/tv-atalaia/je2/video/2016/06/99877-homem-e-presosuspeito-de-tentativa-de-abuso-sexual-em-onibus.html> Acesso: 12/07/2016.

⁸⁹ Empresa fornecedora de Energia Elétrica em Sergipe.

haja casos frequentes de assédio, ele descreve a relação de interesse mútuo entre passageiros como um fato ordinário. Walter revela ainda um questionamento que costuma ser frequente quando se trata de assédio nos transportes, que seja, qual a linha que separa o toque inevitável entre os passageiros devido a super lotação e o roçar proposital de quem se aproveita dessa situação para violar o corpo da mulher? Minha posição sobre essa questão é que, por mais que seja desconfortável o contato inevitável entre desconhecidos, não é difícil diferenciá-lo de um abuso, quando este acontece. Quem é alvo costuma saber identifica-lo.

Por fim, ele centra sua preocupação na possibilidade de haver conflito ao mexer com uma mulher que está acompanhada. Muitos outros entrevistados ressaltaram essa possibilidade e, para alguns deles, tratava-se de uma relação de perigo, para outros, de respeito à honra de quem está acompanhando a mulher. É interessante notar como o assédio só atinge a honra do homem. Pois se um homem for assediado por outro, teve sua honra desrespeitada, se uma mulher for assediada e o seu parceiro estiver com ela, o parceiro dela quem foi desrespeitado. Reforça ainda a crença de que uma mulher sozinha é vulnerável e precisa de um homem que a proteja, de modo que o direito a andar sozinha livremente sem ser importunada no espaço público não é reconhecido.

Ao longo dos vários casos narrados, apenas Gilson contou de forma minuciosa o abuso sexual a uma passageira presenciado por ele e demonstrou ter sido afetado por aquele momento, seja por se sentir impotente em não ter interferido, seja por considerar um comportamento reprovável. A seguir destaco um trecho:

*Uma moça bastante bonita estava em pé na área para cadeirantes, o assediador estava logo atrás dela. Após o ônibus sair do terminal e descer o primeiro viaduto o assediador começou a se aproximar mais e encostar, de maneira “discreta”, a região do seu pênis na bunda dela. Não deu para perceber se ela notou. Quando notei o que o homem estava fazendo passei a prestar mais atenção, já que imaginei que a mulher poderia estar sendo assediada. A medida que o ônibus seguia o seu destino, o homem continuava lá, encostando, ainda de maneira “discreta”, suas partes no traseiro da mulher. Ela ainda continuava a aparentar que não estava percebendo, ou percebendo e com medo de reagir. Eu olhava em volta, inclusive para um senhor de idade que estava sentado ao meu lado, mas eu parecia ser o único que estava percebendo tudo aquilo. No momento eu estava sentindo raiva e desconforto, eu estava vendo uma mulher ser abusada na minha frente, mas de algum modo eu, e quem sabe ela, tenha percebido e se sentia acuada como eu estava me sentindo. Eu apenas esperava, ofegante, que aquele ônibus chegasse logo ao terminal da rodoviária para que aquilo parasse de acontecer. Quando, enfim, o ônibus chegou ao seu destino, e o assediador afastou-se de sua vítima, deu para notar, pela mancha arredondada e bem nítida, que ele havia gozado enquanto encostava-se nela. A vítima desceu, logo em seguida ele. **Eu descí meio desnortado e com um sentimento de***

impotência, após ter visto tudo aquilo e não ter feito nada (Gilson, estudante de Engenharia Civil, 20 anos, grifos meus).

Os posicionamentos de Gilson destoam muito das opiniões compartilhadas pelos demais homens, seja na explicação sobre os fatores que contribuem para que o assédio ocorra dentro dos ônibus, ao focalizar a situação de insegurança e precarização do transporte e não o comportamento das mulheres: *“De certa forma os coletivos estão sempre cheios, isso acaba contribuindo para que assediadores encontrem um ambiente propício para escolherem suas vítimas e dar o bote”*, seja na forma como foi afetado por se sentir culpado por não ter conseguido intervir. Quis saber por que ele não conseguiu intervir, visto que aquela situação o incomodava, em suas palavras: *“Medo do cara ser espancado até a morte ali mesmo. Ou pior, quem sabe até ser morto por caras machistas, que, naquele momento, se julgam poderosos e detentores da justiça, mas, que, em casa, batem em suas mulheres, as tratam como empregas e as usam para satisfazer seus desejos sexuais e domésticos.”* Com relação aos demais homens, surpreenderam-me pela naturalidade e falta de empatia demonstrados quando citavam casos de assédio, de uma forma geral, confirmaram que para eles não se tratava de uma questão grave, ou mesmo indesejada pelas vítimas.

“As mulheres são assediadas porque usam roupas curtas”

Apontar o tipo de roupa que a mulher usa como causa dos abusos sexuais é a resposta automática dada por pessoas diversas quando questionadas sobre o tema, ou quando presenciam tais situações. De acordo com Menicucci, os dados sobre os diversos tipos de violência sexual mostram que *“a visão sobre esses crimes sexuais ainda está intimamente vinculada à imagem que se faz da vítima, de seu comportamento e moralidade”* (MENICUCCI et. al, 2005, p. 377). Vimos na pesquisa realizada pelo IPEA (2014) – na qual foi analisada a percepção dos brasileiros sobre a questão da violência contra as mulheres – que para 26% dos 3.810 entrevistados, mulher com roupa que mostra o corpo merece ser atacada.

Por trás da afirmação, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores [...] reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem (SIPS, 2013 p. 23-24).

O que vemos então é a culpabilização da mulher pela violência sofrida, justificando-se com base no ambiente frequentado, na roupa que usava, ou no seu comportamento, por exemplo, se estava bebendo. Assim, 26% das pessoas que responderam à pesquisa concordam com a afirmação de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Residentes no Sul/Sudeste, jovens e pessoas com educação média e superior, porém, apresentavam menores chances de concordar com isso (SIPS, 2014).

Essa lógica de culpabilização das mulheres prevaleceu nas opiniões dos meus interlocutores homens. Dos entrevistados, apenas Gilson e Naelson não atribuíram os assédios à roupa da mulher. Para os demais, a maneira de se vestir e se portar foi apontado como a causa principal, afirmando então, que as mulheres são assediadas por causa “da vestimenta e o tipo de comportamento. Uma mulher mais fechada dificilmente o cara vai chegar.” (Walter Energisa). Quando José disse-me que os homens assediam “Por causa da maneira de se vestir, que provoca muito o homem.”, perguntei então **Como seria uma mulher que vocês não mexeriam?**

Uma senhora. Uma evangélica. Bem vestida. Bem comportada. Tem homens ousados que não deixam passar uma! A gente olha assim mas não dá vontade de bulir. Pois eu se eu mexo é por causa da roupa. Falar a verdade. Se eu ver uns trajes de academia o cara fica doido. Você olhar pra uma mulher evangélica de vestido, não mexe não. Se chamar atenção não tem como não mexer. Acho que o respeito da mulher já vem de casa. Se ela sair pra rua assim de short curto, blusa curta lógico que ela vai querer ser mexida. Quando ela coloca já é pro homem tirar ousadia mesmo.

Se para José a escolha da roupa de uma mulher é motivada exclusivamente pelo desejo de chamar a atenção e ser assediada, seu colega Marcos (pedreiro, 48 anos) identifica a forma de se vestir como um fenômeno natural dessa época e responsabiliza os homens, ao mesmo tempo que naturaliza, já que é assim mesmo, faz parte do ser humano!

Na verdade isso é moda e hoje na praia homens e mulheres estão quase nus, mas o ser humano é imperfeito, porque passa na rua e vê a menina bem arrumada e o cara tira logo uma casquinha. Na verdade não é pra mexer em nenhum lugar. Mas tem uns cara ousado que passa e diz: “ô que coisa linda, ô que diferença da que eu tenho em casa”. Uns dizem assim.

Uma mulher que usa uma roupa de malhar, logicamente está indo malhar, ou uma roupa curta porque assim o desejou, mas para boa parte dos homens, esse tipo de roupa é um convite ao qual eles não resistem. Nas palavras de Ivan (22 anos) “As mulheres são assediadas porque totalmente ajudam. As roupas extravagantes. Calça legging, shortinho, top”. O tipo de

vestimenta é lido como demarcador entre o que eles consideram uma mulher santa e vadia. O controle sobre o corpo e a sexualidade feminina é legitimado pelo senso comum, que a vê como um objeto a serviço do desejo dos homens. Assim, o corpo feminino aparece como espaço público, de livre acesso à todos.

Faz parte do entendimento popular atribuir a maneira que as mulheres se vestem o poder de incitar um suposto instinto sexual animal, que estaria presente em todos os homens. Esses dois comportamentos se completariam: a mulher provoca e o homem cede às provocações. Nas palavras do estudante Juan (16 anos): *Não depende só da mulher, se o cara é obcecado por isso, a índole dele é essa, ele vai fazer.* E para Walter (Energisa), esse desejo é também insaciável: *“assedia por instinto. O homem quer sempre mais e mais. Não se contenta com uma mulher só. Mesmo se for a mais bonita do mundo.”* Essa opinião é compartilhada por Sr. Marcos, com a diferença que, para ele o comportamento dos homens não tem relação nenhuma com o que as mulheres estão vestindo:

*Acho que o homem é inconformado. Quando ele vê uma coisa diferente ele acha que tem o direito de mexer, eu acho que não tem a ver com os trajes de se vestir, mas cada um tem sua opinião. **É o instinto do homem mesmo que é ousado, o homem é bicho ousado** e sem direito algum. Porquê da maneira que você não quer levar uma ofensa você também não tem que ofender. Instinto animal. Me diga um que não tem? Mas é muita ousadia do homem. Esses rapazes mais novos até estando com a mulher, se passar uma, me desculpe a palavra, mais gostosa, ainda mexe com a mulher que passa (Marcos, pedreiro, 48 anos).*

O homem é nessa visão colado na natureza, a partir de um instinto que possibilita assediar as mulheres.

Ao deparar-se com as manchetes noticiando casos de violência sexual contra as mulheres constata-se que eles acontecem independente de local, idade, cor, classe social, roupa, etc., acontece porque é naturalizado, porque é desculpado, silenciado, etc.



A imagem acima⁹⁰ é apenas um exemplo; refere-se a um estupro coletivo a uma criança de 7 anos, ocorrido dentro de um ônibus escolar. Além de indicar que violência sexual não tem a ver com roupa, local ou comportamento da vítima, a notícia chama atenção pela quantidade de seguidores que legitimou o comentário que culpabiliza as meninas alvo de violência sexual, uma demonstração do quanto a cultura do estupro tem sido perversa e contribuído para manutenção da violência contra as mulheres.

Assédio sexual e masculinidades: quando eles são o alvo.

Esse trabalho é uma tentativa de compreender as motivações para a naturalização do assédio sexual. Por que as mulheres são constantemente assediadas em diversos ambientes e de várias maneiras? Medrado et. al. (2008) ressaltam que é importante desnaturalizar práticas e valores que são atribuídos a homens e mulheres como marcações de masculinidade e feminilidade baseadas nas diferenças anatômicas. No entanto percebemos como no cotidiano os modos de agir dos sujeitos e os seus valores ainda são orientados por estereótipos tradicionais de masculinidades. Nesse sentido, ao ouvir o que pensam os homens sobre o assédio sexual, foi recorrente atribuir tal prática à necessidade de corresponder às expectativas

⁹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/08/menina-de-sete-anos-e-vitima-de-estupro-coletivo-em-onibus-escolar.html> Acesso: 12/07/2016.

do que significa ser homem em nossa sociedade: “às vezes só pra mostrar que é homem, porque se não falar vão achar que ele não gosta.” (Lucas, estudante, 17 anos); “Às vezes porque ela dá ousadia ou porque ele está numa roda de amigos e quer mostrar que ele é o cara. Ele só quer fazer pra se amostrar.” (Fábio, 17 anos).

Na opinião de Gilson (20 anos), estudante universitário, os assédios ocorrem “porque as mulheres ainda são vistas por esses assediadores como sexo frágil, que não são capazes de se defender. É cultura do machismo que o homem assedia, que homem “macho” assedia. Porque se acham no topo da hierarquia, porque acham que se tornam mais machos, por esporte ou simplesmente por sentirem prazer em assediar.” Assim como Gilson, os posicionamentos do estudante Naelson também expressam a desigualdade de gênero como um dos fatores para a ocorrência dos assédios, de modo que a rotinização dessa prática aparece como um mecanismo de atualização da posição de poder do homem, ao mesmo tempo, de reafirmar uma concepção de masculinidade:

O assédio sexual é possível por causa da potência que os homens tem, as mulheres também tem mas foram os homens que ganharam o status de poder e gostam. A perspectiva é sempre do homem. O assédio sustenta um lugar de poder e reafirma esse lugar. É como um desafio sexual semelhante ao que vemos nas festas: quanto mais mulheres ele beijar, quanto mais mulher levar para a cama mais homem parece ser, quer demonstrar pros outros, mas é uma masculinidade tão frágil, que não consegue se trocar no vestiário coletivo na presença de outros homens, mas precisam falar o tempo todo que tão pegando mulher. O assédio é uma expectativa em relação ao homem e a violência também (Naelson, 25 anos, estudante de Teatro).

Os jovens não ignoram que agem muitas vezes para se adequar a modelos de masculinidades valorizados em nossa sociedade, que eles acabam reproduzindo ao tentar demonstrar que são “o cara”. Ao mesmo tempo, essas normas são deslocadas através de outros sentidos e práticas que em determinados contextos denunciam e não se adequam a modelos de masculinidades heteronormativos; trago como exemplo as situações nas quais os homens também foram alvos de assédio vindo de outros homens e sentiram-se constrangidos, sem saber como reagir, frustraram as expectativas sociais em torno deles, de que homem não leva desaforo para casa, que homem é violento, se impõe, etc. Nesse sentido, destaco dois casos: no primeiro, o estudante Gilson narra uma situação em que se sentiu impotente ao ser alvo de um assédio:

Já fui assediado, também em coletivo. Estava indo para a universidade. Entrei num ônibus que estava muito cheio, então não tive como sentar e fiquei no corredor encostado na poltrona na altura dos quadris, pois não tinha como ir mais para trás. Um jovem, que aparentava ser um pouco mais velho que eu, apoiou seu braço em cima do braço da poltrona, sem que eu percebesse ele o afastou um pouco e seu cotovelo passou a tocar minhas partes íntimas. Eu me senti desconfortável e tentava a todo custo me afastar um pouco mais para trás, o que não era possível, pois o ônibus estava bastante lotado. Quando o ônibus fazia uma curva, inevitavelmente minhas partes íntimas pressionavam o cotovelo dele, ele estava percebendo, e percebendo também que eu estava desconfortável naquela situação. Ele tinha espaço em seu colo para recolher seu braço, mas ele não o fazia. Só consegui me livrar dessa situação quando ele desceu em um dos pontos do Augusto Franco. Novamente eu me senti impotente, desta vez o assédio estava acontecendo comigo e, ainda assim, não consegui fazer nada.

Questionei sobre a sua falta de reação: por que não fez nada?

De certa forma eu reagi, mas da forma mais neutra (tentando me afastar o máximo que o espaço apertado permitia), tentei não chamar atenção. Apenas queria sair daquela situação. Tive medo de que as pessoas em volta percebessem. Tive medo do cara ser linchado. Infelizmente conhecemos relatos sangrentos de mortes por pessoas que querem fazer justiça com as próprias mãos. E outro agravante que poderia piorar a situação era o fato de ser um homem assediando outro homem. Poderia ser uma reação motivada também por homofobia. Lá no fundo algo me impedia de ser o “pivô” disso.

E, o que leva um homem a assediar outro homem?

Acho que um pouco de opressão. Talvez esse assediador seja um cara que nunca vai assumir sua homossexualidade, botar a cara no sol por medo dos preconceitos da sociedade ou da família. Daí encontra uma vítima de fácil acesso e tenta ter uma sensação de prazer rápida, ali mesmo. Acho que o assédio também vem de algo psicológico. Algum distúrbio/transtorno/vício.

No dia 02 de março de 2016 foi o estudante Naelson quem vivenciou situação semelhante,

Prometi uma vez a mim mesmo que nunca mais reagiria violentamente às ações dos outros, em detrimento de uma vida que preze pelo amor, apesar da dura condição da existência. Mas fui assediado sexualmente por um homem, durante meu trajeto à universidade, estava no ônibus 080, saindo da Atalaia indo para a UFS. Um homem gordo e de uns 30 anos se aproximou. Estava sentado num daqueles bancos que é uma poltrona só. O ônibus não estava cheio, o cara ficou em pé ao lado, segurando nas barras de ferro e delimitando o espaço de forma a me deixar “encurralado”. O cara estava com uma camisa meio comprida fazendo com que ele pudesse tirar e esconder o pênis. Senti que o cara estava excitado. Fiquei espantando quando percebi e não consegui, de modo algum, agir ou tomar frente para

*contornar a situação. Fui vítima e agi como tal: não denunciei o abuso. Fingi que estava dormindo. Eu fiquei no conflito interno entre corresponder aquilo que a sociedade espera, que é ser violento ou corresponder aquilo que eu acredito, que é a não violência. E a minha solução foi fingir que estava dormindo. E isso foi motivo de reflexão, por que as pessoas do ônibus consideraram minha passividade como uma fraqueza, pois eu como homem deveria me comportar e reagir violentamente contra o tal abusador. Uma mulher ao fundo gritou "tem tarado no busão", e prontamente, o indivíduo se retirou, imune do julgamento presencial do ato. Continuei fingindo que estava dormindo e pude ouvir os comentários de quem estava ao redor. Alguns homens riram, as mulheres disseram coisas hostis como me chamar de trouxa, otário, que devia acordar para a vida e que o cara que estava assediando devia apanhar porque com gay tem que ser assim. As mulheres eram de meia idade, pessoas simples aparentemente sem instrução formal. Enquanto homem a perspectiva é de nunca ser assediado. E tendo sido assediado, a expectativa das pessoas é de uma reação violenta, reagir porque é homem. Por que o homem tem que reagir com violência? Outra coisa é o estereotipo do homossexual, talvez aquele cara tenha me identificado como homossexual e a ideia de que todo homossexual é promíscuo e está disponível. É mais fácil julgar o gay. E, agora, me questiono o quão as pessoas sentem ódio o tempo inteiro e isso me assusta, muito mais que ter sido abusado. Por que o homem, para se portar como homem, tem que ser violento? Por que o gay é estereotipado e "merece uma surra"? por que o julgam como devasso ou promíscuo? Os comentários das mulheres: "viado é assim mesmo". "Acorda pra vida, queria ver se ele tivesse gozado na cara dele, pra acordar pra realidade," mostram que o poder de reação e de julgamento da plateia é muito maior. **O que mais me chamou atenção foi o ódio das mulheres no discurso. Isso me incomodou mais do que o assédio em si.** O ódio foi maior porque um homem foi assediado. Tem que se levar em consideração quem eram essas passageiras, eram mulheres simples, de meia idade sem instrução formal aparentemente. Os passageiros riram quando saí do ônibus. Elas identificaram o cara que estava me assediando como um homossexual. Foi uma reação falocêntrica, homem tem que reagir com violência (Nelson, 25 anos, estudante de Teatro).*

Os casos de Gilson e de Nelson trazem muitas semelhanças. Ambos acreditam que aquela situação era permeada pela homofobia, visto que os seus respectivos assediadores seriam homossexuais que, não encontrado possibilidade de vivenciar sua sexualidade de forma livre, utilizavam da precariedade do transporte e do anonimato propiciado naquele local, para poderem realizar-se sexualmente. Soma-se a isso o fato de Nelson e Gilson terem-se silenciado diante do assédio por medo de haver reação coletiva de violência, que seria agravada por motivações homofóbicas, pois supostamente tratava-se de um homem gay assediando um homem heterossexual.

Para Nelson, o diálogo é importante, mas ele não acredita que naquele contexto pudesse dar certo, pois havia muitos homens ali e ele tinha medo de uma reação violenta em cadeia, mas ele diz como seria sua reação idealmente: *"minha vontade era levantar e puxar*

um diálogo com as pessoas, dizer: ‘olhe esse cara está me assediando, mas não quero que vocês reajam com violência contra ele.’ Queria que o cara falasse, queria entender por que eu fui o alvo, por que ele estava fazendo aquilo e que ele entendesse que é errado”. De forma semelhante, Gilson tenta justificar sua falta de reação: “Eu gostaria de ter apontado àquele cara, mostrar o que ele estava fazendo. Mas, gostaria que a justiça fosse feita da forma correta. Então, sinceramente, eu espero nunca mais ser vítima ou presenciar outra situação dessa, porque acho que novamente teria esse medo da dúvida e novamente não faria nada.”

Com relação ao assédio vivenciado por Naelson, gostaria de destacar alguns pontos, por exemplo, a revolta dos passageiros diante da sua passividade, demonstrando a expectativa de que homens reajam violentamente quando provocados, mas também parece indicar que o assédio a um homem é muito mais grave, pois trata-se de uma ação que mexeria com a sua honra. Sendo assim, a ele não caberia o lugar de vítima, tendo em vista que lhe é atribuída uma imagem de força e virilidade.

Outra questão muito intrigante é a relativização do assédio e o estranhamento de Naelson diante da reação agressiva dos passageiros. Tocou-lhe muito mais a agressividade dos expectadores por julgar que o assediador era gay e por isso merecia apanhar. Quando ele diz que *“as pessoas sentem ódio o tempo inteiro e isso me assusta, muito mais que ter sido abusado”* deixa claro que o assédio sofrido por homens não é equivalente aos assédios direcionados às mulheres, primeiro pela relação de poder embutida, segundo pela regularidade do assédio às mulheres; o caso de Naelson (assim como o de Gilson) foi uma exceção, fato ressaltado inclusive por ele: *“Pensei em como deve ser difícil para as mulheres que passam por isso com frequência, porque isso nunca tinha acontecido comigo, isso não costuma acontecer com os homens. O assédio não é uma preocupação para os homens. Por não estar acostumados a serem assediados, são imunes e assediam.”*

Depois desse dia eles não passaram a questionar se deveria mudar a roupa porque irá pegar ônibus, não esperou para passar pela catraca, enfim, não passaram a usar táticas para tentar evitar novos casos de assédio nem mudaram sua rotina, porque ser assediado não está nas expectativas dos homens. Por mais que essa situação tenha sido desagradável e constrangedora, os depoimentos colhidos mostram que essa experiência é mais traumática com relação às mulheres, pois envolve sentimentos como medo, nojo, culpa, etc. Além disso, causa-lhes um sofrimento que atravessa o tempo, inclusive por haver a expectativa de que aquilo lhes ocorra novamente, ou de uma forma mais agressiva.

Concluindo, não existe uma única motivação à qual possamos apontar para entender por que ainda é normalizada a violência sexual através dos assédios sexuais, seja nos ônibus, seja em outros locais, mas existe no imaginário popular justificativas que culpabilizam a vítima e desculpam os homens; costumam ser respostas pouco refletidas, que ora apontam para o comportamento e conduta das mulheres, ora para explicações deterministas com base nas diferenças anatômicas e fisiológicas que entendem a sexualidade do homem como irrefreável. Tais posicionamentos relacionam-se à cultura do estupro, assim vemos a dissimetria que existe na condição de homens e mulheres em nossa sociedade e como essas relações sociais desiguais contribuem para a naturalização da violência.

O assédio sexual acontece com regularidade dentro dos transportes coletivos em Aracaju e de uma forma geral, é possível afirmar que ainda não é reconhecido como uma conduta inadequada. As opiniões de homens e mulheres sobre o tema, a falta de solidariedade e o silêncio diante de situações de assédio apontam para isso. Mas, aos poucos, as mulheres estão quebrando o silêncio e posicionando-se contra isso. Talvez a atuação do feminismo através das redes sociais esteja, aos poucos, atingindo uma parte maior da população e de alguma maneira contribuindo para que de forma processual haja maior reconhecimento e visibilidade quanto à gravidade da violência sexual contra as mulheres. Vale ressaltar ainda que se trata de uma prática que atinge as mulheres independentemente de cor, classe social, idade, tipo físico, roupa ou conduta, etc., mas não as atinge da mesma maneira, pois com algumas pode ser mais hostil e nem todas estão igualmente expostas a essas situações. Ademais, o assédio sexual atinge majoritariamente as mulheres e está relacionado a estruturas de relações de gênero desiguais, porém passíveis de desconstrução.

Considerações Finais

Ao decidir defender este tema no meu percurso acadêmico enquanto mestranda, fui questionada e questionei-me sobre as possibilidades de poder fazê-lo. Primeiro pela dificuldade metodológica e segundo por tratar-se de uma questão que seria difícil manter um distanciamento necessário. Tendo em vista, tratar-se de um tema no qual sou atravessada por ele enquanto mulher, feminista e usuária do transporte público. Embora tenha sido realmente difícil, alegra-me ter sido destemida o bastante para não desistir dele, pois acredito que nenhum trabalho teria valor se não pudesse ser feito com paixão, como foi ressaltado por Weber (2008).

E esta dissertação foi tecida com paixão, trabalho e um pouco de inspiração de ideias que surgiram enquanto observava como as mulheres são tratadas quando caminham na rua, pegam um ônibus, ficam assustadas numa rua escura à noite, etc. Deste modo, Weber também lembra-me que as ideias nos acodem, quando não esperamos e não quando estamos com o cérebro fatigado encerrados em nossas salas de estudo. E que entretanto, elas não ocorreriam se não houvéssemos refletido anteriormente e com devoção apaixonada em nossa mesa de estudo.

Recordo-me ainda, do que comentou Virginia Woolf ao escrever o prefácio para uma coletânea de artigos produzidos por operárias:

(...) a escrita é uma arte complexa, muito tingida de vida, essas páginas têm algumas qualidades até literárias [...] Essas vozes estão começando apenas agora a sair do silêncio e a falar sem grande nitidez. Essas vidas ainda estão semicultas numa profunda obscuridade (WOOLF, 2012, p. 91; 92).

É assim que enxergo meu trabalho acadêmico: uma escrita com muitos personagens e muitas vozes que, de alguma maneira quero dar visibilidade, pois até então, havia muito silêncio em torno da questão do assédio sexual ocorrido entre desconhecidos nas interações cotidianas no espaço público.

Busquei compreender: por que afinal, as mulheres são assediadas? Deste modo, percebi como o assédio ainda é uma conduta naturalizada por ser compreendido como: uma ação que está relacionada a possibilidade de estabelecer um envolvimento afetivo; um comportamento natural dos homens por possuírem uma tendência à conquista, à tomada de iniciativa; uma atitude esperada e desejada pelas mulheres, por gostarem de ser elogiadas.

Deste modo, vê-se como as relações de gênero estão entrelaçadas à questão da violência sexual. Ao discutir assédio sexual, vou ao mesmo tempo tentando delinear o status das mulheres na sociedade atualmente.

Assim sendo, fui percebendo que o critério para ser passível de assédio é o gênero. Ao contrário do que popularmente é afirmado, qualquer mulher pode ser assediada, independente de critérios como idade, peso, cor, vestimentas, etc. Ademais, a violação é direcionada ao feminino, as mulheres, travestis, homens afeminados, etc. Tudo isso não nos deixa esquecer o quão a nossa sociedade é misógina.

Em situações de desigualdades constituiu-se espaço de agência dos sujeitos, através das estratégias de reação, algumas delas silenciosas nas palavras, mas através de uma linguagem corporal, o olhar é um dos meios eficazes de comunicação, para pedir ajudar, para denunciar, para dizer pare! Em meio a memórias de sofrimento, emerge um conhecimento que vem de seu cotidiano no qual as mulheres ensinam as suas filhas, irmãs, amigas como elas devem lidar com essas situações – fechar as pernas quando sentar no ônibus, ficar perto de mulheres, não passar pela catraca até chegar ao destino, avisar se chegou bem – fazendo parte de um conhecimento venenoso cristalizado, que é evocado e transmitido.

Desse modo, percebe-se uma desigualdade de gênero no acesso ao espaço público. As mulheres tem seu direito à privacidade, à liberdade de circulação, à integridade física e a autonomia sobre seu corpo violados ao transitar pelos espaços públicos. Tudo isso nos lembra que as lutas travadas pelas feministas em defesa da cidadania das mulheres, possivelmente ainda tem um longo caminho pela frente, pois tudo leva a crer que, há muito a ser feito, inclusive no que diz respeito ao acesso igual aos direitos e a conquista de respeito e dignidade.

Percebi ao longo desta pesquisa que, não existem regras sociais bem delimitadas quanto à violação da privacidade das mulheres em público, pois o tratamento que lhes é direcionado não parece quebrar as regras de conduta, tendo em vista as intromissões e aproximações grosseiras, costumes que permanecem arraigados em nossa cultura. Sobrevive a crença de que a presença feminina no espaço público torna seu corpo disponível, legitimando no cotidiano, aproximação de pessoas estranhas, insinuações, gestos ousados, etc.

Uma das conclusões a que cheguei foi de que as motivações para o assédio sexual variam e esta pesquisa trouxe apenas algumas pistas iniciais para pensá-las. Ao que tudo indica, as expectativas acerca de como homens e mulheres devem agir em nossa sociedade contribuem para essa relação de poder em que o corpo da mulher torna-se objeto de satisfação

e intervenção dos homens. Exemplo disso são as afirmações de que assediar é uma conduta esperada, pois seria uma confirmação de masculinidade.

Com este trabalho, desejo que seja dado um pontapé inicial para discutir, formular, amadurecer e dar visibilidade a questão do assédio sexual nos espaços públicos e especificamente, nos transportes coletivos. Vários aspectos que envolvem este tema permanecem em aberto: a discussão sobre a criminalização do assédio sexual, para a qual existe um Projeto de Lei no Congresso Nacional; a ação dos movimentos feministas em todo o país, inclusive acrescentando a ação através das redes sociais como ferramenta de luta; as mudanças políticas no cenário nacional em 2016, de modo geral, que vem acirrando ainda mais as lutas sociais em defesa de direitos sociais, políticos e civis que estão sofrendo um ataque sistemático. São questões abertas em um processo que pretendo firmemente me inserir, possivelmente dando continuidade ao longo da minha carreira acadêmica. Pois, “se muito vale o já feito, mais vale o que será!”⁹¹

⁹¹ Referência à canção “O que foi feito de vera” (Milton Nascimento).

Referência bibliográfica

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Companhia das Letras. 2014. Versão e-book. Disponível em: <http://www.oesquema.com.br/bracin/2014/09/29/baixe-sejam-todos-feministas-chimamanda-ngozi-adichie/> acesso: 20/10/2014.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio sol amarelo**. Tradução Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine de, GUTIERREZ, Gustavo Luís, MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades. – EACH/USP, 2012.
- ANJOS, Francisco. (2005). **Aracaju: evolução do uso do solo e sistema de transporte urbano**. Disponível em: http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=10739&catalogo=5&inicio=19>. Acesso em: 03/01/2016
- ARENDT, Hannah, **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Vol. I. 5ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1980.
- _____. **O Segundo Sexo**. A experiência vivida. Vol.II. Difusão Europeia do livro. 1967.
- BIANCHINI, Alice. A legitimação do processo de incriminação do assédio sexual. In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.
- BITENCOURT, César Roberto. Assédio sexual: contravenção jurídico-normativa da globalização. In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. 2007.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Brasília, 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 1ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a questão do “Pós-Modernismo”. In: **Cadernos Pagu**. “FEMINISMO(S) CONTEMPORÂNEO(S)” (11) 1998: pp.11-42.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000. 400 páginas.

CARDOSO, C. E. P. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. 2008.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. **Desvendando as máscaras sociais**. RJ. Francisco Alves, 1980.

CORTELLA, Mario Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. São Paulo. Editora Papirus, 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe – um pouco de uma história recente. In: **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do nordeste, nº 3, 2006.

COUTO, Mia. Mulheres de cinzas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana, livro 1. São Paulo. Companhia das Letras. 2015.

DALCASTAGNÉ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). Espaço e Gênero na Literatura Brasileira Contemporânea. Porto Alegre. Editora Zouk, 2015.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 5ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1997.

DAS, Veena. FRONTEIRAS, VIOLÊNCIA E O TRABALHO DO TEMPO: alguns temas wittgensteinianos*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 14 no 40 junho/99**.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade* *cadernos pagu* (37), julho-dezembro de 2011:9-41.

DAS, V. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2006.

DIAS, Isabel. *Violência Contra as Mulheres no Trabalho. O caso do assédio sexual*. In: **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 57, 2008, pp.11-23.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Augusta: a pioneira do feminismo brasileiro. In: **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do nordeste, nº 3, 2006.

FILHO, Rodolfo Pamplona. Assédio sexual: Questões conceituais. In: In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.

FONTES, Amando. **Rua do Siriri**. Rio de Janeiro. Editora Ediouro. 1937.

FONTES, **Os Corumbas**. Rio de Janeiro. 23ª ed. Ed. José Olympio. 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/38572ocorpoutopicotextoineditodemichelfoucault>

Acesso: 25/02/2015

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

FREITAS, Fábio F. B., Para além da “estadania”: pensando a cidadania como categoria estratégica. IN: NEVES, Paulo Sérgio da Costa et al (Org.) **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos** Recife: Gajop; Bagaço, 2002. 296 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo. Global. 2006.

GALVÃO, Patrícia (como Mara Lobo). **Parque Industrial**. Rio de Janeiro. José Olympio. 2006.

GOFFMAN, Erving. 2010. **Comportamentos em Lugares Públicos – Nota sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Editora Vozes.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: Ensaio sobre o comportamento face a face. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011. 255 p.

GOMES, Luiz Flávio. Lei do assédio sexual. Primeiras notas interpretativas. In: In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. A Gestão do silêncio. Os artefatos da memória na Colômbia. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011

GULLAR, Ferreira. **Poema Sujo**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo. Ed. 34, 2003.

LEVINE, Philippa. "Walking the Streets in a Way No Decent Woman Should": Women Police in World War I. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 66, No. 1 (Mar., 1994), pp. 34-78. Published by: The University of Chicago. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2124391>. Acesso: 21/01/2015.

LEITE, Rogério Proença. **Contra Usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, Estupro e Purificação. **Série Antropologia**, 286. Brasília, 2000.

Machado, Lia Zanotta. Masculinidades e Violências, Gênero e Mal estar na Sociedade Contemporânea. **Série Antropologia**, 290. Brasília, 2001.

MARTELLO, Laura França. A emergência das “jovens feministas” enquanto sujeito político no feminismo brasileiro e suas implicações na configuração do “campo feminista e de gênero”. 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT15 – Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia. Belo Horizonte, agosto de 2012.

MAUSS, Marcel. “As Técnicas do Corpo” In: _____ **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naity, 2003.

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade. In: **Cadernos Pagu**. Dossiê Erotismo. (20) 2003: pp.7-85.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

MENICUCCI, Eleonora de Oliveira; BARBOSA, Rosana Machin et.al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**. 2005. P. 376-382.

MISSE, Michel et. al. “Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das”. **DILEMAS** Vol. 5 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2012 - pp. 335-356.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: **Cadernos Pagu**. Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e perspectivas. (42), janeiro-junho de 2014:201-248.

NAZAR, Ligia Maria de Oliveira. **O novo crime de estupro em seus principais aspectos penais**. 2011, 134 fls. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

NETO, Manoel Jorge e Silva. Constituição e assédio sexual. In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.

NEVES, Paulo S.C. Luta Anti-Racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 20, no. 59, 2005, pp. 81-96.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim Falou Zaratustra. Companhia das Letras. 2011.

OLIVEIRA, W. J. F., “A Arte de Resistir às Palavras”: Antropologia, concepções culturais e militância política. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – outubro de 2010.

PASINATO, Vânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. In: **Cadernos Pagu** (37), 219-246. Julho-dezembro de 2011.

PASSOS, Aline. O feminicídio nas fronteiras da América Latina: um consenso? In: **Ecopolítica**, 12: mai-ago, 2015. O feminicídio nas fronteiras da América Latina..., 70-92.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das*. **Cadernos Pagu** (35), julho-dezembro de 2010:357-369.

PESQUISA CNI – IBOPE: Retratos da sociedade brasileira: locomoção urbana. Ano 5, nº 27, 2015. Disponível em: https://www.ntu.org.br/novo/ckfinder/userfiles/files/CNI%20MOBILIDADE%20URBANA%20RetratosDaSociedadeBrasileira_27_MobilidadeUrbana.pdf Acesso: 23/12/2015.

PIERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo. Contexto. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: **Revista Estudos Feministas**. 2002.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto. 2012.

REGINATO, A.D.A. **Obrigação de punir**: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher. /Tese apresentada ao Programa de Pós-

graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. Doutorado. São Cristóvão. 2014.

RIBEIRO, Mônica. Relação classe-gênero nos centros de combate à violência contra mulheres. Uma crítica marxista. Disponível em <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/11_monicaribeiro.pdf> acesso: 25/11/2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas** – 19º ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia. A Vítima como figura contemporânea. Dossiê. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2bIFLWEISOG16MmdwU05mNEFNUQ/edit?pli=1> acesso: 26/11/2014.

SILVA, Ana Oliveira. O assédio sexual nos espaços públicos. Disponível em: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf > acesso: 26/11/2014.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Mana** – Estudos de Antropologia Social. V. 11 nº 2, out., pp. 577-591, 2005/1903.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. Tolerância social à violência Contra as mulheres. IPEA. 2014.

SOARES, Cecília E. B; ALVES, Felipe M.L; *Uma antropologia sobre trilhos: Gênero, Política e Religião nos trens e metrô do Rio de Janeiro*. Disponível em: www.academia.edu/2189669 Acesso: 30/03/2015.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto. 2012.

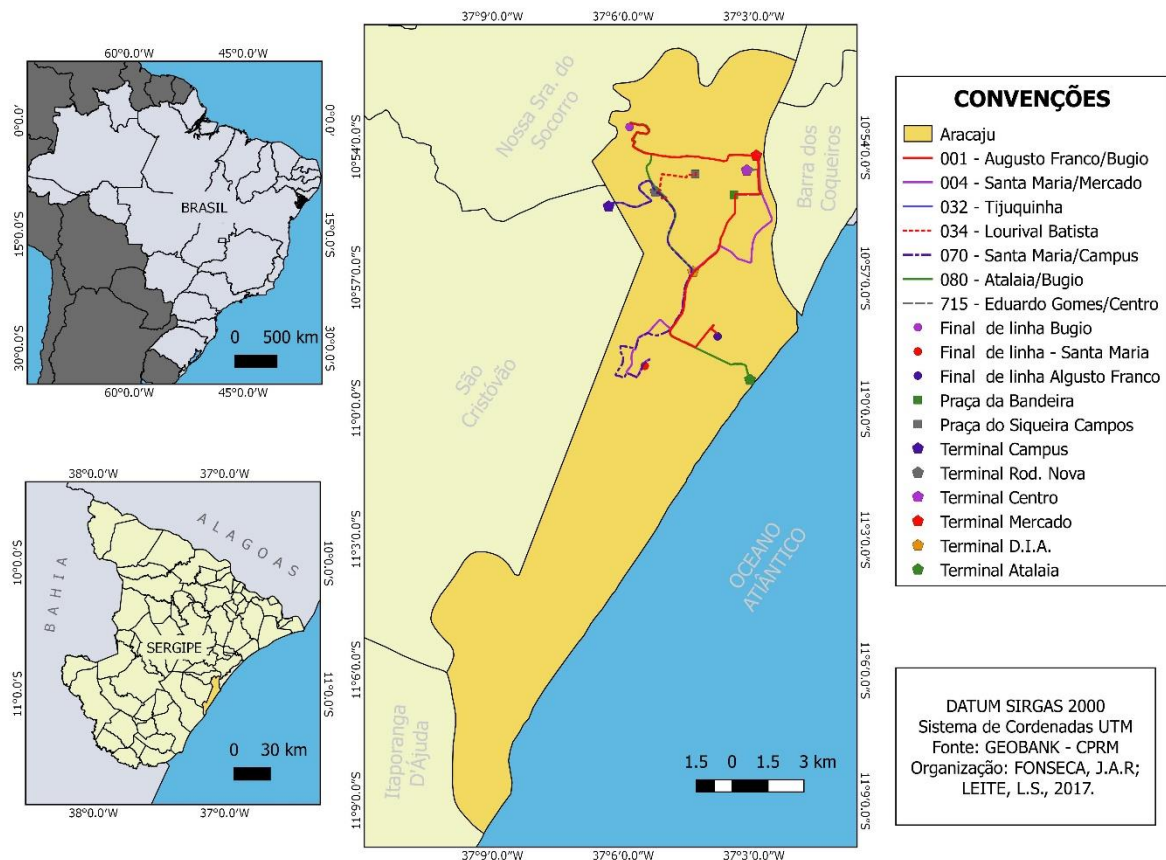
VARJÃO, Demétrio Rodrigues. *Estado, Capital e a Precarização do Serviço Público de Transporte Coletivo da Grande Aracaju*. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Direito) – Universidade Tiradentes. 2014. (Não está publicado).

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

- VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2001.
- VIGARELLO, Georges. **História do Estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 1998.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA. **FLACSO**. Agosto de 2012.
- WALKOWITZ, Judith R., Going Public: Shopping, Street Harassment, and Streetwalking in Late Victorian London. In: **Representations**, No. 62 (Spring, 1998), pp. 1-30. Published by: University of California Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2902937>. Acesso: 21/01/2015.
- WEBER, Max. “**A Ciência como Vocação**.” In: Ciência e Política: duas vocações – 15. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2007.
- WOOLF, Virginia. **Profissões para as Mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre. L&PM, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1: Mapa com a reprodução dos itinerários citados na pesquisa.



ANEXO 2. Mapa com a reprodução dos itinerários citados na pesquisa.

